

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A NOTÍCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
E A VIOLÊNCIA DA NOTÍCIA

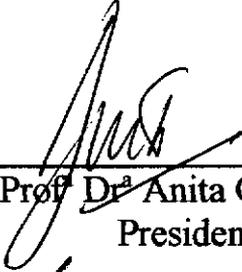
ANGELITA PEREIRA DE LIMA

GOIÂNIA
2001

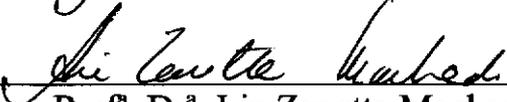
ANGELITA PEREIRA DE LIMA

***A NOTÍCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A
VIOLÊNCIA DA NOTÍCIA***

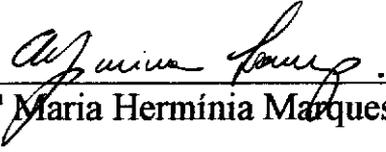
Dissertação defendida e aprovada em 18 de maio de 2001, pela Banca
Examinadora constituída pelos professores



Prof^ª Dr^ª Anita C. Azevedo Resende
Presidente da Banca



Prof^ª Dr^ª Lia Zanotta Machado



Prof^ª Dr^ª Maria Hermínia Marques da S. Domingues

Para

Fernando, minha referência de vida compartilhada e de amor.

Mário e Pedro, que personificam o sonho e o desejo de que sejamos pessoas melhores.

Eva, minha mãe, que me fez ver, precocemente, que as mulheres dançam na corda bamba.

As mulheres que falam por estas linhas que se seguirão.

**“Para mim poderoso não é aquele que descobre ouro. Poderoso para mim é
aquele que descobre as insignificâncias: do mundo e as nossas.”**
(Manoel de Barros)

AGRADECIMENTOS

Expressar agradecimentos é uma forma de tornar visível o quanto a realização de um projeto de dissertação de mestrado, por mais solitário que pareça ser o seu percurso, mobiliza pessoas. Algumas mais, outras menos, mas, de uma forma geral, as pessoas com quem convivemos ficam “contaminadas” e vulneráveis ao que esse processo produz. Então, é, ao mesmo tempo, agradecimento e escusa, porque alguém acaba sofrendo indevidamente, seja com a ausência ou com a presença estressada.

Agradeço à Anita C. Azevedo Resende que, dentre tantas coisas valiosas, me ensinou que o lugar de quem faz pesquisa é o incômodo lugar da dúvida e, principalmente, com a sua orientação determinada, me ajudou a suportar essa realidade.

Agradeço ao Fernando que, mais do que ninguém, sofreu comigo as intempéries do período de elaboração desta dissertação e, ainda assim, pôde ler, sugerir, cuidar das crianças e de mim.

Agradeço à Zezé, Aldevina, Albineiar e Goreti, amigas imprescindíveis. Pelas conversas e discussões, pelos livros e textos emprestados, por ainda sonharmos juntas e por apostarem, quase tanto quanto eu, neste trabalho.

À Adriana V. Salgado, pela escuta que me fez romper a fronteira do medo e da imobilidade.

À Sônia Maria Rodrigues e Vera Lúcia Pinheiro, amigas no e fora do mestrado, que dividiram comigo as angústias e o amadurecimento inevitáveis nesse processo. À Jaqueline Lemos, pelo apoio e pela pesquisa bibliográfica em São Paulo. À Rurany, que me ensinou os “segredos” do Excel. Às companheiras do Fórum Goiano de Mulheres, com quem tenho aprendido muito. À Bete que acompanhou os primeiros passos deste trabalho e, ainda, deu uma força na tradução.

Às professoras Sônia Margarida e Marília Gouveia, pela seriedade e o carinho com que qualificaram o instrumento de entrevista; Maria Hermínia Domingues e Dalva Borges, pela leitura rigorosa e pelas dicas, quando da qualificação da dissertação.

À Biblioteca da Universidade Católica de Goiás, ao Instituto Histórico Geográfico de Goiânia, aos Cedocs dos Jornais *O Popular* e *Diário da Manhã* e ao Cevam.

Por fim, é imperioso agradecer ao professor Marcos Loureiro que, pela sensibilidade, tem sido mais que um coordenador do Programa de Mestrado. O professor Marcos, hoje, é personagem fundamental para a travessia salutar da pós-graduação. E, ainda, às funcionárias da secretaria do Mestrado, pelo acolhimento indiscriminado aos alunos, e à Universidade Federal de Goiás, que me concedeu uma bolsa integral por um ano e oito meses.

SUMÁRIO

INDICE DE QUADROS E TABELAS.....	VIII
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
I - INTRODUÇÃO	11
II – DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO AOS SUJEITOS CONSTRUÍDOS	19
2.1 – O LEVANTAMENTO DE DADOS NOS JORNAIS	19
2.2 – A SELEÇÃO DAS MULHERES E AS ENTREVISTAS	23
2.3 - OS CASOS EM QUESTÃO.....	28
2.4- CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS	31
2.4.1 - ESCOLARIDADE E TRABALHO	33
2.4.2 - A ADESÃO RELIGIOSA	37
III – A CONDIÇÃO DA MULHER E A VIOLÊNCIA EM CASA.....	43
3.1 – A HETERONOMIA, UM CAMINHO PARA VIOLÊNCIA	45
3.2 - A VITIMIZAÇÃO DA MULHER E AS RELAÇÕES DE VIOLÊNCIA	49
IV - A NOTÍCIA DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA DA NOTÍCIA	60
4.1 – A CLASSE SOCIAL E AS JUSTIFICATIVAS PARA A VIOLÊNCIA	60
4.1.1 – O USO DO ÁLCOOL.....	64
4.2 – O ACESSO DOS JORNAIS ÀS NOTÍCIAS	67
V – O SIGNIFICADO DA NOTÍCIA DE VIOLÊNCIA PARA A MULHER	73
5.1 – O PRIVADO, O PÚBLICO E A NOTÍCIA DE VIOLÊNCIA	73
5.2 - A NOTÍCIA E O RISCO DE MORTE - O CASO DE ELEUZA.....	79
5.3 - A NOTÍCIA E AS MENTIRAS	82
5.4 - AS FOTOS	84
5.5 - A NOTÍCIA COMO UMA VIOLÊNCIA VELADA	86
VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
VII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXO 1 - COLUNA DISTRITO ZERO - DIÁRIO DA MANHÃ.....	99
ANEXO 2 - PLANILHA DE LEITURA DAS NOTÍCIAS.....	100
ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	102
ANEXO 4 - RELATO DOS CONTATOS COM OS SUJEITOS.....	105

INDICE DE QUADROS E TABELAS¹

TABELA Nº 1 – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PUBLICADA NOS JORNAIS - 1997 / 1998.....	21
QUADRO Nº 01 - MULHERES SELECIONADAS PARA ENTREVISTAS / DADOS DE ACORDO COM OS JORNAIS	24
QUADRO Nº 02 - CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS	32
TABELA Nº 02 - IDADE DA MULHER X IDADE DO AGRESSOR.....	32
TABELA Nº 03 - LOCAL DA VIOLÊNCIA.....	43
TABELA Nº 04 - PROFISSÃO / OCUPAÇÃO - HOMENS.....	62
TABELA Nº 05 - PROF.ISSÃO / OCUPAÇÃO - MULHERES.....	62
TABELA Nº 06 - USO DE ÁLCOOL E DROGA NO MOMENTO DA VIOLÊNCIA.....	65
TABELA Nº 07 - TIPO DE RELACIONAMENTO	67
TABELA Nº 08 - PRETEXTO DO AGRESSOR.....	67
TABELA Nº 09 - SEQÜELAS DA VIOLÊNCIA.....	68

¹ - Todos os quadros e tabelas têm como fonte os dados sistematizados dos jornais *O Popular* e *Diário da Manhã*, no período 1997-1998.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal apreender o significado da notícia para a mulher que sofreu violência doméstica e que teve sua história publicada nos jornais. Esse objetivo decorre do pressuposto de que a mulher, nessa situação, e numa relação conjugal, sofre mais uma forma de violência ao ter sua vida exposta em noticiário da imprensa.

Para tanto, foram analisados os casos de seis mulheres em situação de violência doméstica, que tiveram suas histórias publicadas pelos diários que circulam em Goiânia, *O Popular* e o *Diário da Manhã*. As mulheres entrevistadas foram selecionadas a partir de uma consulta a esses dois jornais veiculados nos anos de 1997 e 1998, perfazendo um total de 1456 exemplares, dos quais 88 notícias foram consideradas universo da pesquisa.

A definição dos sujeitos e do tema passaram, necessariamente, pela categoria de gênero como elemento constitutivo das identidades feminina e masculina. Essa categoria questiona a naturalização da condição da mulher, bem como o fato de a diferença sexual se traduzir socialmente na desigualdade entre homens e mulheres.

A leitura e a análise do conjunto das notícias selecionadas evidenciaram que os jornais diários de Goiânia fazem um recorte de classe social quando noticiam a violência conjugal contra a mulher: a maioria das notícias se refere a casos ocorridos nas classes populares. Reforçam um padrão de gênero e de vitimização. Revelam, ainda, que as mulheres são agredidas em casa por seus companheiros e *explicam* a violência a partir da lógica do ciúme.

Por sua vez, as mulheres entrevistadas revelaram diferentes aspectos quanto ao significado da notícia: sentimento de dor e de humilhação; risco à segurança pessoal; invasão de privacidade; distorções dos fatos, dentre outros. Esses elementos levaram à conclusão de que a notícia sobre a violência contra a mulher se transforma em dupla violência: uma no fato de se ter a agressão publicada e outra na forma como ela é tornada pública.

ABSTRACT

This research has as a main aim to apprehend the meaning of the news to the woman who suffered violence and that had her story published in newspapers. This aim is a result of the pressuposition that a married woman in this situation suffers another form of violence by having her private life exposed in the media.

For such, six cases of women who were subject to domestic violence were analysed. These women had their stories published in newspapers issued in Goiânia such as: *O Popular* and *Diário da Manhã*. The interviewed women were selected from these above cited newspapers issued in 1997 and 1998 totalling 1456 issues. Eighty eight news out of this total was considered the universe of the research.

The definition of the subjects and the theme was based on the category of gender as a constitutive element of the female and male identity. This category brings into question the naturalization of women's conditions, as well as the fact of the sexual difference be translated as an inequality between men and women.

The reading and analyse of the total sample of selected news put in evidence that the newspapers issued daily in Goiânia make a distinction between social classes when they report the marital violence against women. The majority of the news refer to cases occurred in popular classes. They reinforce the gender and victimation standard. They also reveal that the women are attacked at home by their partners and they explain the violence with the logic of jealousy.

In their turn, the interviewed women reveal different aspects concerning the meaning of the news: feelings of distress and humiliation; risk of personal security; invasion of privacy; distortion of facts, among others. These elements lead to the conclusion that the news about violence against women become a double violence: one by the fact of having the aggression made public and the and the other by the way it is published.

I - INTRODUÇÃO

“... o que é uma mulher? Eu lhes asseguro: eu não sei.
 Não acredito que vocês saibam.
 Não acredito que alguém possa saber
 até que ela tenha se expressado em todas as artes
 e profissões abertas às habilidades humanas”.
 (Virgínia Woolf)

O artigo 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (OEA, 1996) define aquela² como “*qualquer ação ou conduta baseada na discriminação de gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, no âmbito público ou privado*” (P. 6). Mas é em casa, isto é, no espaço da privacidade, que se percebe uma frequência maior de agressões. Um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é decorrente da violência sofrida por mulheres em suas casas e, a cada cinco anos, a mulher em situação de violência perde um ano de vida (Redesaúde, 1999). “*Eu trabalhava, eu arrumei um trabalho. Mas quando a violência começou a ser muita mesmo, não tinha como eu ir trabalhar, não tinha jeito, eu não dava conta, não tinha força. Era a noite inteira aquela tribulação. Eu não podia deixar meu filho mais velho, eu tinha medo de que ele (o marido) fizesse alguma coisa com ele (o filho)*”, conta Eleuza, uma das entrevistadas desta pesquisa, que se soma às milhares de mulheres no mundo que trabalham fora de casa, sofrem violência doméstica e estão vulneráveis ao que demonstram os números.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, analisados por Barsted (1998), no final dos anos 80, a violência contra a mulher no Brasil constituía 66% das agressões físicas cometidas por parentes no espaço do lar. Dados mais recentes afirmam que, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto e 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica, de acordo com a entidade holandesa *Sociedade Mundial de Vitimologia* (Redesaúde, 1999), que pesquisou o tema em 54 países. Os custos dessa violência foram estimados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no ano de 1997, em 14,2% do PIB dos países da América Latina, e 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, cerca de 84 bilhões de dólares anuais (Barsted, 1998).

² - Neste trabalho, será usada a expressão violência contra a mulher como uma das formas de violência interpessoal marcada pelas relações de gênero nas relações de conjugalidade, sem englobar a totalidade

Essas estatísticas indicam que a violência doméstica contra a mulher, genericamente, deixa de ser, para o Estado, uma questão privada de grupos familiares e revelam impactos significativos em relação aos gastos na área de saúde, no mundo do trabalho, uma vez que interfere na produtividade, bem como na expectativa de vida da população feminina. Tal reconhecimento é fruto de uma visibilidade construída pelos movimentos de mulheres e feministas, dentre outros, que chamaram a atenção sobre o caráter social dessa violência, bem como sobre a tolerância social e o silêncio que acabam por legitimar crimes contra a mulher. Portanto, trata-se de um fenômeno recente, que, na década de 1970, não tinha visibilidade no Brasil: *“Aliás, não existia esta expressão. Ela teve que ser nomeada para que pudesse ser vista, falada e pensada”* (Machado, 1998:104).

Essa visibilidade se intensificou a partir da criação das DPDMs (Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher), com a primeira DPDM funcionando em 1985, em São Paulo³. Com o objetivo de oferecer um atendimento diferenciado das demais delegacias, as DPDMs possibilitaram o aumento gradativo do número de denúncias, a sistematização, ainda que precária, dos dados da violência, bem como análises mais consistentes do fenômeno. Sem dúvida, as delegacias constituíram instrumento fundamental para a denúncia e permitiram um avanço do ponto de vista da visibilidade e do atendimento jurídico da situação de violência conjugal⁴. Soares (1999) afirma que a consolidação da idéia de que a violência doméstica é um fenômeno que atinge proporções alarmantes, que *“circunscreve um certo conjunto de ações e atitudes, envolvendo um leque determinado de relações e de que se trata de um problema social e não de indivíduos, isoladamente, ou de suas redes particulares de parentesco”*(p. 30), revela o surgimento de um novo campo profissional e de um processo de definição de novos conceitos e preocupações.

A publicização da violência doméstica contra a mulher através dos meios de comunicação, ou pelas mídias, constitui uma face importante e contraditória da sua visibilidade. Ao mesmo tempo em que as campanhas de combate ganham força através das

da violência familiar. Sobre uma diferenciação dos usos dos termos violência contra a mulher e violência doméstica ou familiar, ver Soares (1999).

³ - Para um histórico sobre os equipamentos de defesa da mulher em situação de violência ver: GROSSI, Miriam. Novas/Velhas Violências contra a mulher no Brasil. In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

⁴ - Para uma melhor abordagem sobre avanços e limites das DPDMs ver: SOARES, Barbara Musumeci. *Mulheres Invisíveis*, 1999.

mídias, ocorre também, rotineiramente, a publicização de casos particulares, através da cobertura dos jornais, em abordagens de cunho policial e sensacionalista. Ao perseguir essas questões, a presente pesquisa toma como objetivo principal apreender o significado, para a mulher que sofreu violência doméstica, da publicação da sua história nos jornais. Esse objetivo decorre do pressuposto de que a mulher, ao ter sua vida exposta, estaria sendo submetida a mais uma forma de violência: manchetes e fotos humilhantes; exposição dos filhos; endereços e detalhes da vida privada publicados, são alguns elementos que compõem nas matérias jornalísticas e que apontam para o caráter invasivo de suas narrativas. O “*ocultamento*” dessa violência é o que Pereira (1998) considera um “*crime perfeito*”.

Para entender essa notícia também como uma forma de violência é necessário um conceito que não limite esta à delinquência, ao crime contra a ordem, ao crime contra a propriedade ou à agressão física, que são as formas divulgadas pelos jornais. Há que se ampliar a definição do termo. A violência se manifesta a partir da ausência de autonomia, diz respeito à ética do sujeito. Chauí (1999) situa-a em oposição à ética, porque trata “*seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos*”(Folha de S. Paulo, p. 5-3). Esse conceito deixa perceber que a relação entre a mulher - objeto da notícia - e o jornal - que veicula a notícia - é desigual e reflete a falta de autonomia daquela, tratada na notícia como um ser passivo e insensível. Nesse sentido, a mulher seria duplamente violentada: na privacidade da casa, pelo seu cônjuge ou ex-cônjuge, e, publicamente, através do jornal.

Chauí (1999) fala de uma situação paradoxal no Brasil em relação a esse tema: ao mesmo tempo em que se grita contra ele, “*são produzidas imagens e explicações (...) tais que a violência real jamais pode se tornar visível e compreensível*” (Folha de S. Paulo, p. 5-3). Essas explicações, de acordo com Chauí, se localizam: no dispositivo jurídico, que define a violência como crime contra a propriedade e a vida; no sociológico, que considera a violência uma anomia social; na exclusão, que distingue um “*nós brasileiros*” não-violentos de um “*eles-brasileiros*” violentos; e, na distinção entre o acidental e o essencial, que nomeia a sociedade brasileira como acidentalmente, mas não essencialmente violenta:

eis porque os meios de comunicação se referem à violência com as palavras surto, onda, epidemia, crise, isto é, termos que indicam algo passageiro e acidental.

Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo que regula todas as relações sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, as intolerâncias religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência (. . .) (Chauí, 1999: 5-3).

Ainda, a passagem da violência contra a mulher da esfera privada para a pública, através da sua publicização pelo jornal, revela uma contradição. Na maioria das vezes, essa publicização é mediada pelos aparelhos que atendem à mulher, como as delegacias e os hospitais. E, algumas vezes, também, por entidades organizadas de mulheres. Os aparelhos de atendimento, ao mesmo tempo em que atuam tornando visível a violência, mediam, também, uma face cruel dessa visibilidade, que é a exposição individual da mulher em situação de produto vulnerável ao julgamento público. Aparentemente, é uma casualidade o fato de algumas histórias de violência tornarem-se notícias de jornais. Mas estudos recentes, bem como os dados desta pesquisa, revelam que há uma lógica nada casual que elevam fatos desse tipo ao *status* de notícia.

A narrativa sobre essa violência, nos jornais, constrói-se pela banalização do crime, sua espetacularização e rotinização, bem como pela naturalização da idéia de que é um comportamento próprio das camadas populares. Se a maioria das notícias de violência doméstica se referem às que ocorrem nas camadas populares - confirmadas nos dados sobre profissão dos agressores e mulheres-vítimas das notícias pesquisadas -, a violência doméstica, no entanto, se caracteriza pela sua transversalidade. Trata-se de um fenômeno que ocorre em todas as classes sociais e Saffioti (1994) chega a afirmar⁵ que ela é proporcionalmente maior nas classes média e alta, representando os casais dessas classes 60% dos casos:

Casais das classes média e alta representam 60% das famílias em que a mulher é vítima de violência. Esta dado destrói um elemento fundamental do mito do homem violento, qual seja, o de que a incidência da violência é maior nas camadas populares. Como as classes média e alta juntas não perfazem 60% da população, o dado indica maior violência doméstica relativa nestas camadas que nas subalternas, as quais abrangem contingentes humanos muito superiores a 40% da população”(Saffioti, p.159).

Frente a essa transversalidade, há, entretanto, uma subrepresentação das elites nos casos de violência doméstica tornados públicos, que quase não “aparecem” — do ponto de vista da quantidade — nas notícias pesquisadas. O que sugere a existência de mecanismos de

⁵ - A autora analisa dados de violência de uma pesquisa feita pela Rede Globo de Televisão nas DPDMs e publicados parcialmente no *Jornal da Tarde*, em 1993.

“proteção” das elites nesse sentido. Essa proteção teria a ver com a manutenção de uma imagem bem sucedida de classe social. De acordo com Pereira (1998), as notícias sobre violência revelam um tratamento diferenciado na abordagem de crimes cometidos pelas classes populares e pelas elites.

Os estudos desenvolvidos a partir de 1990 sobre a violência doméstica contra a mulher mostram que a relação conjugal violenta é um tema complexo e não pode ser explicado “apenas” na relação dual de papéis fixos de agressor/vítima, dominador/dominada. A partir dos estudos de gênero, revela-se e questiona-se a vitimização da mulher nessas relações de violência conjugal. Segundo Suárez e Bandeira (1999) *“A ligação entre violência e gênero é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e de homens como vítimas e autores/as, mas também o seu envolvimento como sujeitos que buscam firmar, mediante a violência, suas identidades masculinas ou femininas”*(p. 16)

Ser mulher e ser homem são condições dadas pela diferença sexual, mas essa diferença é normatizada de forma a privilegiar um sexo em detrimento do outro. Gênero, enquanto categoria de análise histórica, questiona as razões pelas quais a diferença sexual se traduz em desigualdade social a partir de um tipo universalizado de homem e de mulher em suas características inerentes. Gênero é um conceito que toma como ponto de partida a refutação do determinismo biológico no que se refere à definição dos papéis sociais e de identidades, buscando a “desnaturalização” da mulher enquanto pertencente ao eterno feminino, revelando que essa é uma construção dada pelas condições históricas, ao mesmo tempo em que é “naturalizada”. Isso significa que as relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, são determinadas histórica e culturalmente, embora sejam baseadas, ao mesmo tempo, em papéis normatizados e tidos como “naturais” de cada sexo. Gênero trata de relações hierárquicas com dimensões políticas e de poder, de acordo com Scott (1995), embora não somente essas relações. Gênero articula, ainda, a condição biológica, a identidade psíquica e a cultura (Lamas, 1999); articula valores e vontades, de um lado, e desejos e o “impensado”, de outro (Machado e Magalhães, 1999).

A isso equivale dizer que as relações sociais são atravessadas pelo gênero e que a diferença sexual como produtora da desigualdade social, no caso da violência de gênero contra a mulher, é um fenômeno que perpassa as esferas pública e privada. Quando os jornais publicam a notícia de violência doméstica, lógica e historicamente estão impregnados desse

elemento transversal que são as relações de gênero. Mas não só. A lógica do jornal, também, é a lógica mercadológica, a da notícia que é vendável, da produtividade, que, no caso das empresas de comunicação, significa um fluxo grande e muito rápido de informação. Como afirma Benjamin (1996), a informação *“só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele”*(p. 204). Para o jornal, a violência divulgada é apenas uma notícia a mais no dia e a mulher, o elemento através do qual aquela se produz.

Para transitar, então, na complexidade que envolve a notícia da violência e a violência da notícia, a reflexão deve ir e vir da singularidade à universalidade e vice-versa. Esse movimento metodológico de construção e análise do objeto faz perceber que há um rompimento na relação singularidade/universalidade (que constitui o sujeito na sua integralidade), uma vez que o jornal individualiza o sujeito (a mulher) e o universaliza individualmente. Na notícia, não há sujeito em sua relação histórica, o que há são fatos de violência que envolvem indivíduos. A perda da historicidade é um dos elementos que refletem a sua “naturalização” e a sua reificação pelos meios de comunicação. Frente a isso é possível afirmar que esse tipo de notícia nas páginas policiais não realiza a visibilidade da violência no sentido de combatê-la, ao contrário transforma-a em elemento banal, corriqueiro, natural e coisificado.

O significado dessa notícia para a mulher que tem a sua história de violência tornada pública é a questão que dá origem ao tema deste trabalho. Como já foi dito, o pressuposto é o de que a abordagem jornalística é mais uma forma de violência. Na condição de jornalista e de participante do movimento de mulheres, afirmo com desconforto, como leitora inconformada, que se trata de abordagens “descomprometidas”, se não inseqüentes, com as pessoas que são o seu objeto. Para além dos aportes teóricos, esboçados anteriormente, esta já é uma justificativa irrefutável para a realização desta pesquisa.

No contexto do Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Goiás, o estudo ainda se justifica na defesa de uma educação que não se resume à “transmissão” de saberes, mas que é compreendida como um processo fundamental no entendimento da cultura e da sociedade, para a sua crítica radical. Tornar esse tema objeto de pesquisa na área da educação é ousar tocar na amplitude desse conceito, entendendo a sociabilidade como o lugar de forjar novos sujeitos na sua integralidade. A educação para a emancipação (Adorno, 1995)

é uma educação que produz o não-esquecimento, que é capaz de ajudar a reelaborar o passado e a criticar o presente, para que o futuro não seja uma repetição das tragédias humanas: “*A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica*” (p. 121). A pesquisa estuda uma tragédia humana que é a violência doméstica contra a mulher, cotidianamente banalizada nos jornais.

A trama que se desvenda, através das depoentes que tiveram suas histórias de violência publicadas, revela um estrangulamento social que atinge não apenas os indivíduos, mas também instituições, como os jornais, no caso aqui estudado. E o contexto educacional, particularmente o Programa de Mestrado em Educação Brasileira, é um local estratégico para a abordagem desse tema, porque compreender as implicações da publicização da violência para as próprias mulheres pode ressonar na formação de profissionais de comunicação, produzir elementos que levem à crítica da abordagem feita pelos jornais de Goiânia, e, ainda, contribuir para o amadurecimento de novas estratégias combativas

Sendo assim, constituem objetivos deste trabalho:

- compreender os elementos da violência contra a mulher na perspectiva das relações de gênero e no contexto da sociabilidade, da cultura e da educação;
- apreender o significado da notícia para a mulher que entra em contato com a publicação da sua história;
- apreender as mediações que fazem com que a notícia de violência se transforme em outra forma de violência.

Para alcançar esses objetivos, são analisados os casos de seis mulheres que tiveram suas histórias de agressão doméstica publicadas pelos jornais diários de Goiânia, *O Popular* e o *Diário da Manhã*⁶, que cobrem casos policiais de rotina, no período de 1997 e 1998. Realiza-se, também, uma leitura sistemática de dados coletados nos jornais, articulada às categorias de gênero, violência doméstica contra a mulher e as esferas pública e privada.

Na apresentação, o trabalho organiza-se em seis capítulos. O primeiro constrói o objeto da pesquisa, contextualizando o tema na conjuntura atual e na literatura de gênero. O segundo relata os procedimentos metodológicos para a definição dos sujeitos, utilização dos

⁶ - Esses jornais poderão ser referidos neste trabalho como POP e DM, respectivamente

instrumentos de coleta de dados, apresentação das histórias das mulheres entrevistadas e o seu perfil social a partir da família, religião, trabalho e escola. O terceiro discorre sobre a violência de gênero e as relações conjugais, à luz dos dados coletados nas entrevistas. O quarto apresenta uma análise dos elementos que compõem a notícia de violência contra a mulher, relacionando-os à categoria de gênero. O quinto avalia o significado da divulgação da agressão para as mulheres e revela os elementos que fazem dessa notícia mais uma forma de violência. E o sexto capítulo, à guisa de considerações finais, aponta novas questões que surgem a partir da confirmação do pressuposto de que a notícia é outra forma violenta, pela naturalidade com que é aceita a sua publicação, e contesta a eficácia da sua visibilidade no combate à violência contra a mulher, no geral.

Ainda, uma problematização importante do trabalho é que ele se desenvolve frente a duas vertentes importantes de análise: de um lado, o pensamento ortodoxo, que culpa os homens e torna as mulheres vítimas; de outro, o que analisa a co-responsabilidade das mulheres pela violência que ocorre numa relação conjugal.

II – DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO AOS SUJEITOS CONSTRUÍDOS

“A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história”.

(Eric Hobsbawn)

A forma como homens e mulheres se relacionam é uma construção sócio cultural que ocorre em determinado período histórico, ou em determinada sociedade, e essa construção se fundamenta na diferença biológica entre os sexos, como se a dimensão humana de cada pessoa estivesse dividida antagonicamente entre o ser homem e o ser mulher. A matriz comum das definições da categoria gênero, desde o seu surgimento até o seu uso mais recente, é a rejeição do determinismo biológico das relações entre homens e mulheres, o que implica um caráter fundamentalmente social das distinções entre ambos.

A importância dessa categoria para este trabalho se dá pelo fato de permitir a crítica à naturalização da condição da mulher como um ser identificado a um papel social vinculado à vida privada e doméstica e que requer o cumprimento de um padrão de docilidade, maternidade, passividade. A categoria de gênero revela, então, a existência de um processo de naturalização da violência e permite abordar a complexidade que envolve essa relação, ao mesmo tempo em que oferece um arcabouço que universaliza a situação da mulher e remete para o entendimento da sua subjetividade, visibilizando a particularidade e a totalidade da realidade que se busca analisar.

Sendo assim, este capítulo aborda os critérios e os procedimentos metodológicos para a definição dos sujeitos, os instrumentos utilizados no levantamento dos dados e a caracterização das mulheres entrevistadas. Essa caracterização ocorre mediante uma abordagem do processo de socialização das mulheres, tendo como guia teórico a categoria de gênero.

2.1 – O levantamento de dados nos jornais

Definir os sujeitos da pesquisa requereu um extenso levantamento dos dados nos jornais diários de Goiânia, seguido de uma leitura das notícias catalogadas e analisadas. A etapa da coleta de dados foi realizada no ano de 1999, em todos os exemplares do *Diário da*

*Manhã*⁷ e de *O Popular*⁸ veiculados nos anos de 1997 e 1998, num total de 1456 jornais⁹. A seleção dos casos noticiados nas páginas policiais dos jornais, para as entrevistas, observou os seguintes critérios:

- casos ocorridos no Aglomerado Urbano de Goiânia¹⁰. A definição por esta região deu-se em razão da presença expressiva de casos de alguns destes municípios nos jornais, especialmente Aparecida de Goiânia;
- notícias referentes à violência contra mulheres praticada por cônjuges ou ex-cônjuges (namorados, maridos/companheiros, amantes ou ex). Os casos de violência contra a mulher praticada por filhos, pais, outras mulheres foram excluídos porque o trabalho recortaria somente casos de conjugalidade;
- casos em que o agressor se enquadrava na categoria “amigo”. Descrito assim pelo jornal, esse “amigo” teria expectativa de um relacionamento amoroso com a mulher,¹¹
- casos em que, à época da violência, as mulheres tinham 18 anos acima, ou em que os jornais não informavam a idade da mulher¹². O limite mínimo de idade foi fixado porque o trabalho não abrangia a categoria adolescente.

Também, foram catalogados e fotocopiados, mas excluídos da seleção das mulheres para entrevistas, os seguintes casos:

⁷ - No Jornal *Diário da Manhã*, o levantamento aconteceu durante o mês de abril/99, e foi possível o acesso direto aos jornais. A seleção geral dos casos anotou data, local, verificou a divulgação na capa do jornal e, posteriormente, fotocopiou as matérias que se referiam ao tema.

⁸ - No jornal *O Popular*, o levantamento ocorreu nos meses de maio e junho/99. Não houve o acesso direto aos jornais. A consulta foi feita em microfimes, cujo acesso necessitou agendamento prévio. As consultas aconteceram no período vespertino, das 14:30 às 17:00, às quintas e sextas-feiras. Para fotocopiar as matérias selecionadas, foram fundamentais os acervos do Instituto Histórico Geográfico de Goiás e da Biblioteca Central da Universidade Católica de Goiás.

⁹ - Em dois dias de cada ano não houve circulação dos jornais.

¹⁰ - Essa região foi definida pela Lei Complementar nº 23, de 09 de Janeiro de 1999, composta pelos seguintes municípios: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

¹¹ - Não foi encontrado nos jornais nenhum caso de violência doméstica em relacionamentos de conjugalidade homossexual.

¹² - Os casos em que a mulher foi objeto de notícia por mais de uma vez, embora no período, foram contados apenas uma vez.

- os divulgados no período de 1997 e 1998, mas que se referiam a fatos acontecidos anteriormente a 1997;
- os que resultaram em morte da mulher¹³;
- os que divulgaram a violência da mulher contra o homem¹⁴;
- os que enfocaram uma violência sofrida por filhos/filhas ou outras pessoas e que, no decorrer da matéria, a mulher denunciava a violência que ela própria sofria. Nesses casos, considerou-se que o que constituía a notícia não era a violência contra a mulher, embora ela estivesse contida;
- os artigos sobre o tema que, na maioria das vezes, repercutiam algum caso, muitas vezes fora das páginas policiais¹⁵.

Observados tais critérios, foram encontradas, nos 1.456 jornais pesquisados, 196 matérias classificadas da seguinte forma:

JORNAL	ANO	QUANTIDADE DE MATÉRIAS	PERCENTUAL
DM	1998	10	5,1%
DM	1997	10	5,1%
DM	1996	10	5,1%
DM	1995	10	5,1%
DM	1994	10	5,1%
DM	1993	10	5,1%
DM	1992	10	5,1%
DM	1991	10	5,1%
DM	1990	10	5,1%
DM	1989	10	5,1%
DM	1988	10	5,1%
DM	1987	10	5,1%
DM	1986	10	5,1%
DM	1985	10	5,1%
DM	1984	10	5,1%
DM	1983	10	5,1%
DM	1982	10	5,1%
DM	1981	10	5,1%
DM	1980	10	5,1%
DM	1979	10	5,1%
DM	1978	10	5,1%
DM	1977	10	5,1%
DM	1976	10	5,1%
DM	1975	10	5,1%
DM	1974	10	5,1%
DM	1973	10	5,1%
DM	1972	10	5,1%
DM	1971	10	5,1%
DM	1970	10	5,1%
DM	1969	10	5,1%
DM	1968	10	5,1%
DM	1967	10	5,1%
DM	1966	10	5,1%
DM	1965	10	5,1%
DM	1964	10	5,1%
DM	1963	10	5,1%
DM	1962	10	5,1%
DM	1961	10	5,1%
DM	1960	10	5,1%
DM	1959	10	5,1%
DM	1958	10	5,1%
DM	1957	10	5,1%
DM	1956	10	5,1%
DM	1955	10	5,1%
DM	1954	10	5,1%
DM	1953	10	5,1%
DM	1952	10	5,1%
DM	1951	10	5,1%
DM	1950	10	5,1%
DM	1949	10	5,1%
DM	1948	10	5,1%
DM	1947	10	5,1%
DM	1946	10	5,1%
DM	1945	10	5,1%
DM	1944	10	5,1%
DM	1943	10	5,1%
DM	1942	10	5,1%
DM	1941	10	5,1%
DM	1940	10	5,1%
DM	1939	10	5,1%
DM	1938	10	5,1%
DM	1937	10	5,1%
DM	1936	10	5,1%
DM	1935	10	5,1%
DM	1934	10	5,1%
DM	1933	10	5,1%
DM	1932	10	5,1%
DM	1931	10	5,1%
DM	1930	10	5,1%
DM	1929	10	5,1%
DM	1928	10	5,1%
DM	1927	10	5,1%
DM	1926	10	5,1%
DM	1925	10	5,1%
DM	1924	10	5,1%
DM	1923	10	5,1%
DM	1922	10	5,1%
DM	1921	10	5,1%
DM	1920	10	5,1%
DM	1919	10	5,1%
DM	1918	10	5,1%
DM	1917	10	5,1%
DM	1916	10	5,1%
DM	1915	10	5,1%
DM	1914	10	5,1%
DM	1913	10	5,1%
DM	1912	10	5,1%
DM	1911	10	5,1%
DM	1910	10	5,1%
DM	1909	10	5,1%
DM	1908	10	5,1%
DM	1907	10	5,1%
DM	1906	10	5,1%
DM	1905	10	5,1%
DM	1904	10	5,1%
DM	1903	10	5,1%
DM	1902	10	5,1%
DM	1901	10	5,1%
DM	1900	10	5,1%
DM	1899	10	5,1%
DM	1898	10	5,1%
DM	1897	10	5,1%
DM	1896	10	5,1%
DM	1895	10	5,1%
DM	1894	10	5,1%
DM	1893	10	5,1%
DM	1892	10	5,1%
DM	1891	10	5,1%
DM	1890	10	5,1%
DM	1889	10	5,1%
DM	1888	10	5,1%
DM	1887	10	5,1%
DM	1886	10	5,1%
DM	1885	10	5,1%
DM	1884	10	5,1%
DM	1883	10	5,1%
DM	1882	10	5,1%
DM	1881	10	5,1%
DM	1880	10	5,1%
DM	1879	10	5,1%
DM	1878	10	5,1%
DM	1877	10	5,1%
DM	1876	10	5,1%
DM	1875	10	5,1%
DM	1874	10	5,1%
DM	1873	10	5,1%
DM	1872	10	5,1%
DM	1871	10	5,1%
DM	1870	10	5,1%
DM	1869	10	5,1%
DM	1868	10	5,1%
DM	1867	10	5,1%
DM	1866	10	5,1%
DM	1865	10	5,1%
DM	1864	10	5,1%
DM	1863	10	5,1%
DM	1862	10	5,1%
DM	1861	10	5,1%
DM	1860	10	5,1%
DM	1859	10	5,1%
DM	1858	10	5,1%
DM	1857	10	5,1%
DM	1856	10	5,1%
DM	1855	10	5,1%
DM	1854	10	5,1%
DM	1853	10	5,1%
DM	1852	10	5,1%
DM	1851	10	5,1%
DM	1850	10	5,1%
DM	1849	10	5,1%
DM	1848	10	5,1%
DM	1847	10	5,1%
DM	1846	10	5,1%
DM	1845	10	5,1%
DM	1844	10	5,1%
DM	1843	10	5,1%
DM	1842	10	5,1%
DM	1841	10	5,1%
DM	1840	10	5,1%
DM	1839	10	5,1%
DM	1838	10	5,1%
DM	1837	10	5,1%
DM	1836	10	5,1%
DM	1835	10	5,1%
DM	1834	10	5,1%
DM	1833	10	5,1%
DM	1832	10	5,1%
DM	1831	10	5,1%
DM	1830	10	5,1%
DM	1829	10	5,1%
DM	1828	10	5,1%
DM	1827	10	5,1%
DM	1826	10	5,1%
DM	1825	10	5,1%
DM	1824	10	5,1%
DM	1823	10	5,1%
DM	1822	10	5,1%
DM	1821	10	5,1%
DM	1820	10	5,1%
DM	1819	10	5,1%
DM	1818	10	5,1%
DM	1817	10	5,1%
DM	1816	10	5,1%
DM	1815	10	5,1%
DM	1814	10	5,1%
DM	1813	10	5,1%
DM	1812	10	5,1%
DM	1811	10	5,1%
DM	1810	10	5,1%
DM	1809	10	5,1%
DM	1808	10	5,1%
DM	1807	10	5,1%
DM	1806	10	5,1%
DM	1805	10	5,1%
DM	1804	10	5,1%
DM	1803	10	5,1%
DM	1802	10	5,1%
DM	1801	10	5,1%
DM	1800	10	5,1%
DM	1799	10	5,1%
DM	1798	10	5,1%
DM	1797	10	5,1%
DM	1796	10	5,1%
DM	1795	10	5,1%
DM	1794	10	5,1%
DM	1793	10	5,1%
DM	1792	10	5,1%
DM	1791	10	5,1%
DM	1790	10	5,1%
DM	1789	10	5,1%
DM	1788	10	5,1%
DM	1787	10	5,1%
DM	1786	10	5,1%
DM	1785	10	5,1%
DM	1784	10	5,1%
DM	1783	10	5,1%
DM	1782	10	5,1%
DM	1781	10	5,1%
DM	1780	10	5,1%
DM	1779	10	5,1%
DM	1778	10	5,1%
DM	1777	10	5,1%
DM	1776	10	5,1%
DM	1775	10	5,1%
DM	1774	10	5,1%
DM	1773	10	5,1%
DM	1772	10	5,1%
DM	1771	10	5,1%
DM	1770	10	5,1%
DM	1769	10	5,1%
DM	1768	10	5,1%
DM	1767	10	5,1%
DM	1766	10	5,1%
DM	1765	10	5,1%
DM	1764	10	5,1%
DM	1763	10	5,1%
DM	1762	10	5,1%
DM	1761	10	5,1%
DM	1760	10	5,1%
DM	1759	10	5,1%
DM	1758	10	5,1%
DM	1757	10	5,1%
DM	1756	10	5,1%
DM	1755	10	5,1%
DM	1754	10	5,1%
DM	1753	10	5,1%
DM	1752	10	5,1%
DM	1751	10	5,1%
DM	1750	10	5,1%
DM	1749	10	5,1%
DM	1748	10	5,1%
DM	1747	10	5,1%
DM	1746	10	5,1%
DM	1745	10	5,1%
DM	1744	10	5,1%
DM	1743	10	5,1%
DM	1742	10	5,1%
DM	1741	10	5,1%
DM	1740	10	5,1%
DM	1739	10	5,1%
DM	1738	10	5,1%
DM	1737	10	5,1%
DM	1736	10	5,1%
DM	1735	10	5,1%
DM	1734	10	5,1%
DM	1733	10	5,1%
DM	1732	10	5,1%
DM	1731	10	5,1%
DM	1730	10	5,1%
DM	1729	10	5,1%
DM	1728	10	5,1%
DM	1727	10	5,1%
DM	1726	10	5,1%
DM	1725	10	5,1%
DM	1724	10	5,1%
DM	1723	10	5,1%
DM	1722	10	5,1%
DM	1721	10	5,1%
DM	1720	10	5,1%
DM	1719	10	5,1%
DM	1718	10	5,1%
DM	1717	10	5,1%
DM	1716	10	5,1%
DM	1715	10	5,1%
DM	1714	10	5,1%
DM	1713	10	5,1%
DM	1712	10	5,1%
DM	1711	10	5,1%
DM	1710	10	5,1%
DM	1709	10	5,1%
DM	1708	10	5,1%
DM	1707	1	

A coluna “Notícias selecionadas para estudo”, na Tabela nº 1, representa o conjunto de notícias a partir das quais foram selecionadas as mulheres para as entrevistas, e é a fonte dos quadros e tabelas do trabalho. Para construir as tabelas e os quadros, foi realizada uma leitura sistemática das notícias, anotada em uma “Planilha de Leitura” (Anexo 02), aplicada apenas às 88 matérias que a coluna elencou, com o objetivo de caracterizar a mulher, o agressor e a violência, de acordo com a abordagem apresentada pelo jornal. A planilha foi um instrumento importante para conhecer o universo a ser pesquisado e selecionar os sujeitos a serem entrevistados. Através dela, foi possível organizar as matérias, explicitar conteúdos e precisar a realidade descrita pelo jornal. Também possibilitou estabelecer uma relação lógica entre os casos noticiados.

Esse material foi transformado em um banco de dados que permitiu o cruzamento das categorias e uma análise das notícias¹⁶. Pelo fato de a seleção das notícias constituir o percurso necessário para a definição das mulheres para as entrevistas, analisaram-se as 88 notícias referentes à coluna “Notícias selecionadas para estudo”, na Tabela nº 1, levando-se em consideração as seguintes categorias: idade da vítima e idade do agressor; profissão/ocupação; tipo de relacionamento da vítima com o agressor; uso de álcool e drogas no momento da agressão; tempo de relacionamento; e local da agressão.

Portanto, esse universo de 88 matérias somadas dos dois jornais repartiu-se em 46 publicadas no ano de 1997 e 42, no ano de 1998. No entanto, das 88 matérias, 16 foram publicadas nos dois jornais¹⁷, o que significa que o total real da fonte para seleção dos sujeitos foi de 72 notícias. A seleção das notícias mostrou que o *Diário da Manhã* possuía mais que o dobro de notícias que *O Popular*, no ano de 1997, e exatamente o dobro em 1998¹⁸. É importante ressaltar que, n’*O Popular*, havia uma variedade de notícias de municípios fora da região delimitada. Supõe-se que a estrutura do jornal, que conta com correspondentes no interior, possa ser uma variável que repercute na menor quantidade de matérias sobre o tema em relação ao *Diário da Manhã*.

¹⁶ - É importante ressaltar que os elementos possíveis de análises contidos nas notícias catalogadas são mais amplos e ricos do que os que foram utilizados no trabalho.

¹⁷ - Foi possível verificar as matérias repetidas através do cruzamento dos nomes de todas as mulheres e homens (vítimas e agressores).

¹⁸ - Após o levantamento e a codificação, as matérias foram fotocopiadas e organizadas em pastas separadas, agrupadas de acordo com o código recebido, em ordem cronológica por ano e por jornal.

2.2 – A seleção das mulheres e as entrevistas

Com a seleção e catalogação das notícias, foi possível estabelecer os critérios para a definição dos sujeitos da pesquisa. O momento dessa definição revelou um dilema: a busca das mulheres necessitaria de um trabalho investigativo a partir, apenas, das informações fornecidas pelos jornais, e não se sabia se elas seriam encontradas. Se o fossem, restava, ainda, saber se teriam entrado em contato ou não com a notícia. Diante disso, optou-se por delimitar as 16 notícias que se repetiram nos dois jornais (sendo 07 do ano de 1997 e 09 do ano de 1998) como universo privilegiado para seleção dos sujeitos. Isso porque as matérias poderiam ser complementares em informações sobre a mulher e pressupunha-se que o fato de a notícia ter sido publicada nos dois jornais daria mais chance de a mulher ter tomado conhecimento dela.

Do grupo das 16 notícias, 02 foram eliminadas: 01, porque a matéria não informava a idade da mulher e a outra, porque o caso continha elementos que fugiam à delimitação do estudo - o casal estava extremamente alcoolizado e a agressão era mútua. Restaram 14 mulheres. Entre essas, buscou-se, na medida do possível, mulheres que representavam proporcionalmente as diferentes faixas etárias e o tempo de relacionamento, local e cidade onde ocorreu a agressão, lembrando que o aglomerado urbano de Goiânia é composto por 16 municípios. Através do cruzamento de tais categorias, chegou-se ao número de 09 mulheres a serem entrevistadas. As 05 restantes do grupo de 14 compuseram uma lista secundária, a ser utilizada caso não fosse possível encontrar ou entrevistar as 09 componentes da lista principal.

O quadro a seguir caracteriza o conjunto das mulheres que foram selecionadas para as entrevistas:

QUADRO Nº 01 - MULHERES SELECIONADAS PARA ENTREVISTA A PARTIR DE NOTÍCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM JORNAIS					
NOME ¹⁹	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	ANO DA NOTÍCIA
ELISA	44	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
SUELI	43	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
MARIANA	44	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
RUTE	42	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
GEISA	41	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
TEREZA	40	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
JOANA	39	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
DAGMAR	38	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
ANA	37	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
DEINE	36	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
DIANA	35	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
ELLEN	34	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
HELENA	33	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
MARIA	32	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
CRUZINA	31	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997
ELIA	30	Ensino Fundamental	Desempregada	Casada	1997

Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro (Anexo 03) baseado nos dados dos jornais e em pressupostos teóricos sobre a violência doméstica, com o objetivo de apreender o significado da notícia para a mulher em situação de violência a partir do seu contexto de socialização (família, educação escolar, trabalho e religião) e do seu relacionamento com o agressor. O roteiro para as entrevistas foi pré-testado²⁰ no mês de outubro de 1999. Nas entrevistas para o pré-teste do roteiro, foi possível perceber que, no

¹⁹ - Todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios.

²⁰ - As duas mulheres que participaram do pré-teste do roteiro de entrevista compõem o universo das 88 matérias catalogadas para a seleção dos sujeitos da pesquisa. O contato com as entrevistadas foi viabilizado pelo Centro de Valorização da Mulher (Cevam). Posteriormente ao pré-teste, o roteiro de entrevistas foi validado por uma banca de professores do Programa de Mestrado.

campo da socialização, a adesão religiosa apareceu de forma relevante, como um dos mecanismos dos quais as mulheres lançam mão ao lidar com a sua própria situação de violência. Isso ficou confirmado nas demais entrevistas: todas as entrevistadas afirmaram ter algum tipo de vínculo religioso.

As tentativas de contato com as mulheres para as entrevistas iniciaram-se no mês de novembro de 1999. Duas mulheres, Sueli e Dagmar, cujos endereços completos os jornais publicaram, foram encontradas e entrevistadas. Os outros dois casos de endereço completo publicados nos jornais foram o de Rute e de Mariana, que tinham se mudado. Através de informações fornecidas por vizinhos, foi possível encontrá-las e entrevistá-las. Outra localizada através do endereço no jornal foi Elisa, que se negou a participar da pesquisa, alegando não gostar do assunto e que *“foi um equívoco das vizinhas e que não queria que a sua história tivesse sido publicada”* (Anexo 04). As demais mulheres foram procuradas através da lista telefônica do ano correspondente à matéria, conferidos os seus nomes, bairro e nomes de parentes ou vizinhos que apareceram nas notícias. Com esse procedimento, foram localizadas Deise e Ana (que compõem a lista secundária), que também não concordaram em participar da pesquisa. A primeira, que ainda vive com o marido, autor de um disparo contra ela, *a priori* aceitou dar a entrevista, mas não viabilizou um encontro; a segunda disse que não participaria da pesquisa, porque estava vivendo um outro relacionamento (Anexo 04).

Nos jornais, havia ainda duas matérias com endereços das irmãs dos agressores, mas não das agredidas. A procura dessas mulheres se frustrou pela imprecisão do endereço e a impossibilidade de pedir informações a vizinhos, dada a delicadeza do assunto. Os dois casos foram abandonados. Paralelamente, a essas tentativas, foram feitas visitas à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DPDM) e ao Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO), em busca de pistas.

No HUGO, o acesso aos prontuários foi negado porque, segundo a funcionária do hospital, a pesquisa era sobre violência e não havia permissão da direção, à época, para esse tipo de procedimento. Na DPDM, uma funcionária disse que não eram informados endereços de vítimas. Questionada sobre o fato de o jornal publicar alguns endereços, ela disse que isso acontecia quando as mulheres permitiam ou quando, às vezes, *“eles (os jornalistas) chegavam aqui e pegavam o caso na hora”*. Posteriormente, a delegada titular autorizou o acesso aos

Termos Circunstanciais de Ocorrência (T.C.O.s)²¹ do período de 1997 e 1998. Nenhum dos casos procurados foi encontrado, provavelmente porque os T.C.O.'s apuram crimes leves e os casos da pesquisa eram, em maioria, de maior gravidade (até por isso, foram publicados nos dois jornais).

Foi realizada, também, no dia 12 de novembro de 1999, uma visita ao 1º Distrito Policial situado no centro de Goiânia, um dos DPs de Goiânia com maior índice de denúncias publicadas (20% das matérias). Também não foi possível encontrar dados, porque, em caso de violência contra a mulher, os boletins são encaminhados à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher ou ao Fórum Estadual de Justiça, em caso de processo.

Após dois meses e meio, a procura foi encerrada. Há que se ressaltar que as 14 mulheres foram procuradas na lista telefônica e na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. Uma busca mais consistente em hospitais, distritos policiais e no Fórum Estadual de Justiça poderia ter fornecido pistas de mais algumas, mas, com o material coletado já oferecendo boas condições de análise, as entrevistas feitas até o momento revelando conteúdo suficiente para o propósito da pesquisa e a dificuldade de encontrar as mulheres, houve a interrupção. No entanto, todas as mulheres foram procuradas, nove delas foram contatadas e quatro foram entrevistadas.

As entrevistas com Dagmar, Sueli e Rute foram realizadas nas suas residências; a de Mariana, no local de trabalho. Esta última não permitiu a gravação do depoimento, que foi anotado. Além dessas, as entrevistas com Eleuza e Bia, feitas para o pré-teste do roteiro, foram incorporadas na análise posterior dos dados, embora tenham sido coletadas de forma diferenciada, porque: suas histórias foram publicadas apenas no jornal *Diário da Manhã*, e não nos dois jornais; as entrevistas foram mediadas por uma entidade de apoio às mulheres em Goiânia, o Centro de Valorização da Mulher - Cevam, tendo ocorrido na sede da entidade; e foram realizadas anteriormente à validação do roteiro.

Também essas entrevistas foram utilizadas porque, além de emblemáticas para o tema pesquisado, não se diferenciavam das demais do ponto de vista do conteúdo e do

²¹ - Os T.C.O.'s são procedimentos adotados nos casos de crimes de menor potencialidade ofensiva (ameaças, lesões leves sem uso de arma etc.), realizados sem investigação e que têm previsto no máximo um ano de detenção para o agressor. Para os crimes de média ou grande potencialidade ofensiva (homicídios ou tentativas de lesões graves, aborto etc.), são feitos Boletins de Ocorrência (B.O.'s), que geram instauração de inquérito e investigação. No período, não tive acesso aos B.O.'s da DPDM.

envolvimento - o fato de terem sido publicadas em apenas um dos jornais não constituiu impasse. No decorrer da pesquisa, percebeu-se ser pouco relevante o fato de a notícia ter sido publicada em um ou dois jornais. O significado da notícia para a mulher não passa pela questão de qual jornal a publicou, mas pela publicação em si e a forma como ela foi feita. Além disso, encontraram-se entre as entrevistadas dois casos (Dagmar e Sueli) que não viram as matérias, o que não impediu que revelassem um rico material para a análise do significado da notícia.

O fato de a entrevista ter sido realizada na sede de uma entidade também não interferiu no grau de envolvimento das entrevistadas com o tema. Ao contrário, o conteúdo tornou-se emblemático pela riqueza de detalhes. Além disso, comparando as seis entrevistas, a que se realizou no local de trabalho (com Mariana) foi a que sofreu maior interferência do ambiente. Mariana demonstrou-se, aparentemente, mais “protegida” em relação ao tema e manteve um envolvimento menos emocional na entrevista.

E, ainda, mesmo tendo sido realizadas anteriormente à validação do roteiro, elas justificam-se, na medida em que não houve alteração significativa deste após sua validação. O roteiro foi construído para ser um instrumento de facilitação das entrevistas, não tendo sido utilizado de forma a enquadrar as respostas das entrevistadas, mas a permitir o diálogo. Diante disso e, até, por sugestão da banca que validou o instrumento, decidiu-se pela incorporação das entrevistas de Eleuza e Bia na análise de dados, com as quais a pesquisa ganhou em riqueza de dados.

Por fim, é importante registrar que as entrevistas ocorreram sob clima de tensão e emoção. Primeiro, pela dificuldade de abordagem: houve, como não se poderia evitar, uma dose de perplexidade e até de desconfiança inicial²² das mulheres contatadas sem a mediação de instituições, por terem sido “descobertas” através dos jornais; o tema em si - a violência conjugal -, difícil de ser contado, lembrado, transformado em história. A dor estava lá. O choro foi uma manifestação de quase todas as entrevistadas. Somente Mariana, que atendeu à pesquisadora em seu local de trabalho, que interrompeu a entrevista por duas vezes para atender às clientes, não chorou e estabeleceu um distanciamento significativo em relação ao tema e à pesquisadora. Além do fato de ela não ter permitido a gravação de seu depoimento, o

²² - Ver Anexo 04, o relato dos contatos com os sujeitos.

que, obrigatoriamente, modificou a dinâmica da entrevista, e tornou a sua fala mais suscinta e com envolvimento emocional diferente das demais.

No entanto, no decorrer dos diálogos, o quadro foi se modificando na abertura para abordar o tema, e assuntos extrapolaram o seu “objetivo”: houve a solicitação de ajuda feita por Dagmar para uma campanha pela recaptura do seu agressor, que estava foragido; o fato de Sueli ter aceitado falar “apenas” para colaborar com a pesquisa, porque se tratava de um assunto que não abordara com mais ninguém e sobre o qual havia colocado uma pedra; bem como a “confissão” de Eleuza, que receava ser portadora do HIV e estava tomada pelo medo de dizer a alguém sobre seus fantasmas. Assim, o receio inicial de que a própria pesquisa resultasse em uma nova forma de violência contra as mulheres, por constituir uma iniciativa da pesquisadora e, ainda, pela forma “intrusa” de abordagem, através dos jornais, transformou-se²³, com a disposição das mulheres em falar, numa relação baseada no respeito e na confiabilidade, tornando possível o encontro com as histórias de Rute, Sueli, Dagmar, Mariana, Eleuza e Bia, estas últimas entrevistadas, como já se disse, no pré-teste do instrumento.

2.3 - Os casos em questão

Trata-se de cinco tentativas de homicídios - duas por tiro e três com instrumentos cortantes tipo facas e estilete -, e de um cárcere privado, com violência sexual e ameaça de morte. Três agressores estavam alcoolizados no momento da violência, um deles alcoolizado e drogado, e dois não estavam sob o efeito de álcool ou de drogas. Quatro eram maridos/companheiros, um era ex-namorado e um, ex-marido/companheiro. A seguir, a apresentação dos casos analisados neste trabalho:

Rute nasceu em Goiânia e veio de uma família de nove irmãos, de origem rural e de tradição religiosa. Teve dois casamentos antes do relacionamento com o seu agressor. Tem dois filhos e vive com a filha em uma casa alugada. Foi funcionária pública do Estado e aderiu ao PDV (Plano de Demissão Voluntária) por enfrentar problemas conjugais. Sofreu várias agressões e ameaças antes de o fato ter sido noticiado pelos jornais. Ela se mantinha (e

²³ - Um dos motivos dessa abertura foi a estrutura do instrumento. Por ser um roteiro de entrevistas com perguntas abertas, foi possível estabelecer um diálogo entre a pesquisadora e a entrevistada. Dagmar, por exemplo, ao final da entrevista, afirmou que “até não tinha sido muito difícil porque falamos de tantas outras coisas, como a família, filhos, a religião, sexo”.

se mantém) como autônoma, vendendo roupas, e era quem sustentava a casa quando ainda estava vivendo maritalmente com autor da violência. Rute foi notícia nos jornais por ter levado um tiro no abdome, disparado por seu companheiro, no apartamento em que viviam. Ele tentou suicídio após a tentativa de homicídio e ficou surdo. Não foi preso porque fugiu do hospital com a ajuda do pai. Rute viu as matérias nos jornais quando ainda estava no hospital. Continua namorando “nos finais de semana” o autor dos disparos, de quem afirma gostar e sentir pena.

Sueli nasceu e cresceu em Belém (PA). Veio de uma família de dez filhos, dos quais os três homens morreram. Mudou-se para Goiânia após o seu casamento, quando tinha 23 anos. Seu marido era ciumento, bebia e não permitia que ela trabalhasse. Sueli saiu nas páginas dos jornais quando o marido, com quem já vivia há 12 anos, a atingiu nas costas com uma faca, em sua casa. Segundo ela, essa foi a primeira agressão cometida. O marido de Sueli ficou preso apenas por um dia, porque ela retirou a denúncia, feita pela mãe do agressor. Foi abordada por um jornalista quando estava sendo atendida no Hospital de Urgência de Goiânia, soube que o caso foi noticiado em dois jornais, mas não quis ver as matérias. Tomou conhecimento das notícias através dos comentários de parentes e amigos e desmente o seu conteúdo. Mora com o marido e os dois filhos em um barracão nos fundos da casa que pertencia à sogra e onde mora a cunhada. Ela diz que já esqueceu o que aconteceu e que, do ferimento, não restou nenhuma “*marquinha*”. E que o seu casamento “*melhorou*” depois disso.

Dagmar mora com uma das filhas em um bairro periférico de Trindade. Possui casa própria e se sustenta vendendo quitandas em uma sala de sua residência. Era doméstica, mas está impedida de continuar trabalhando por causa das seqüelas da violência que sofreu. Sua história foi manchete nos jornais quando seu ex-namorado a feriu com uma faca, porque ela recusava-se a continuar o relacionamento amoroso. O agressor assassinou o irmão dela, que tinha ido em seu socorro, e tentou suicídio. Ele tinha sido preso, mas estava foragido na época da pesquisa, e possuía antecedentes criminais por tentativa de assassinato de sua ex-mulher, em Palmeiras de Goiás. Dagmar tem duas filhas do primeiro marido, com quem ainda está civilmente casada, embora o casamento tenha durado apenas dois anos. Sofreu ferimentos graves e sente medo de que o agressor, mesmo foragido, volte a procurá-la. Ela sabe que o caso foi noticiado, mas não viu as matérias, porque as filhas não deixaram e porque diz não ter tido coragem de lê-las.

Mariana mudou-se de Sanclerlândia/GO para Goiânia com nove anos de idade. Sua família era composta de seis irmãos e a mãe viúva, que teve de assumir o sustento dos filhos. Mariana teve três filhos com seu primeiro marido, de quem se separou porque era agredida. Ele tinha amante e deixava de cumprir as obrigações de provedor da casa. Ela conheceu o seu companheiro agressor quando ainda estava casada. A história de Mariana foi manchete nos jornais por ter levado cinco tiros, quando atendia a uma cliente no salão de beleza, disparados por seu ex-companheiro, com quem se relacionou por dois anos e que a tinha abandonado dois meses antes, por ciúme. Ela era a provedora da casa e tinha emprestado dinheiro, um talão de cheque e cartão de crédito para o ex-companheiro comprar as mercadorias que comercializava, dívida que não foi paga. Mariana viu os jornais quando saiu do hospital, mas diz que não leu todas as matérias. Solicitou lê-las após a entrevista. Ao fazer isso, mostrou-as para as colegas de trabalho e teceu alguns comentários acerca das suas distorções (Anexo 04).

Eleuza mudou-se de Ceres/GO para Goiânia com sete anos. A mãe dela, prostituta, teve seis filhos com o primeiro marido, que a agredia. Eleuza é filha de pai desconhecido. Ela tem três filhos, um do primeiro casamento e dois do segundo. Estava, no momento da entrevista, com o divórcio em andamento. Conheceu seu ex-marido agressor, com quem viveu seis anos, na igreja da qual ele era pastor. A primeira agressão que sofreu aconteceu no primeiro ano do casamento, quando estava de resguardo do segundo filho. Foi barbaramente violentada nos anos seguintes. Ele era usuário de álcool e drogas. A história de Eleuza foi parar nas páginas dos jornais, em 1997, quando fugiu de um cárcere privado de três dias, onde estava sendo submetida a violência sexual. O marido também praticava zoofilia. No ano seguinte, 1998, o jornal voltou a publicar sua história, pela ocorrência de uma nova prisão do seu ex-marido, que havia tentado novamente agredi-la e seqüestrar-lhe a filha.

Bia mudou-se primeiro de Vitória da Conquista (BA) para Senador Canedo/GO e depois para Goiânia. Sua família era formada por três irmãos, o padrasto e a mãe, que sustentava a casa. Bia tem cinco filhos e trabalha como doméstica pela manhã e numa empresa de limpeza até às 22 horas. Os seus filhos mais velhos fazem “frete” na feira e ajudam nas despesas da casa. Ela foi noticiada porque seu marido, com quem viveu 14 anos, retalhou seu corpo com um objeto cortante, provavelmente com um estilete, ferindo-a no pescoço, na perna e na mão. Bia conta que foi agredida durante quatro anos e que as agressões ocorreram no período em que ficou grávida da filha caçula, quando moravam em Senador Canedo/GO. Lá, ela denunciou o marido, mas retirou a queixa uma vez. Quando foi ferida, já

morando em Goiânia, ela procurou a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher para denúncia e foi, pessoalmente, à TV, para expor as ameaças do marido que andava rondando sua casa. Bia concordou em dar entrevista ao jornal, mediante sugestão da delegada. O marido ficou preso na CPP - Casa de Prisão Provisória - por cinco meses e tornou-se evangélico.

Os casos de Rute, Sueli, Dagmar, Mariana, Eleuza e Bia são emblemáticos para os objetivos desta pesquisa. A par de que se tratam de casos singulares da violência contra a mulher, ao mesmo tempo permitem a emergência de elementos reveladores da universalidade da violência contemporânea. Isso constitui a riqueza dessas histórias que, aparentemente, são apenas casos individuais – e o jornal assim os fazem parecer. Resgatar essas histórias, num processo de reflexão que parta da aparência à essência, do particular ao universal, é resgatar a condição humana dessas mulheres.

2.4- Caracterização das mulheres entrevistadas

Quatro dessas seis mulheres são oriundas de cidades do interior, de Goiás e de outros Estados. As duas que nasceram e cresceram em capital (Rute em Goiânia/GO e Sueli em Belém/PA) também são as duas que tiveram grupo familiar monofocal tradicional: pai, mãe e irmãos. As famílias das demais eram do tipo matrifocal, cujas mães foram responsáveis pela manutenção e educação dos filhos por diferentes razões: a mãe de Eleuza era prostituta, a de Mariana, viúva, as de Bia e de Dagmar sustentavam, na ausência dos maridos, o cotidiano familiar.

Das seis entrevistadas, cinco tornaram-se chefes de família. Apenas Sueli não ocupa o lugar de provedora do grupo familiar e, no momento da entrevista, era a única que estava desempregada. Rute, Mariana e Dagmar já eram as principais responsáveis pelo sustento das suas famílias antes da violência divulgada nos jornais e Bia e Eleuza ocuparam esse lugar após a separação dos maridos agressores. Bia e Sueli estavam no primeiro casamento e seus filhos são também de seus agressores. As demais já estiveram em outros relacionamentos. Rute, Dagmar e Mariana não tiveram filhos de seus agressores, enquanto Eleuza teve filhos com o seu agressor e no casamento anterior.

QUADRO Nº 01 CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS								
Nome	Idade	Estado Civil	Residência	Profissão	Escolaridade	Estado	Tempo de relacionamento com o agressor	Nº filhos
Sueli	37	Casada	Interior	Desempregada	Ensino Médio			
Deisele	41	Separada	Interior	Desempregada	Ensino Médio			
Rene	40	Divorciada	Interior	Desempregada	Ensino Médio			
Mariana	37	Divorciada	Interior					
Eleiza	36	Divorciada	Interior					
Rita	36	Separada	Interior					

Em relação à faixa etária, as mulheres entrevistadas pertencem ao segundo grupo etário de maior concentração de notícias publicadas, de 31 a 40 anos²⁵. De acordo com as matérias publicadas nos jornais, as mulheres em situação de violência noticiadas têm maior concentração na faixa de 21 a 30 anos, enquanto os homens estão distribuídos de forma mais equivalente, incluindo menores de 18²⁶ anos e maiores de 60, com indicação de maior concentração na faixa etária que vai de 31 a 40 (ver tabela a seguir).

FAIXAS ETÁRIAS DAS MULHERES						
IDADE	MULHERES			HOMENS		
	Q1	Q2	Q3	Q1	Q2	Q3
ATE 20						
21 A 30						
31 A 40						
41 A 50						
MAIS DE 50						
NÃO INFORMADO						
TOTAL						

²⁴ - O valor do salário mínimo no período das entrevistas era R\$ 136,00.

²⁵ - Não foi possível obter depoimentos de mulheres de todas as faixas etárias, como tinha sido previsto, em função da dificuldade de encontrá-las e da disposição de cada uma em participar da pesquisa.

²⁶ - Foram encontrados dois casos de agressores menores de 18 anos, sendo a mulher maior ou igual a 18. E dois casos de agressores com idade acima de 60 anos.

Os dados relativos às idades de mulheres e homens em situação de violência doméstica convergem para os estudos sobre o tema de que essa violência não pertence a uma faixa etária específica. Trata-se de um fenômeno que ocorre em idades variadas de vítimas e agressores, mas que se concentram entre 21 e 40 anos. *“São estas as faixas etárias em que a maioria das pessoas está casada, o que reforça a hipótese de rotinização da violência. Ademais, estas constituem etapas da vida em que os casais têm filhos crianças e/ou adolescentes”*, afirma Saffioti (1994:173). Levando-se em consideração que as matérias selecionadas referem-se a relações conjugais, os dados tendem a confirmar a tese da rotinização da violência no período do casamento e na idade reprodutiva da mulher. Entre as mulheres entrevistadas, Eleuza, Bia e Sueli estavam casadas e tinham filhos (crianças) com os maridos agressores. As outras três, tinham filhos adolescentes e jovens, mas não de seus agressores.

A hipótese da rotinização da violência contra a mulher na vida conjugal pode ser analisada, também, a partir dos dados sobre morte da mulher. Na Tabela nº 01, pode-se notar que, das 196 notícias catalogadas, 52, isto é, 26.53%, referem-se a casos que resultaram em morte. Os homicídios de mulheres, responsáveis por grande parte da visibilidade da violência doméstica, são apenas a ponta do *iceberg*, afirma Machado (1998), uma vez que esta é mais ampla do que os homicídios: *“A violência física doméstica é cotidiana, rotineira e rotinizada e, geralmente, produtora de uma escalada, em que a morte pode vir a ser (mas nem sempre o é) o ponto final”* (1998:103). É interessante notar que os casos analisados na pesquisa referem-se, coincidentemente, a tentativas de homicídios advindas de ameaças, agressões, proibições e provocações cotidianas.

2.4.1 - Escolaridade e trabalho

A escolaridade articulada à presença no mercado de trabalho são elementos de sociabilidade que ganham importância significativa quando, na pesquisa, são relacionados à constituição familiar e à condição da mulher no casamento frente à centralidade do marido como provedor do grupo familiar. A escolaridade e o trabalho são, então, mediações que revelam a relação entre a constituição social das mulheres e a situação de violência. Revelam, também, uma contradição entre o modelo ideal de funcionamento da família e o fato de as mulheres tornarem-se chefes e provedoras do grupo familiar.

No Quadro nº 02, observa-se que a renda familiar das seis mulheres entrevistadas varia de um a cinco salários mínimos, que nenhuma delas tem curso superior e que a maioria entrou precocemente no mercado de trabalho. O trabalho infantil e a baixa escolaridade do grupo pesquisado - apenas duas chegaram ao Ensino Médio - indicam uma relação da situação sócio-econômica do grupo entrevistado e o seu acesso à educação. Quatro das seis mulheres começaram a trabalhar ainda na infância, realizando serviços domésticos em casas de “família”, em troca de roupas, sapatos e algum “dinheirinho”. Dagmar, Eleuza, Bia são emblemas de pessoas que tiveram a infância e a vida escolar sacrificadas em função do trabalho. O depoimento de Dagmar, única filha entre seis irmãos, revela a relação direta entre os elementos:

Nós éramos muitos irmãos, morávamos em São Luiz dos Montes Belos, lá era um lugar difícil de arrumar serviço para o meu pai. A gente passava necessidade e minha mãe resolveu que uma senhora cuidasse de mim. Eu fui para a casa dessa mulher, mas para ajudar olhar as crianças. Parei de estudar por consequência de morar na casa dos outros sempre. Foi porque também eu casei cedo. Casei com 15 anos. Depois que eu me casei, não voltei a estudar (Dagmar).

Se a educação escolar é vista como uma possibilidade de melhorar as condições de vida, a via e a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, como mostra o depoimento de Bia: *“às vezes a gente não encontra um trabalho melhor porque não tem um estudo”*, o casamento também é tido como uma alternativa dessa melhoria - nesse caso, das classes populares -, uma vez que o marido figura como o principal provedor da família. Nesses casos, a escola e o trabalho remunerado fora de casa passam a ter uma importância secundária em relação ao papel que a mulher desempenha no casamento.

É interessante notar que, apesar de as estatísticas indicarem e os casos da pesquisa comprovarem, a tendência de a mulher tornar-se provedora, a visão de um ideal de família que tem no marido a figura do provedor, contribui para que as mulheres “deixem” de investir em um projeto pessoal para “cumprir” um determinado “papel” que lhe é delegado no ambiente familiar. O casamento, o cuidado com os filhos e com a casa são apontados como os “motivos” para a interrupção do trabalho e do estudo. *“Eu tinha me matriculado no 3º ano, mas eu já tinha a minha filha e estava grávida de outro. Meu esposo não aceitava outra pessoa cuidar das crianças. Então parei de estudar”*, diz Mariana, que trabalhava desde os 12 anos, e que deixou de trabalhar fora de casa e de estudar em razão de seu casamento: *“Na época que estava casada eu não trabalhava, nem estudava porque ele não deixava.”* Somente no momento em que o marido passou a não cumprir a função de provedor, quando “ele

deixava faltar coisas em casa”, é que Mariana retomou o trabalho e, posteriormente, separou-se.

No depoimento de Sueli, há um argumento que invoca a responsabilidade da mulher com o cuidado dos filhos: *“Depois que eu fiquei grávida, casei e parei. Ai fiquei só cuidando de filho e não fiquei mais interessada no estudo. A gente tem mais é que estudar, mas é tanta preocupação com filhos, de não poder ficar sozinho em casa, essas coisas.”* Sueli ingressou no mercado de trabalho na fase adulta, porque seu pai não permitia que ela trabalhasse. Depois do pai, o marido a impediu disso, segundo ela, em razão de ciúmes.

Comparada às demais mulheres, Sueli é a única do grupo que intitula o marido como provedor da família, mesmo nos períodos em que ele fica desempregado. Esse dado é importante, porque Sueli é também a única que esteve sob a tutela do pai até o casamento. Deixou de conviver com o pai protetor, conforme ela o descreve, para conviver com o marido ciumento. De certa forma, deixou de estar sob a tutela de um para viver sob a tutela de outro, no que se refere à manutenção e proteção de sua vida. Dessa forma, o trabalho para ela tomou um sentido provisório, pois sua principal “função” não é o trabalho remunerado fora de casa, mas o cuidado com a casa. O caráter esporádico do trabalho fora de casa contribui para a invisibilidade da sua atividade econômica. Ela foi funcionária pública e trabalhou em campanhas políticas. Isso tem implicações na desqualificação do seu trabalho, o que a leva a afirmar o marido como o responsável pelo sustento da casa. Essa postura diante do trabalho pode, provavelmente, ser um dos elementos de importância significativa na sua atitude de retirar a queixa contra o marido e, conseqüentemente, retirá-lo da prisão após a tentativa de homicídio.

Rute, que também começou a trabalhar na fase adulta, é a que tem a trajetória de trabalho mais diversificada, tendo exercido diferentes profissões, de enfermeira a funcionária pública. Esse dado pode ser relacionado ao seu nível de escolaridade, pois tanto ela quanto Mariana estudaram até o Ensino Médio e ambas diversificaram suas atividades e são as detentoras de maior renda. No entanto, Rute também revela que o trabalho e a renda da mulher são fontes de conflitos nas relações conjugais. Ela alega que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária do Estado em função de problemas no seu relacionamento: *“Eu estava muito desestruturada porque esse homem com quem eu vivi tinha uma renda bem menor que a minha, era muito desestruturado. Ai eu fui me sobrecarregando de despesas e o pai da*

Catarina (a filha) ainda não me dava a pensão. Eu trabalhava demais com os políticos, sempre me sugando muito. Quando chegava época de campanha eu trabalhava demais e não tinha retorno. Ai eu apelei, entrei no P.D.V.”.

O conflito gerado pelo homem ter uma renda menor que a da mulher aponta, mais uma vez, para a centralidade do papel de provedor que o homem ocupa no grupo doméstico e nos conflitos de gênero. Segundo Machado e Magalhães (1999: 223), a hierarquia nas relações conjugais se estabelece mediante uma aliança na qual “a *contraprestação ao provedor é a sexualidade virtuosa da esposa*”. Seguindo essa lógica, pode-se concluir que, se o homem não é o provedor, ele não pode exigir da mulher a virtuosidade como contraprestação e vice-versa. Voltando ao caso de Rute, ela demonstra, em seu depoimento, que esse “contrato de conjugalidade” não estava sendo cumprido – e talvez disso decorressem a desconfiança, o ciúme e as agressões de seu companheiro. A sua entrada no P.D.V., abrindo mão do emprego, pode ter sido, de certa forma, uma tentativa de restabelecer um contrato dessa natureza e reduzir os conflitos decorrentes dessa situação.

Portanto, colocar o casamento, a responsabilidade doméstica e o cuidado com os filhos na centro de suas atividades, em detrimento de uma trajetória de valorização pessoal, não ocorreu por acaso, ou naturalmente, na vida dessas mulheres. Somando-se à situação econômica, a identidade de gênero opera no sentido de indicar o seu lugar numa sociedade que tem como padrão de organização a desigualdade social e espera das pessoas o cumprimento de papéis determinados legitimados pela naturalização da desigualdade. Isto é, se o gênero “*remete à construção cultural coletiva dos atributos da masculinidade e feminilidade*” (Grossi, 2000, p.44), a identidade de gênero permite pensar o lugar do sujeito numa cultura determinada. E esse lugar, nos casos dos sujeitos da pesquisa, em relação à família, é o de esposa, dependente e mãe, no sentido de assumir o papel de quem abre mão da escolaridade e do trabalho em função dos filhos, e, pelo menos no campo das expectativas, coloca o marido/companheiro no lugar do provedor, ainda que, contraditoriamente, seja responsável pela educação e manutenção de si mesma e dos seus filhos.

Quando Scott (1995) afirma que o gênero é uma categoria histórica constitutiva das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma primeira forma persistente, na cultura ocidental, de significar relações de poder, ela o faz porque percebe que, na legitimação dos papéis sexuais, está implícita uma relação hierárquica que supõe uma

desigualdade na relação entre o homem, detentor dos atributos masculinos (força, segurança, razão), e a mulher, detentora dos atributos femininos (fragilidade, insegurança, emoção). A própria definição do que são atributos masculinos e femininos é também uma questão de gênero e guia o paradigma de ser homem e de ser mulher, porque embasada no sistema de valores, normas e cultura.

O argumento da desigualdade pode até se basear ideologicamente no discurso biológico, comum à cultura ocidental, da diferença entre os sexos, mas, como alerta Grossi (2000), ele repousa na identidade de gênero: *“Na verdade, sempre agimos como mulheres socialmente programadas e, não, como costumamos pensar, como mulheres biologicamente determinadas”* (p. 35). Nesse sentido, há um sistema que combina sexo (diferença biológica), sexualidade (sentimento ligado às práticas sexuais), identidade de gênero (lugar do sujeito) e gênero (construção social das relações entre homens e mulheres), elementos que compõem as questões de gênero, e que se apresentam “diluídos” nos demais elementos de constituição do sujeito, podendo não serem percebidos, como se verá na questão da adesão religiosa.

2.4.2 - A adesão religiosa

A religiosidade obteve importância singular como elemento que estabelece uma mediação no contexto da violência doméstica contra a mulher. Em relação à adesão religiosa, o vínculo do grupo pesquisado é representativo: duas mulheres são espíritas; duas, evangélicas; uma, testemunha de Jeová; e uma, católica. No entanto, não são vínculos de frequência assídua às igrejas. A falta de assiduidade aos rituais religiosos pode ser justificada pela falta de condições econômicas e sociais para cumprir exigências, como revelam Dagmar: *“devido eu ser uma pessoa sozinha, ainda não consegui seguir o padrão que a religião exige”*, e Bia: *“frequente, mas nem toda semana, porque no meio das semana eu estou trabalhando e no domingo eu estou lavando as roupas”*. Apenas Eleuza frequenta assiduamente o seu grupamento religioso e é a única que conta com apoio material da igreja pentecostal: uma cesta de alimentação por mês, para o sustento dos filhos.

Apesar de a maioria das entrevistadas não cumprir os rituais instituídos, a religiosidade se apresenta como elemento que oferece “um sentido” à situação da violência vivida. A doutrina religiosa estabelece uma mediação, às vezes de valor explicativo, às vezes de forma a legitimar a esperança na superação dos problemas cotidianos, que se materializa em um suporte para a mulher que passa pela experiência de violência. Esse suporte ocorre

tanto no campo da religiosidade enquanto elemento cultural, quanto do ponto de vista institucional, isto é, da atuação da instituição igreja como catalisadora e, ao mesmo tempo, alimentadora dessa religiosidade.

Nos depoimentos de Bia e de Rute, podem-se perceber esses dois movimentos, o da religiosidade e o da adesão institucional, em função de suas experiências:

Eu estou viva hoje porque... eu pensava tanta coisa quando aconteceu isso comigo ... eu pensava de ir embora, de me matar. Mas, pelos meus filhos, eu olhava para eles e pensava: meus filhos só dependem de mim agora, eles não têm mais pai. Foi isso que me deu força de eu viver. Primeiramente, Deus na minha vida e meus filhos, porque sem eles e sem Deus eu não estaria aqui hoje, te dando esta entrevista (Bia).

“Eu freqüentei, uma época, a igreja Presbiteriana. Em 97, não, início de 98. Por causa dessa história. Precisava de um suporte maior” (Rute).

Ao funcionar como catalisadora (Rute admite ter procurado uma igreja por causa da sua situação), a igreja pode vir a exercer, de forma significativa, um papel de mediadora, de forma a interferir diretamente na compreensão e no sentimento. O poder da instituição igreja tem raízes na religiosidade, um elemento cultural de grande força na história da humanidade, como mostra Freud (1974) em seus estudos sobre as idéias religiosas.

A hipótese freudiana é a de que a *“as idéias religiosas, tidas como ensinamentos, não são resultados finais de pensamento, mas ilusões”* (Freud, 1974: 43), advindas do desejo. Ilusão, nesse caso, adverte Freud, não é erro, é derivação dos desejos humanos. O segredo da força religiosa reside na força desses desejos e nas reminiscências históricas: *“... o cabedal de idéias religiosas inclui não apenas realizações de desejo, mas também importantes reminiscências históricas. Essa influência concorrente de passado e presente tem de concernir à religião uma riqueza de poder verdadeiramente incomparável”* (p. 56). Assim, o sofrimento humano encontra conforto nas idéias religiosas, porque se alia a um sentido, ainda que ilusório, coerente com a condição humana que está dada pela contradição entre o desejo de realização dos desejos e a impossibilidade concreta dessa realização.

Em seu depoimento, Dagmar expressa a força que tem o sentido oferecido pela religiosidade frente ao sofrimento: *“a pessoa sem um Deus, é vazia. Por eu acreditar muito no meu Deus, e ter muita força nele e não pedir nada a ele, mas agradecer por tudo que ele me faz a cada dia, é que eu estou hoje aqui conversando com você”*. O sentimento de “completude”, advindo das idéias religiosas, manifestado por Dagmar (sem Deus a pessoa é vazia), aliado à adesão institucional formam um movimento importante. Não é por acaso que,

nos seis casos estudados, a religiosidade comparece de forma marcante e, em alguns casos, de forma decisiva, do ponto de vista do enfrentamento da situação de violência, como se pode perceber em relação ao pentecostalismo.

Em um estudo sobre a adesão religiosa na esfera familiar, Machado (1996) analisa a conformação das famílias pentecostais e carismáticas no Brasil. A autora defende a tese de que as mulheres, em relação aos maridos, estão mais susceptíveis à experiência religiosa em função da responsabilidade pelo bem-estar espiritual da família. Além do que o caráter ambíguo do pentecostalismo modifica a estrutura familiar em favor das mulheres, uma vez que a adesão conjugal modifica o comportamento masculino referente à violência, à prostituição, ao alcoolismo etc., ao mesmo tempo em que reforça as atitudes femininas de abnegação e os valores morais da família.

A história de Bia sinaliza que a adesão de seu ex-marido agressor ao pentecostalismo, enquanto estava detido, determinou nele uma mudança de comportamento e fez com que os amigos intercedessem para que ela retomasse o casamento:

Agora que eles (os amigos) estão sabendo que ele está mudando, às vezes vão lá em casa, conversam comigo, falam para eu voltar. Eles falam assim: você viveu 9 anos bem com o seu marido, você tem os seus filhos, ele é um bom pai, se ele fosse ruim para os meninos, tudo bem, mas agora ele mudou, ele é crente agora, ele é outra pessoa. Você tem que pensar muito, porque você tem cinco filhos e os meninos vão precisar dele e eles vão cobrar mais tarde de você (Bia).

O relato de Bia demonstra que a adesão religiosa é um elemento que ganha força no rearranjo familiar, de forma a acomodar os parceiros e a consolidar os papéis sexuais tradicionais, nos quais a mulher figura como a abnegada, a que deve perdoar. Nesse sentido, Machado (1996) destaca pesquisas sobre o pentecostalismo na América Latina²⁷, para afirmar que a ideologia pentecostal legitima as desigualdades de gênero e reforça o poder e a autoridade dos homens, tanto no âmbito privado quanto na comunidade religiosa, mesmo quando combate e ajuda a romper com aspectos de comportamento masculino desfavoráveis às mulheres.

Em relação ao pentecostalismo, Machado (1996) aponta um elemento que ganha importância para a compreensão da adesão pentecostal e a relação com a violência: a “*endemonização*”. Trata-se de um fenômeno identificado, pela autora, como freqüente nos

²⁷ - A autora refere-se a GILL, L. Like a veil to cover them: Women and the Pentecostal Movement in La Paz. In: *American Ethnologist*, vol . 17, n°4,1990.

grupos pentecostais das classes populares, segundo ela devido à baixa escolaridade e à passagem anterior por religiões afro-brasileiras, e que constitui elemento religioso central para a explicação dos desvios de comportamento:

(...) os pentecostais em geral interpretam os comportamentos desviantes (traição, agressão física, alcoolismo e outros vícios) como sintomas de uma crise espiritual. São os espíritos malignos ou forças demoníacas que atuam na vida do indivíduo, destruindo-lhe a personalidade. Sem consciência do que lhe ocorre, este indivíduo age de maneira incontrolável, agredindo sua companheira e destruindo sua família (p.109).

Essa visão pentecostal tem conseqüências importantes na violência contra a mulher. Sueli é pentecostal e encontra na endemonização um recurso explicativo para as dificuldades que enfrenta na vida familiar. As fraquezas do seu marido, como o alcoolismo, o ciúme e a agressão têm, para ela, raízes na crise espiritual. A força dessa explicação, somada aos elementos apontados anteriormente (a centralidade do marido como provedor e o papel que ela ocupa na casa), contribuem para apreender a sua atitude, quando ela retira a queixa contra o marido e decide pôr uma pedra sobre o que aconteceu:

Você sabe que as tentações existem mesmo, existe esse negócio do demônio. Então você está fraco, está bêbado, com o coração vazio, o que acontece? acontece esse tipo de coisa. Então, depois que aconteceu isso aí (o marido tê-la esfaqueado), hoje em dia eu converso com quem eu quero, parou aquele ciúme. Porque eu estava vendo que não era dele, não era uma coisa dele, eu mesma fui e retirei a queixa. Logo que aconteceu, eu pensei em me separar dele. Eu vim do hospital, deitei nesse sofá e vieram umas irmãs fazer umas orações. Elas falaram que era obra do demônio para destruir o lar. E realmente era. Porque a gente já estava afastado da igreja uns dois anos. Eu acho que era obra mesmo, o demônio queria destruir o nosso lar. Ele quase, mas não destruiu porque agora, graças a Deus, eu vivo bem com o meu marido (Sueli).

A mediação feita através da igreja, oferecendo um explicação da violência como intervenção diabólica, levou Sueli a perdoar o marido e a permanecer no casamento, o que indica, para ela, uma vitória sobre as tentações: seu casamento melhorou após a agressão, o marido não sente mais ciúmes e permite que ela trabalhe. A endemonização como força explicativa, nesse caso, retirou a violência do campo social e histórico, negando essas condições às relações de gênero e a responsabilidade pela agressão, ao indivíduo. Como afirma Machado (1996): *“enfatizando o pecado do comportamento individual inspirado no demônio, o pentecostalismo obscurece o caráter social dos problemas dos fiéis, não só os de classe e etnia, mas também os de gênero”*(p. 136). No caso de Sueli, a doutrina religiosa afirma que houve interferência do demônio nas agressões do marido. Nesse caso, a resolução do problema deixa de estar ao alcance do terreno para se tornar uma guerra entre “deuses”.

A doutrina religiosa como explicação concorre para o que foi dito sobre o obscurecimento do caráter social da violência, bem como das questões de gênero que estão na sua base. Não bastassem as exclusões sociais a que as mulheres estão submetidas, do ponto de vista da escolaridade e do mercado de trabalho, a religiosidade torna ainda mais opaco o contexto da violência doméstica, cumprindo uma função contraditória: ao mesmo tempo em que oferece um sentido individualizado para o fenômeno e explicações que se situam “fora” da organização social e das relações de gênero, ela serve como sustentação emocional para a mulher, que encontra uma explicação lógica para o que seria “inexplicável” do ponto de vista da lógica racional. Um conforto que se revelou fundamental para a sobrevivência de Bia, como se viu, quando do seu desejo de se matar após a agressão do marido.

Ao estabelecer essa relação, percebe-se que há um movimento entre a doutrina que contribui para manter a mulher no lugar social tradicional, com papéis definidos a cumprir, e a identidade de gênero (que diz respeito à maneira como se materializa individualmente, subjetivamente, a construção social de gênero), tornando algumas mulheres vulneráveis à religiosidade. Isso significa afirmar que, ao mesmo tempo em que a religiosidade produz e consolida uma determinada condição feminina, uma construção da identidade de gênero da mulher, ela também fertiliza o campo para que a doutrina religiosa se estabeleça como uma explicação da realidade das mulheres recortadas pela violência doméstica.

O mesmo poderia ser dito em relação às demais esferas da sociabilidade humana. Fala-se aqui da existência de um padrão de violência que abarca as esferas da sociabilidade e que tem conseqüências específicas e singulares nas mulheres. Esse padrão se revela no simples fato de se admitir, nas diferentes esferas de organização social, que um pode algo que o outro não pode, isto é, um padrão que faz concessão à desigualdade entre pessoas. Com isso, pode-se ir além da hipótese de Salem (1981), que afirma que o condicionamento de classe das mulheres - ela estudou mulheres faveladas - propicia a maximização da intensidade dos processos inerentes à condição feminina: *“Isto é, ao imprimirem um sentido particular ao seu papel de trabalhadora tanto na família quanto fora dela, esses condicionamentos, ainda que paradoxalmente, devolvem essas mulheres ao lar, ao mesmo tempo em que reiteram a demarcação das fronteiras do feminino/masculino”* (p. 94). Poderia-se dizer que o padrão social de violência que permite uma desigualdade não só entre classes, como nas relações entre adultos e crianças, brancos e negros, adeptos e não adeptos de determinada religião, legítima, também, a violência contra a mulher baseada na diferença sexual. Enfim, as

condições de vida da mulher numa sociedade que legitima a desigualdade — a começar pelas classes sociais — revelam a violência do seu padrão social que, também, deixa marcas na construção social da mulher.

III – A CONDIÇÃO DA MULHER E A VIOLÊNCIA EM CASA

“É extremamente mais difícil matar um fantasma que uma realidade”.
(Virginia Woolf)

O fato de mulheres²⁸ serem vulneráveis à violência justamente no espaço familiar, idealizado, na sociedade moderna, como palco sagrado e refúgio para a barbárie social²⁹, é analisado por Saffioti (1994) como resultado da socialização: “*Não obstante o enorme perigo representado por familiares, continua-se a socializar a mulher para temer os desconhecidos*”(p. 158), diz a pesquisadora. Essa afirmação se confirma nos números da pesquisa feita nos jornais de Goiânia (ver Tabela 03). Na maioria das notícias selecionadas para definir os sujeitos da pesquisa, a violência aconteceu na casa da vítima. No *Diário da Manhã*, elas representam 65% dos casos e em *O Popular*, 53,5%. Mesmo nos casos publicizados, em que a violência aconteceu fora de casa, há indicativo de que a mulher já tinha sofrido a mesma violência na sua residência, cometida pelo seu companheiro ou ex-companheiro.

²⁸ - Crianças e idosos também figuram entre os vulneráveis à violência intrafamiliar, que é atravessada pelas questões de gênero, de autoridade, de classe social, compondo um perfil bastante complexo da família em relações de violência.

²⁹ - Sobre a história da família, ver: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Sociologia da família. In: CANEVACCI, M. *Dialética da Família*. Trad. Nelson Coutinho. 5ª ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1987; ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981; LASCH, christopher. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* Trad. Italo Tronca e Lúcia Szmrecasanyi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; SARTI, Cyntia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores e Associados, 1996; POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Para Machado e Magalhães (1999), as relações amorosas são regidas pelas construções hegemônicas das categorias do masculino e do feminino que, por sua vez, se estabelecem através de um modelo de conjugalidade definido “*como relações estáveis entre homens e mulheres que pressupõem o exercício da sexualidade, a coabitação e a reprodução familiar*”(p. 236). É nesse espaço da conjugalidade, isto é, a casa, que os conflitos de gênero dessas relações que disputam a violência se estabelece.

Nesse sentido, o ideal de família como lugar de proteção à violência vem sendo diluído à medida em que ela se constitui, também, em espaço de sua produção, com o agravante de que é capaz de protegê-la e legitimá-la sob o argumento da autoridade. Machado e Magalhães (1999) afirmam que, “*na crença romântica dos anos 1950, casamento e família rimavam com amor e afeto. Cavalheirismo, com respeito e não com poder. Violência, com incivilidade e grosseria*”(p. 173). Esse romantismo elitista, dizem as autoras, produziu a crença de que o processo de modernização balizaria uma sociedade mais “civilizada”, com relações interpessoais mais “refinadas e dóceis”. No entanto, o que se desvendou foi um cenário absolutamente contrário às previsões, ou ilusões românticas.

A casa é um espaço de conflitos, tensões e negociações cotidianas, é o que apontam os estudos recentes sobre a família. Araújo (1998) afirma que, como espaço de referência e refúgio, de constituição primária de identidades e de atendimento às necessidades básicas, materiais e afetivas, a casa “*não é só aconchego, serenidade e diversão. Poder-se-ia dizer que, como muitos outros espaços, a casa é campo de lutas declaradas, amistosas, dissimuladas ou, ainda, lutas que não têm visibilidade para além de seu espaço doméstico*”(p. 146).

Uma tênue distância entre o que seja violência e “punição necessária” perpassa a socialização no grupo familiar. Pode-se afirmar que esse é um elemento que contribui para conformar o espaço familiar como abrigo da violência. Pois esta, como ato disciplinar, pode tornar-se uma ação autorizada que comparece sob uma forma hierarquizada, na qual a autoridade – cujo reconhecimento é inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeam³⁰ – se personifica. A associação direta entre punição como necessária à educação é

³⁰ - Hanna Arendt (1994) sobre a diferença entre poder, vigor, força, autoridade e violência.

feita por Dagmar quando relata a determinação e o cumprimento de regras no seu grupo familiar:

“Era pela educação. Por a minha mãe ser só, ela tinha que educar meus irmãos, e até mesmo a mim. Eu apanhei muito da minha mãe, fiquei muito de castigo, mas violência nunca vi não, na minha família nunca teve. Além dela bater muito, que isso eu lembro muito, ela ainda botava a gente de castigo. Tinha punição quando a gente desobedecia” (Dagmar).

A punição, nesse caso, é aceita em função do parentesco e do papel de provedor que cumpre o/a disciplinador/a para estabelecer limites e é considerada necessária à educação. Sob esse tipo de argumento, a violência pode se estabelecer no espaço familiar e não ser “considerada” como tal, pois está travestida de uma funcionalidade disciplinar/educativa.

Quando se trata da violência conjugal, o ato disciplinar reaparece como uma justificativa dos homens. Machado e Magalhães (1999), ao analisarem falas de agressores, mostram que a violência tem sempre, para eles, um sentido disciplinador. Alegam que “*as mulheres não obedeceram ou não fizeram o que deviam ter feito em nome dos filhos, ou pelo fato de serem casadas*”(p. 233). Nesse sentido há a culpabilização da mulher pelo ato violento que a vítima: o companheiro de Rute tentou matá-la, porque ela “desobedeceu” às condições por ele impostas para continuar o relacionamento; o de Bia, porque ela não queria manter relações sexuais. Enfim, essas mulheres não cumpriram com as suas “obrigações” dentro da ordem moral familiar e coube ao marido “discipliná-las”.

A violência contra a mulher ganha, então, contornos complexos, porque se instaura no conjunto das relações, das convicções morais, dos modelos de comportamento, definição de papéis, como um mecanismo “natural” disciplinador com vistas a “resolver” os conflitos de uma relação. Frente a esse fato, cabe questionar por que é a mulher quem fica no lugar de quem deve ser disciplinada e, ainda, por que essa forma de disciplina ganha legitimidade social. Um dos caminhos para apreender essa complexidade é oferecido por Chauí (1985), que coloca essa discussão a partir da autonomia e da heteronomia na constituição social das mulheres.

3.1 – A heteronomia, um caminho para violência

Uma das formas de apreender a condição da mulher apresentada por Chauí (1985) se apóia na hipótese de que “*a cumplicidade das mulheres em receber e praticar violências*”(p. 47) se relaciona ao modo como, na sociedade moderna, elas são colocadas como sujeitos. De

acordo com a autora, as mulheres constituem-se pela heteronomia³¹, isto é, são seres para os outros, dependentes subjetiva e afetivamente, originariamente definidas como esposas, mães e filhas, nas posições (papéis) relacionadas à família. Dessa condição, diz a autora, decorrem as dependências econômica, política, cultural, e a legitimação da condição da mulher na sociedade. Para os homens, ao contrário, a posição familiar (marido, pai e filho) é apenas um acontecimento, pois o seu lugar de definição é o espaço público. A diferença entre o tornar-se sujeito homem e o tornar-se sujeito mulher espelha a tradicional separação entre as esferas do público e do privado como opostas entre si, sendo a primeira definida como o lugar do exercício da liberdade e da política (o lugar do homem); e a segunda, o lugar da privação³² (lugar da mulher).

Essa diferença está fundada no padrão de desigualdade entre homens e mulheres, que inclui e extrapola, ao mesmo tempo, a desigualdade entre classes. Segundo as reflexões de Beauvoir (1980), a origem da subalternidade da mulher e do desejo de dominação do homem é decorrente de uma necessidade primária de sobrevivência do clã, que se relaciona ao fato de, nas hordas primitivas, a mulher ter ficado presa à fecundidade “*absurda*”³³, uma vez que a reprodução não era controlada e nem valorizada. Condenada à reprodução incessante, a mulher não pôde participar das guerras, da ampliação dos recursos e dos poderes do clã. Portanto, não teve participação na invenção e no domínio da ferramenta. Isso significa que, nas hordas primitivas, a superioridade dos homens foi obtida em detrimento da condição biológica da mulher e por uma necessidade de sobrevivência.

Essa superioridade foi vivida sem mediações e, por isso, num primeiro momento, não foi “*desejada*”. Beauvoir (1980) afirma que o “*desejo*” de dominação do homem aconteceu através dos mitos, concomitantemente ao surgimento dos sistemas de valores - o surgimento da família, do Estado, da religião, da educação -, quando a diferença sexual se traduziu em leis, normas e cultura. Sedimenta suas análises tomando o trabalho como a

³¹ - A definição de heteronomia está diretamente ligada à autonomia que, segundo Chauí, é a liberdade, que é “*aptidão para transformar os dados brutos de nossa experiência em reflexão sobre sua origem e para lhes dar um sentido novo*” (Chauí, 1985:36). Nesse sentido, heteronomia seria a ausência dessa liberdade.

³² - Nesse caso, privação de liberdade, e, conseqüentemente, de autonomia.

³³ - Simone de Beauvoir (1980) se refere ao fato de que a fertilidade dos animais é regulada pelo cio, ao passo que as mulheres, antes do controle da fertilização, não possuíam mecanismos de impedir a reprodução sucessiva.

categoria mediadora entre a condição humana e a transcendência. Se a mulher primitiva não teve domínio sobre a ferramenta e sobre o trabalho e se o trabalho foi o elemento através do qual o homem produziu um valor de vida transcendente à vida em si, a mulher então realizou a própria transcendência – porque, sendo humana, também lhe é próprio transcender - a partir dos feitos do homem, de suas ações e descobertas:

O guerreiro põe em jogo a própria vida para aumentar o prestígio da horda e do clã a que pertence. Com isso prova de maneira convincente que a vida não é para o homem o valor supremo, que ela deve servir a fins mais importantes do que ela própria. A maior maldição que pesa sobre a mulher é estar excluída das expedições guerreiras. Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis porque, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra e sim ao que mata (Beauvoir, 1980: 84).

Esse pensamento exhibe pertinência, ainda que datada do ponto de vista da força explicativa, porque permite afirmar que a superioridade do homem sobre a mulher na hierarquia social se efetiva a partir da valoração social, a cultura sendo a mediadora. Decorrente de uma necessidade primária, vivida de forma a transformar em desigualdade hierarquizada as diferenças biológicas da mulher, houve a cisão de direitos entre o sexo que engendra e o sexo que mata, guerreira e realiza conquistas. Daí a “*maldição*” da (condição) da mulher que, em função da sua condição biológica, “(...) *não soube tornar suas promessas da ferramenta*” (p. 98).

Historicamente, o corpo do sexo que engendra se transformou em forte argumento de desigualdade. Para Chauí (1985), o corpo feminino é elemento fundamental para as ideologias da feminilidade que mantêm a mulher como uma rocha natural no mundo historializado. Ideologicamente, a esse corpo fica submetida também a razão, pois a razão feminina é a sensibilidade. E a sensibilidade feminina, segundo Chauí (1985), é uma das ideologias da feminilidade que cria o primeiro passo para a violência, porque reforça o padrão de heteronomia, destinando a mulher ao amor **do e pelo** particular.

A permanência da ideologia naturalizadora é nítida no caso das mulheres, cujo corpo é invocado como uma determinação natural. É possível notar que o corpo feminino parece ser um elemento natural irreduzível, fazendo com que a mulher permaneça essencialmente ligada ao plano biológico (da procriação) e ao plano da sensibilidade (na esfera do conhecimento). Maternidade, como instinto e destino, numa sociedade que planeja e controla a natalidade e que administra a procriação, e sensibilidade, numa cultura que desvaloriza o sentimento em face do pensamentos, eis algumas construções ideológicas curiosas nas quais a “natureza feminina” permanece como uma rocha “natural” no mundo historializado (p. 38).

Esse conjunto de idéias sobre a universalidade e a singularidade da mulher revela algumas contradições. Se, na sua universalidade, a condição da mulher está dada a partir da

sua condição biológica, vista socialmente e ideologicamente como “natural” e desvalorizada, ou pela subalternidade³⁴, na sua singularidade uma mulher é algo mais do que essa condição, é mais do que papéis. “*Sou uma mulher. Mas eu não é uma mulher*”, diz Collin (1992), para reafirmar que o sujeito mulher não se define unicamente pela feminilidade e nem se reduz à condição da mulher. Se sua identidade é recortada pela condição dada pelo gênero (isto é, pelas relações), não significa que se reduza a ela. A determinação sexuada da mulher, diz a autora, pode tornar-se preponderante num processo de identificação, mas acontece também de ela situar-se “*européia em relação a uma americana, ou enquanto intelectual em relação a uma camponesa, ou enquanto adulta em relação a uma criança*”(p. 04).

Então, para além da determinação biológica, percebe-se contradição entre o sujeito mulher universalizado, como ideal, e a condição desse sujeito constituído historicamente pelas relações sociais econômicas, culturais e de gênero, ainda que, ilusoriamente, seja percebido e determinado por uma condição biológica e por uma imutabilidade dessa condição. Essa contradição faz com que o gênero, ao mesmo tempo que participante da constituição do sujeito, ofereça os elementos que questionam a constituição social da mulher. Se esta se constitui pela heteronomia (e isso é uma questão de gênero), essa condição poderá ser diferente mediante relações com valores de gênero modificados. A isso equivale dizer que a condição da mulher é mutável, tanto quanto as estruturas podem ser, isto é, que ao gênero podem ser agregados novos elementos que acabarão por interferir na constituição das identidades de novos sujeitos.

Se, no argumento de Chauí (1985), a mulher é um sujeito heterônomo por pertencer ou estar a serviço do desejo de alguém, isso faz dela um ser que se legitima pela sua capacidade de satisfazer o desejo do outro e, por uma questão de identidade, tal se apresenta, ilusoriamente, como o seu desejo. Ao tomar para si essa condição de heteronomia, a mulher

³⁴ - Para contrapor o discurso da subalternidade universal da mulher, pesquisadores da área de antropologia e história estudaram o protagonismo das mulheres em diversos períodos e diferentes culturas. Isso quer dizer que, mesmo em sociedades altamente opressoras, há as mulheres que se destacam pelo seu protagonismo e pela não submissão à opressão. Sobre isso, ver: ROCHA, Maria José. **La Sexualidad Feminina: su Configuración, el Genero, las Esferas Públicas e Privadas em la Colonia Hornos**. Dissertação de Mestrado, México, 1990. NASH, Mary. La Mujer en la historia. In: **Historias**, nº 10, INAH, México, 1985. VITALE, Luis. **La mitad invisible de la historia. El protagonismo social de la mujer latinoamericana**. Buenos Aires, Sudamericana Planeta, 1986. SCHUMAHER, Shuma y BRAZIL, E. Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

potencializa a violência no sentido de acatar para si seu padrão (ausência de autonomia) e esperar que esse padrão seja o mesmo para todas as outras mulheres.

Permanecendo nesse argumento, é possível perceber a contradição do debate que atualiza o tema da vitimização. Se, de um lado, a mulher é a vítima da violência doméstica, e não há como negar isso, por outro, a sua vitimização – que a toma como um sujeito sem autonomia - acaba cumprindo o papel de mantenedora dessa situação em si, ou seja, da heteronomia. Frente a isso, aparentemente, não há possibilidade de escapar à armadilha do gênero. E, questionando a vitimização, a mulher é tomada como co-participante da relação de violência.

Esse debate contemporâneo instala-se entre essas duas questões, que têm marcos históricos. A vitimização permitiu, historicamente, tornar a violência contra a mulher uma questão social, visível. No entanto, mais recentemente, Grossi (1993) e Gregori (1994) discutem a sua co-participação no processo, revelando os mecanismos que fazem com que ela permaneça na relação, uma espécie de “deixar-se” violentar que alimenta um ciclo, para o qual os equipamentos sociais mostram-se impotentes. É nessa polêmica que se desenvolve o próximo item.

3.2 - A vitimização da mulher e as relações de violência

A partir dos depoimentos das mulheres, foi possível perceber um cruzamento entre a condição de vítima da mulher e a sua condição de participante de uma relação de violência. Isto é, tanto a vitimização confere um entendimento dessa relação quanto, contraditoriamente, revela as circunstâncias em que a mulher “participa” dessas situações, na posição ambígua de quem sabe que se trata de uma violência, mas também, às vezes, estabelece uma troca, no sentido de se defender ou de fazer parte do jogo para manter um relacionamento. Ao falarem sobre a prática sexual com seus parceiros, as mulheres revelaram que os valores de gênero, ou as “ideologias” - como define Chauí - a respeito da hierarquia masculina e da sua posição no relacionamento, cooperam para que elas atuem “consentindo” com a violência, como quem cumpre um papel que lhes cabe.

Dagmar recorre à condição biológica e universal da mulher para justificar o lugar de quem abre mão do desejo em função do desejo do outro. Nesse sentido, ela afirma que somente a mulher pode fazer isso:

Muitas vezes, a mulher não pode falar não, porque muitos homens são ignorantes. Tem homens que não aceitam o não. E para não ter problema, a mulher cede sempre. Porque o homem não tem como fingir no sexo e a mulher tem. Ela pode ficar com o marido ali, não está sentindo nada, mas para satisfazer ele, ela está ali junto com ele. E o homem não é capaz de fazer isso. É ruim para a mulher, mas... você é casada? Pois é, então você está me entendendo (Dagmar).

A mulher não pode dizer “não”, porque cabe a ela o papel de manter a harmonia do espaço familiar. Ou porque ela decide que é “melhor” ceder para que não seja explicitado o conflito, nem ocorra a agressão. É como se ocorresse uma auto-afirmação, aos moldes da heteronomia, para o que faz de conta, dissimula, finge. Para Dagmar, a mulher não deve dizer o que pensa e nem ser o que deseja, para permitir que o outro seja. Sob esses argumentos, reside, na sua fala, uma imagem de mulher baseada em valores de gênero que ela própria não consegue nomear, apenas toma como algo implícito a todas as mulheres, quando pergunta à pesquisadora: “*você é casada? Então, você está me entendendo*”. Contraditoriamente, no mesmo argumento com o qual se vitimiza, Dagmar busca se afirmar enquanto sujeito, uma vez que acata o fato de a dissimulação evitar o conflito, dado que muitos “*homens são ignorantes*”. É com esses mesmos valores de gênero que Eleuza constrói o seu argumento:

Às vezes, para evitar uma contenda, a gente aceita. Por exemplo, se ele procurar a gente, às vezes não tá afim daquilo, aceita porque senão poderia dar um problema no casamento. Eu já passei por esses casos, e quando propõe um sexo diferente, a gente tem que ser dura, não aceita. Agora, num relacionamento normal, se a gente ver que corre o risco de prejudicar, tem que aceitar. Não é que a mulher seja submissa. O homem, por qualquer coisinha, fica irado, quer ser machão, quer ser duro, ele acha que ele é o poderoso. Às vezes, dá medo, um pouco de medo na gente, de começar com agressão, contenda, ou falar demais, julgar. Muitas vezes, para evitar coisas e ter a paz dentro do lar, a gente aceita (Eleuza).

Eleuza também se encontra numa situação contraditória: ao mesmo tempo em que pensa que a mulher deve ceder para evitar o conflito - o que não significa que o conflito acabe -, ela deve dizer “não” em relação às práticas sexuais não convencionais. Ceder até um certo limite, em nome da “harmonia” familiar, ou da própria segurança pessoal, mas há limites que, uma vez transpostos, instalam a violência. A “*escolha*” entre estabelecer o conflito, dizendo “não”, ou ficar calada e deixar as coisas acontecerem são a face da mesma moeda num jogo que é determinado por valores introjetados e legitimados, que levam a mulher a permanecer no lugar de vítima, ou num processo de vitimização. Gregori (1993: 180), quando afirma que, “*De um certo modo, ser vítima significa aderir a uma imagem de mulher*”, reforça essa análise e os depoimentos a seguir, que revelam aspectos nesse mesmo sentido:

Quando, às vezes, ele chegava bêbado, eu imaginava que ele tinha estado com outra, que podia trazer doença. A gente transava sem eu querer. Eu falava: não estou afim. Ele perguntava ‘por que não’, eu acabava cedendo, também para não ficar sem (Mariana).

Eu acho que o desejo do homem é mais importante que o da mulher. Ele desejando é mais importante. No meu caso, é mais eu que procuro o meu marido. Ele diz, 'ah, eu estou cansado'. É melhor ele procurar a gente do que você ficar procurando (Sueli).

Cada mulher entrevistada, em sua singularidade, guarda um grau de heteronomia no sentido de cumprir o “papel” da mulher no casamento: ceder para evitar brigas ou violência física; ou se valer do artifício biológico que o corpo permite como forma de driblar a “ignorância” - a incapacidade de ouvir um “não” - do homem, ou para “resolver” conflitos. Chauí (1984) afirma que uma das características mais dramáticas da heteronomia é o sentimento ilusório de liberdade: definida para o outro, a mulher acredita que faz para o outro, isto é, inversamente, o outro é quem depende dela, o que se confirma na assertiva de Sueli: “*ele desejando é mais importante*”.

O depoimento que se segue revela o que Machado e Magalhães (1999) apontam como importante para apreender a violência doméstica como conflito de gênero, isto é, como questionamento do privilégio de mando do homem. Bia conta que foi agredida fisicamente porque não queria manter relações sexuais com o marido, porque se negou a cumprir o que, pela heteronomia, se convencionou ser o “papel” da mulher: servir aos desejos do outro.

Eu acho que a mulher tem o direito de falar ‘não’. Porque às vezes a gente não está afim, a gente está com problemas. A gente que tem os filhos, cansa muito, trabalha muito em casa. Então chega uma hora que a gente fala ‘não’ e aí... Acho que a gente tem direito de falar ‘não’. Tem muitas que falam, eu mesma falo. Eu acho que ele não tem o direito de mandar. (...) às vezes ele me procurava eu não aceitava e ele falava que eu tinha outro. Por isso que ele me agredia dentro de casa. Ficou ruim. Ele me bateu e eu não queria aceitar ele, às vezes, e ele me batia por causa disso”. (...) ele ia na minha porta me ameaçar: ‘se você não me quiser eu vou te matar, de qualquer jeito você tem que me aceitar, eu fiz isso porque você tem que saber que eu sou seu marido’ (Bia).

Machado e Magalhães (1999), em seu estudo etnográfico do caso de Conceição, chegaram à conclusão de que o ato de violência se apresenta para restaurar o “*sentido da ordem*” esperada pela relação conjugal. Mas esse sentido é antagônico, porque está fincado nas identidades do masculino e do feminino, isto é, de gênero. Ao mesmo tempo em que Bia se nega a cumprir o seu “papel”, por uma escolha sua, ela permanece presa a ele porque a cobrança ocorre no campo da normatização, dos valores sociais. Mas, mais do que restaurar “o sentido da ordem”, a violência é um instrumento de disputa do sentido da ordem. As autoras afirmam que, nessa disputa, a

cláusula em debate é a do entendimento da figura masculina como representação e como decisão em última instância.

As bases tradicionais que definem esferas complementares de poder e de gestão nas relações familiares entre homens e mulheres sempre deixam e deixaram ampla margem para conflitos. O que

se vai delineando como novidade é a generalização da dúvida sobre a noção de “chefia” de casal e de família outorgada à função masculina. Daí, a disputa entre modelos distintos (Machado e Magalhães, 1999, p. 215).

No caso de Bia, a disputa da ordem fica evidente: “*acho que ele não tem o direito de mandar*”, ela diz. Nesse contexto, a violência se instala e toma a forma cíclica, porque a disputa é interminável, a não ser que mudem os “*valores de gênero enraizados e que sustentam uma violência que se quer desenraizar*” (Machado e Magalhães, 1999: 235).

Ao definir violência como a ação que trata o sujeito como coisa e não como ser humano, Chauí (1985) se coaduna com o pensamento de que o lugar do sujeito não é aquele que parece ser, que ele (a mulher, no caso) vive uma realidade ilusória. Para além da aparência, a condição humana está dada pela incompletude, pela busca incessante e não pela fragmentação. Essa pressupõe uma parte que se completa. No entanto, na sociedade moderna, mediante o processo de reificação³⁵ das relações, da perda da dimensão dialética, o sujeito torna-se um ser incapaz de crítica e de convívio com a diversidade, porque foi perdida a consciência das relações humanas. Sua identidade ocorre na aderência ao que lhe afirma, não ao que questiona, problematiza. Para esse sujeito, a felicidade residiria no fim da contradição, na perda do movimento e, como se fosse possível, na completude. Goldman (1979) afirma que o processo de reificação, conseqüência inevitável de uma sociedade mercantilizada, penetra no âmago de todos os setores não econômicos do pensamento e da afetividade e se instala na consciência.

Ora, se a violência é a cosificação da mulher, duas conclusões decorrem: uma de que, se ela não é coisa, ela vive uma realidade ilusória como se fosse real. A sua definição como um ser que detém determinadas características femininas e que cumpre um determinado papel social em função da sua condição biológica, mergulha-a num processo de reificação, em que ocorre a perda da condição humana. Com Lucáks (1974), pode-se então dizer que, no limite, a mulher não é uma coisa, ela é um sujeito que vive uma objetividade ilusória, reificada, como se fosse a única possível. A outra, diz respeito ao fato de que o processo de reificação das relações, isto é, a sua coisificação, e a humanização das coisas, concernem ao padrão de violência social que abarca as relações humanas. Se a violência contra a mulher se

³⁵ - Reificação é um conceito luckasciano, desenvolvido a partir do conceito de fetiche de Marx, que se refere à perda do caráter histórico das relações humanas, à perda do passado, e que culmina na coisificação das relações humanas e humanização das coisas.

instala mediante a ausência de autonomia (marcada pelas relações de gênero), o seu combate reside, então, no resgate da sua condição humana e no rompimento da dicotomia homem/mulher.

Os estudos sobre a violência contra a mulher pautam-se, tradicionalmente, na abordagem dicotômica da dominação masculina e da vitimização. Ainda que esses estudos tenham sua importância do ponto de vista da visibilidade e do estabelecimento de políticas públicas a favor das mulheres em situação de violência doméstica, são insuficientes para o entendimento do fenômeno, como demonstram os estudos de Gregori (1993). Esse entendimento deve invocar a fertilidade do conceito de gênero - no sentido de negação do determinismo biológico que transforma o homem e a mulher, o masculino e o feminino em categorias a-históricas -, porque sugere que a violência conjugal se estabelece numa relação mais complexa do que a fórmula: homem dominante/mulher dominada, estrutura de explicação da “vitimização” da mulher. Se for entendida nessa ordem binária, a violência permanece aprisionada a realidades imutáveis: homem (masculino, forte, dominante, agressor) de um lado e mulher (feminino, frágil, dominada, vítima) de outro. Isto é, em posições que não permitem vislumbrar sua superação, a não ser pela coação jurídico/criminal que ocorre, quando ocorre, após a sua consumação.

Compreender a violência conjugal como operante num sistema de relações afetivas e conjugais permite, como pretende Grossi (1995), “*desnaturalizar’ a violência do masculino e percebê-la também em outras relações emocionais das quais as mulheres são participantes*” (p. 7). No entanto, isso significa admitir que há uma participação relacional da mulher na situação de violência, o que não é o mesmo que afirmar que ela “*concorda*” com a agressão que sofre. Essa abordagem pode apreender quais elementos de alto grau de complexidade constituem a violência conjugal. Gregori (1993) aponta para o fato de que tratar as mulheres como seres vitimados é o pior caminho tanto para a compreensão quanto para a transformação substantiva das relações. Tratá-las como vítimas é retirar delas a condição de sair dessa situação de violência. Ao criticar o uso recorrente desse conceito para o contexto da violência doméstica contra a mulher, Gregori (1993) afirma:

Que violência constitui conflito, não há equívoco. O problema está na idéia de interesses em choque. De um lado, o interesse do dominador. O desejo de mando e a montagem de um sistema que permita que ele se efetive, se perpetue. De outro, o interesse da mulher, que não é claramente definido, uma vez que as mulheres estão sujeitas a uma violência simbólica que anula a possibilidade de definirem seu destino e seus interesses...

Do lado dos homens, portanto, a ideologia machista constitui uma visão de mundo; do lado das mulheres, é pura mistificação. Ou seja, ao afirmar que as mulheres não tomam essa ideologia como visão de mundo, veicula-se a idéia de que elas são complacentes, não porque concordam ou acreditam nessa visão, mas porque toda ação ou aceitação da parte do dominado é resultado de um poderoso ocultamento (p. 127).

Questionar a vitimização da mulher, do ponto de vista teórico, portanto, não é o mesmo que desconhecer a realidade cruel da violência doméstica; nem intenciona enfraquecer o seu rechaço contundente ou invalidar os seus mecanismos de coibição e punição dos agressores, que são fundamentais frente ao que os números revelam. Mas significa ampliar as possibilidades de análise e possibilitar novas problematizações. Somente com esse pensamento é possível compreender as ambigüidades que o caso de Rute traz à tona, extrapolando a bipolaridade suposta nas relações de dominante e dominado. O seu depoimento, em diferentes momentos, se associam às questões apresentadas por Gregori:

Eu bebia e às vezes avançava nele. Uma vez que nós fomos a uma festa e eu chamei para vir embora, várias vezes, e ele não veio, eu bati nele, dei um tapa nele. Num outro dia, ele passou a faca no meu braço e me cortou. Olha (mostrando a cicatriz). A gente tinha discussões muito pesadas, foi ficando um relacionamento neurótico.

Continuamos juntos, continuamos bem. Sexualmente nunca teve violência. Ele é uma pessoa muito amável. Quanto a isso eu não entendi, como a minha família não entende o que ele tem.

“Que ele me espancava todo dia é mentira. As vezes que ele me bateu foram essas que te contei. Meus irmãos ficaram muito revoltados e eles aumentaram um pouquinho”.

Eles (a família dela) me levaram para o hospital e não quiseram levá-lo. Ele, foi a polícia quem levou. E lá em baixo aquele bando de mulheres gritando: assassino, assassino!

Rute, ao mesmo tempo em que revela a relação de violência, preserva-a. Seja afirmando os seus bons aspectos, seja “protegendo”, de certa forma, o seu agressor, chamado de “*assassino*” pelas mulheres moradoras do seu condomínio. Mais do que isso, ela continua o relacionamento amoroso e afirma não ter ficado com nenhuma seqüela do tiro que lhe provocou várias perfurações no intestino e a obrigou a passar por intervenções cirúrgicas. A riqueza desse depoimento revela que a mulher não é (ou não se sente) o tempo todo vítima, ou a relação não é o tempo todo violenta. No entanto, a vitimização da mulher não deixa transparecer essa complexidade, pois torna a mulher uma vítima *full time*, o que reduz o conjunto dos elementos que compõem essa relação. Nesse sentido, Grossi (1994), a partir do conceito de gênero, afirma que a violência no espaço da conjugalidade pode ser percebida não apenas sob o pólo masculino, mas permeando toda e qualquer relação afetiva, mais ainda que o passivo e ativo, podem fazer parte de um jogo relacional:

Ora, se utilizamos o conceito de gênero como categoria analítica das relações homem/mulher, é evidente que masculino e feminino são construções simbólicas e históricas que existem separadamente. Portanto, o imaginário e o uso da violência nas relações de gênero implica, sim, uma relação da qual as mulheres são participantes ativas e não passivas do desejo alheio. O lugar de passividade pode fazer parte do jogo relacional mas não necessariamente remete a uma visão estática de um feminino a-histórico e a-cultural (p. 478).

Do ponto de vista dos estudos sobre a violência contra a mulher, agregar as análises do questionamento da vitimização que leva em conta o jogo relacional significa avançar na compreensão do fenômeno e repensar os equipamentos públicos que atendem às mulheres nessa situação. No entanto, Machado e Magalhães (1999) alertam para o “*mal-estar*” que os estudos questionadores da vitimização produzem, porque parecem apontar para o fim da luta pelos direitos. Essa luta, segundo as autoras, foi responsável por abalar, nos anos 1960 e 1970, definitivamente, a visão romântica das relações interpessoais e permitiu a produção de políticas sociais e pessoais que buscaram combater a violência privada e reformularam as relações de poder na esfera privada.

De outro lado, a sugestão da co-participação da mulher na relação de violência produz armadilhas, se posta em oposição ao vitimismo: falar em casais violentos pode significar a culpabilização da mulher e desculpabilização do homem; pode levar a entender que a mulher que permanece em uma relação de violência tem “*encanto em ser batida*”, o que leva, às vezes, os equipamentos de apoio a concentrar esforços e atuar na “*reconciliação*” entre a vítima e o agressor. Diante disso, Machado e Magalhães (1999) optam por tratar a questão considerando os dois eixos de análise sem colocá-los em oposição. Isto é, a existência de casais violentos e a distinção entre “vítimas” e “agressores”. Para as autoras, opor as duas visões é cair em reducionismo:

Privilegiar a relação não quer dizer que não possamos e não continuemos a entender que para cada ato físico há diferenciação entre os que são sujeitos e os que não são sujeitos de atos de agressão e os que são objetos e os que não são objetos de atos específicos. Manter essa diferenciação é fundamental para se entender que tanto homens como mulheres são sujeitos, ainda que diferenciados, das relações que incluem violência física, mas nem sempre sujeitos de atos de violência física (p. 213).

Do ponto de vista da análise teórica e do entendimento do fenômeno, essa posição busca superar a dicotomia dos estudos da violência de gênero. De acordo com Magalhães e Machado (1999), não se trata de negar a condição de vítima da mulher, mas de ampliar o espectro de visão dos conteúdos da violência na qual ela figura, ao mesmo tempo como objeto da violência e como sujeito de uma relação que inclui conflitos, afeto, relações amorosas, acordos patrimoniais, filhos:

Não basta entender as mulheres como vítimas, mas sim suas reações e interações. Também não basta entender as relações conjugais entre homens e mulheres apenas como relações de poder ou não poder, de desigualdade ou de igualdade, de violência ou de não violência; essas relações também se organizam como relações de afetividade, de sexualidade de amor e de paixão (p. 174).

Com esses elementos é possível apreender um pouco mais a condição, as relações e o significado da notícia de violência para a mulher. Os casos de Rute e Sueli solicitam essa complexidade apresentada por Machado e Magalhães. Do grupo pesquisado, elas são as que continuam se relacionando afetivamente com os seus agressores. Sueli continua casada e Rute namora o seu agressor. Ambas diferenciam-se do grupo de entrevistadas, porque negam as marcas da violência no corpo. Rute, que teve 21 perfurações no intestino, fez várias cirurgias e afirma, categoricamente, que não ficou com seqüelas. Sueli que levou uma facada nas costas, diz que não ficou com nenhuma “*marquinha*”:

Não fiquei com seqüelas. Inclusive não tem nem a marquinha aqui do furo (apontando para as costas). Até que foi, assim, uma coisa rápida, mas também não foi nada grave (Sueli).

Não, graças a Deus não fiquei com seqüelas. Eu tive 21 perfurações no intestino. Fui submetida a duas cirurgias, pegou aqui (mostrando as marcas no abdome), abriu tudo, porque eu cheguei com hemorragia interna e já passei por duas cirurgias. Fiquei 60 dias com bolsa de colostomia, depois fui submetida a mais uma cirurgia e fiquei mais uma semana. Hoje eu estou bem, muito bem, graças a Deus. Não sinto nada. Eu estou bem (Rute).

Que sujeito é esse que, tendo seu corpo marcado pela violência, é capaz de dizer: “não ficou nenhuma marca”? O corpo, na proposição de Lamas (1999), é uma espécie de dobradiça que articula o social e o psíquico, pois nele se inscrevem a diferença sexual e o gênero. No corpo, diz a antropóloga, se encontram sexualidade e identidade, pulsão e cultura, carne e inconsciente. Portanto, negar a marca do corpo é uma forma de negar a violência. Esse sujeito deseja esquecer as marcas para suportar a ambigüidade de relacionar-se afetivamente com o seu agressor. E esse esquecimento chega à interdição da fala e à notícia no jornal, como fez Sueli: “*Depois que ele chegou aqui, porque ele ficou preso um dia, eu fui lá tirei a queixa e pronto, esqueceu tudo. Eu falei para ele, ‘vamos esquecer’, ‘faz de conta que nunca aconteceu isso com a gente’. Nós nunca tocamos nesse assunto, nem perto das crianças, nem nada*”. É no contexto de não rompimento da relação que Sueli processa a negação da marca e a negação do passado, como se a violência não tivesse acontecido. Mas a negação do passado significa que não houve uma elaboração e, conseqüentemente, a sua superação. A elaboração do passado não corresponde ao esquecimento, mas à superação das condições objetivas que geraram a realidade desse passado que se deseja elaborar/superar. Como afirma Adorno (1995):

Apagar a memória seria muito mais um resultado da consciência vigilante do que um resultado da fraqueza da consciência frente à superioridade de processos inconscientes. Junto ao esquecimento do que mal acabou de acontecer ressoa a raiva pelo fato de que, como todos sabem, antes de convencer os outros é preciso convencer a si próprio (p.34).

O *esquecimento* corresponde à perda do passado, isto é, à reificação do presente. No caso de Sueli, não foi o esquecimento da violência que se processou, mas uma tentativa disso, na medida em que há a negação da marca. No entanto, a negação significa que o passado, isto é, as condições objetivas em que aconteceu a agressão, continua lá, latente, pronto para, a qualquer momento, vir à tona.

No entanto, esse “esquecimento” de Sueli é traído quando o jornal publica sua história. Ainda assim, ela encontra o jeito de livrar-se dessa lembrança quando diz: “*eu fiz questão de nem ler o jornal*”, tentando pregar um logro à memória. Quando Sueli foi perguntada se acompanha noticiários sobre violência contra a mulher, ela disse que “*sim*” e que “*ora para que não aconteça com as outras mulheres o mesmo que aconteceu com ela*”. Assim, ao mesmo tempo em que revela a latência da marca e da dor, contraditoriamente fala da melhoria no seu casamento após o episódio em que o marido a esfaqueou nas costas, como se a violência tivesse produzido um benefício:

Ele ficou melhor, parou com a ciúmeira dele, começou a deixar eu trabalhar fora. Graças a Deus, às vezes ele bebe uma cervejinha, mas ele não faz mais nada como era antigamente, que ele entrava, achava que eu estava com homem dentro de casa, ciúmeira dele. Agora não, é diferente. Depois que aconteceu isso, ele ficou tão mudado! Ele nunca aceitava que eu trabalhasse fora e hoje ele até me apóia trabalhar. Sei lá, parece que foi uma transformação para melhor. Hoje em dia não tem aquele ciúme que ele tinha. Acho que tudo isso era uma tentação do inimigo. Quando meu marido estava bêbado, eu via, bem dizer, o ‘Inimigo’ nele. Ele são é uma pessoa super legal, não tem que fale. As pessoas se admiraram de ele ter feito isso (Sueli).

Machado e Magalhães (1999), avaliando por que algumas mulheres continuam nos relacionamentos de violência, concluíram que raramente uma mulher que sofre a primeira agressão após algum tempo de relacionamento, como é o caso de Sueli, rompe com o agressor. O rompimento é um processo que passa pelas promessas de mudança de comportamento, o descumprimento delas, o agravamento de lesões, dentre diversos fatores: “*Entre violência e afetividade não há só enredamento. Há paradoxos, contradições e rupturas. E a violência passa a produzir o dilaceramento da relação amorosa*”(p. 230).

No caso de Rute, após três anos de agressões, a relação amorosa continuou possível sob a condição de não viverem sob o mesmo teto. Rute considera que a violência do relacionamento tem a ver com o fato de ter morado junto com o seu agressor: “*Eu resolvi trazer ele para morar comigo, foi aí que eu falhei. Ele veio e começou a se sentir poderoso, a*

tomar posse de mim, da minha casa, mandou meu filho embora...”. E, por isso, aposta que um relacionamento amoroso sem o vínculo doméstico estará isento das agressões: “Eu gosto dele. Perdoei ele porque eu acho que a gente tem também que saber perdoar. Eu perdoei, tem dia que ele vem aqui em casa... Não vivemos juntos. Mas a gente se fala, ele vem aqui, ele passa o final de semana comigo. Namoramos, mas eu não tenho condição de viver junto mais. Porque vai voltar tudo” (Rute).

O fato de Rute e Sueli negarem as marcas/seqüelas das agressões e continuarem seus relacionamentos é contraditório à visibilidade que oferece a notícia no jornal, que torna pública a violência sofrida. Ao mesmo tempo, seus casos sinalizam também para o fato de que suas histórias negam e contêm a tese da vitimização. Sueli recorre a explicações religiosas para negar que tenha sido vítima de seu marido e afirmar forças demoníacas, assim como nega a marca do corte de faca nas suas costas. Rute, mesmo se reconhecendo uma vítima, encontra explicação numa “falha” sua, por ter levado o agressor para dentro de sua casa.

Dessa forma, faz sentido a afirmação de Machado e Magalhães (1999) de que não basta entender as mulheres como vítimas, ou as relações conjugais como relações de poder ou não poder, de desigualdade ou de igualdade, de violência ou não, porque essas são relações que também se organizam na afetividade, na sexualidade, no amor e na paixão, reações e interações mediadas pelas condições sociais objetivas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a contradição que permeia essas relações de violência conjugal permeia, também, o significado da notícia para a mulher que teve sua história publicada no jornal.

Mais ainda, os casos de Sueli e de Rute permitem afirmar que apesar de a violência ter sido noticiada, isto é, ter se tornado pública, o pacto de silêncio³⁶ pode ser recomposto. Ambas afirmaram que nunca mais falaram sobre isso com seus agressores e Sueli acredita que seus próprios filhos – testemunhas da agressão – não sabem do ocorrido (ou se esqueceram) porque ninguém na casa comenta. Isso remete à reflexão de que a publicização, por si só, não é garantia de que o pacto de silêncio seja rompido.

Frente a isso, a violência da notícia é um fenômeno social que só pode ser avaliado se apreendido na dinâmica contraditória entre o que aparenta ser e o que de fato é. Pois o

³⁶ - O pacto de silêncio é uma característica comum nos ambiente familiares em que ocorrem violência, seja contra a mulher ou contra a criança – especialmente em casos de abuso sexual. Ele se apresenta como uma condição para que a família suporte a convivência afetiva com o agressor.

fenômeno diz respeito, essencialmente e ao mesmo tempo, a uma violência individual para cada mulher e, universalmente, a uma violência de gênero em relação a todas as mulheres.

IV - A NOTÍCIA DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA DA NOTÍCIA

“... a imagem do Mal e a da vítima é dotada de poder midiático: são poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmando nossa consciência. Precisamos das imagens da violência e do Mal para nos considerarmos sujeitos éticos”.
(Marilena Chauí, 1999)

Até aqui avaliou-se a complexidade que envolve a violência contra a mulher, os elementos que compõem o fenômeno, desde a constituição dos sujeitos até a sua presença nas situações violentas, levando em consideração a socialização, as relações e a identidade de gênero, a heteronomia, a violência de gênero e a vitimização. Se, de um lado, a realidade que circunscreve essa violência nas relações conjugais se revela complexa, é um desafio analisar os aspectos que caracterizam a sua notícia como mais uma forma violenta, sem perder de vista a dinâmica do fenômeno e seus nexos constitutivos.

Assim, este capítulo analisa os dados extraídos dos jornais *O Popular* e *Diário da Manhã*, a partir da Planilha de Leitura (Anexo 2), com o intuito de fazer emergir os elementos que constituem essa questão. Ao repetir cotidianamente e de forma fragmentada fatos violentos sobre a mulher, os jornais acabam reduzindo-os a um fenômeno banal, atributo de uma classe social, que obedece à lógica do senso comum do homem agressor e da mulher sua vítima. Nessa perspectiva, os jornais publicam as notícias, identificam as pessoas e suas histórias particulares, sem considerar que pode operar numa lógica diferente e mais complexa como a discutida nos capítulos anteriores. Alguns aspectos que norteiam o conteúdo repetitivo e banalizador da violência doméstica contra a mulher serão avaliados a seguir e revelam esse caráter de violência das notícias.

4.1 – A classe social e as justificativas para a violência

Em relação à classe social, as notícias pesquisadas não deixam dúvida, segundo os seus critérios de publicação, sobre quem são os agressores e as vítimas. Ainda, a organização dos dados coletados sobre profissão/ocupação, atuação no mercado de trabalho, revelam um elemento importante para apreender seu enfoque dado à violência publicada. As tabelas que se seguem evidenciam que a maioria delas se refere a casos de violência doméstica acontecidos nas classes populares. A Tabela nº 04 apresenta um índice maior de concentração

dos homens agressores nas categorias desempregado e desocupado, somando 15,9% do total. Apenas um dos agressores, 1,1%, possui uma profissão que evidencia, mais nitidamente, que ele não pertence às classes populares - trata-se de um médico-veterinário.

Em relação às mulheres, o dado da classe social tem a mesma tendência, mas um detalhe interessante se destaca: as profissões/ocupações são mais diversificadas para os homens do que para as mulheres, estando as profissões/ocupações delas concentradas em dona de casa (25%), doméstica (9%) e cabeleireira (4,5%). Também, não há, para elas, a classificação desempregada/desocupada. Dado indica que o desemprego lhes é menos visível pela sua migração para a categoria “dona de casa”. Além disso, o índice maior de trabalho da mulher não informado (38,6%), contra 26,1% da profissão não informada dos homens, pode significar que o dado profissão tem importância secundária quando da identificação da mulher (nesse caso, das classes populares) pelo jornal.

Isso porque o grupo doméstico com chefia masculina, embora cada vez mais questionável mediante a feminização desse lugar, como afirma Aguiar (1997), ainda é tomado “*como padrão de organização social*” (p.163). Segundo dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos (Dieese), o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil cresceu de 14%, em 1980, para 21% em 1995³⁷. O que indica a crescente feminização da pobreza, cujas famílias, na ausência do cônjuge masculino, tendem a ser mais empobrecidas do que aquelas compostas por ambos os cônjuges, dado que as mulheres têm rendimentos inferiores aos dos homens no mercado de trabalho, ainda quando exercem a mesma função. A média da diferença salarial no Brasil permanece em torno 40% a menos nos salários das mulheres, fenômeno observado em todos os setores da atividade econômica. A desigualdade salarial é marcada tanto pela questão de gênero quanto pela de raça e etnia, o que significa que a mulher negra fica na base inferior da pirâmide salarial.

³⁷ - Dieese, 1997. Informação divulgada via Internet: <http://www.dieese.org.br/esp/es2mai97>.

Ademais, o fato de essas notícias receberem tratamento semelhante ao dado às de crimes em geral - manchetes escandalosas, fotos chocantes, linguagem marginal policialesca - revela os preconceitos e estereótipos do tratamento dado aos sujeitos envolvidos na violência conjugal.

Montoro (1999) afirma que:

as notícias sobre violência surgem como variante particular da produção jornalística que busca reafirmar duas das concepções morais mais recorrentes a respeito da violência. Por um lado, a idéia amplamente difundida de que a violência é praticada por sujeitos desviantes e nos espaços marginais. Por outro, a não menos difundida idéia de que cabe aos órgãos competentes do governo manter a sociedade limpa de violência. (p. 107)

Suárez e Bandeira (1998) apontam quatro linhas de abordagem metodológica da violência: a epidemiológica; a psicologia social; a culturalista e sócio-econômica³⁹. A de caráter epidemiológico trata-a pela ótica da saúde e da doença, do normal e do patológico. Nesse caso, ela associa-se a desvios da personalidade “normal”. Em relação à violência contra a mulher, é comum a atribuição de doença, anormalidade e de perda do equilíbrio, do ponto de vista da saúde, aos agressores: *“Ele tem algum distúrbio, alguma coisa que não é normal: predisposição para ser psicopata. Ele demonstra isso, quando fica nervoso”*, afirma Mariana a respeito de seu agressor. Essa explicação, presente tanto na visão da mulher quanto na do jornal, de certa forma nega a questão de gênero na conformação da violência. Ou, ainda, justifica a naturalização da identidade de gênero, como revela Dagmar em seu depoimento: *“Eu acho que os homens têm uma espécie de um animal dentro deles”*. Sob esse ponto de vista, os homens são tidos como seres “naturalmente” violentos, perdendo-se de vista a construção social do homem e da mulher.

O caráter “epidemiológico” da violência, ao qual está associado também o uso da bebida e da droga (a *“formação dele e a bebida fizeram com que ele perdesse o equilíbrio”*, afirma Rute), dá a esta, segundo Chauí (1999), um caráter de transitoriedade e desvinculação da estrutura social e, dentro dela, da cultura, onde se inserem as questões de gênero. Pelo dispositivo de separação entre o essencial e o accidental, cria-se uma superficialidade que alimenta o senso comum acerca da violência e a perda da sua relação com a organização social:

Por essência, a sociedade brasileira não seria violenta e, portanto, a violência é apenas um acidente na superfície social, sem tocar o seu fundo essencialmente não-violento – eis porque os meios de

³⁹ - Neste trabalho será destacada apenas a abordagem epidemiológica, por ser essa a que mais se aproxima da abordagem feita pelos jornais.

comunicação se referem à violência com as palavras “surto”, “onda”, “epidemia”, “crise”, isto é, termos que indicam algo passageiro e acidental (Chauí, 1999, p. 5-3).

Na opinião de Pereira (1998), a forma descontextualizada de que se serve a narrativa jornalística do crime o transforma em uma atitude natural das classes populares. Ou seja: aparece como natural que as classes populares cometam crimes e que sejam as classes violentas. Montoro (1999), em suas análises sobre notícias dessa natureza, percebe que há um *“incitamento das matérias ao desenvolvimento de preconceitos sobre os desempregados e a população mais pobre tratados como desocupados e bandidos”*(p. 113). A observação da tabela anterior sobre a profissão/ocupação dos agressores associada ao fato de as notícias serem publicadas nas páginas policiais e ao tipo de linguagem utilizada evidencia essa afirmação.

No entanto, a violência doméstica contra a mulher, como já se viu, é transversal às classes sociais, com um indicativo de proporcionalidade maior nas classes média e alta, uma vez que ela se estabelece nos conflitos de gênero, isto é, no campo da cultura, e não exclusivamente nas desigualdades econômicas. De seu lado, as notícias nos jornais, sem dúvida, também induzem ao pensamento de que ela é praticada, mais comumente, pelas classes populares e, de certa forma, *“ideologizam-na”* como própria de uma classe social em função de sua realidade econômica e de sua formação, dificultando, assim, a compreensão do fenômeno.

4.1.1 – O uso do álcool

O uso da bebida alcoólica e de drogas é uma outra forma usual de “explicar” a violência contra a mulher, produzindo uma redução de sua complexidade e, em decorrência disso, a sua banalização. Caso interessante é o de Dagmar, que analisou a sua notícia, apontando o fato de o jornal ter dito que o seu agressor estava bêbado, sendo que, na realidade, ele não bebia: *“Eu acho que eles não deviam falar, igual falaram, que ele estava bêbado. Esse já foi um pequeno aumento que o jornal fez para justificar o que ele fez, sei lá, ou para aumentar”*, disse, mostrando o efeito dessa prática na vida real. Se a prática da violência, na concepção do jornal, implica o envolvimento de desocupados e bêbados, resta desnecessário refletir sobre os fatos. Basta afirmar isso, como disse Dagmar, para justificar o crime.

Na Tabela nº 06, que analisa se o agressor estava ou não sob efeito de alguma droga ou bebida alcoólica no momento da violência, nota-se que, do total, no *Diário da Manhã*, 39% estavam sob efeito de álcool e 60% sob nenhum informado. N’*O Popular*, o dado se repete: 29% sob efeito de álcool e 68% não informados. Isso significa que o dado embriaguez não deve ser aceito como causalidade da violência, como sugerem os enfoques das notícias e o senso comum, mas como um elemento a mais na constituição da relação em que ocorreu a violência. Saffioti (1994) considera não correspondente à realidade tomar o alcoolismo ou a crise econômica como causas da violência contra a mulher, mas como detonadores de uma crise: “*Problemas de ordem financeira e álcool são apenas facilitadores do processo de violência*”(p. 160).

TABELA Nº 06 - USO DE ALCOOL E DROGAS NO MOMENTO DA VIOLÊNCIA

ACEITO POR JORNAL	ALCOOL	DROGAS	TOTAL
DIÁRIO DA MANHÃ	39%	60%	
O POPULAR	29%	68%	
NENHUM			
NÃO INFORMADO			
TOTAL			

Já Soares (1999) apresenta essa questão sob o viés da impossibilidade de estabelecer essas conexões diretas, porque ambos são motivados simultaneamente por fatores sócio-econômico e culturais, são coexistentes e não mantêm, necessariamente, uma relação de causalidade. Ela cita resultados obtidos na Pesquisa Nacional de Violência Familiar nos Estados Unidos, que revelaram que os bebedores excessivos, embora tivessem de duas a três vezes mais chances de bater nas esposas, 80% não o fizeram durante o período de vigência dos trabalhos. Também, a maioria dos episódios violentos aconteceu quando nenhum dos membros do grupo tinha feito uso de álcool. Os dados indicaram “*que a violência estava mais associada à aceitação da legitimidade do comportamento violento do que à bebida, isoladamente*”(p. 239).

O argumento de que o álcool e a droga são responsáveis pelas agressões praticadas pelos homens é utilizado pelo jornal e “naturalmente” aceito pela sociedade e, muitas vezes,

pelas próprias mulheres vítimas. No caso de Bia, há uma associação direta entre a bebida alcoólica do ex-marido e a violência praticada: “*a bebida torna as pessoas violentas*” (Bia). Segundo contou, seu ex-marido era uma pessoa muito boa quando não bebia. Entretanto, em outro momento da entrevista, quando fala do padrasto e da relação dele com a sua mãe, afirma que: “*ele bebia, chegava em casa e ia dormir. Ele nunca foi violento*”. Esses entendimentos contraditórios sobre a questão da bebida revelam a sua força explicativa. Ao dizer, inadvertidamente, que alcoolismo e violência são fenômenos correspondentes, Bia demonstra que a associação imediata entre agressão e consumo de bebida ocorre quando se busca uma explicação plausível, um sentido para o fato. Da mesma forma que na religiosidade.

É importante observar, nas tabelas que se seguem, que as categorias “ciúme” e “não aceitar a separação” superam a embriaguez como motivo apresentado pelos jornais. A relação direta entre violência e uso de bebidas alcoólicas comumente funciona como “justificativa”, mas acaba funcionando, também, como forma de mascarar conflitos de gênero. Os dados da Tabela nº 07 revelam que os agressores das mulheres são, na maioria, os seus maridos (58,3% no DM; 42,8% no POP) seguidos dos ex-maridos (33,3% no DM e 28,5% no POP). No caso do *Diário da Manhã*, em 91.6% das notícias selecionadas, a agressão foi por eles cometida e, n’*O Popular*, 71.3%. É preciso atentar para o fato de que a seleção das matérias levou em consideração as relações de conjugalidade, e, esses resultados, portanto, já eram esperados. Mas, se as estatísticas em geral indicam que os agressores das mulheres são, em sua maioria, os seus pares conjugais, parentes e conhecidos, no caso particular desta pesquisa, é possível afirmar, sem dúvida, que dentre os relacionamentos de conjugalidade, os maridos e companheiros são os que mais exercem a violência física contra a mulher.

De outro lado, Soares (1999) apresenta resultados de uma pesquisa do Departamento de Justiça americano que revelam que as mulheres separadas de seus cônjuges sofrem agressões 25 vezes mais do que as casadas. E faz a ressalva de que os dados devem ser aceitos com cautela, pois a pesquisa se refere ao estado civil da vítima no momento da entrevista e não no momento da agressão. Soares ainda afirma que esse fenômeno indica que a violência não cessa com a separação dos cônjuges. O que justifica o fato de a categoria “não aceitar a separação” aparecer mais como pretexto para a violência.

TABELA Nº 07 – TIPO DE RELACIONAMENTO

RELACIONAMENTO	DM	NS	TOTAL
AMANTE	01	00	01
AMIGO	01	00	01
EX-MARIDO/COMP	01	00	01
EX-NACIONAL	00	00	00
MARIDO/COMP	05	00	05
NACIONAL	00	00	00
TOTAL	08	00	08

TABELA Nº 08 – TIPO DE MOTIVO DO AGRSSOR

MOTIVO	DM	NS	TOTAL
CIUME	05	00	05
NÃO ACEITAR A SEPARAÇÃO	05	00	05
OUTROS	00	00	00
TOTAL	10	00	10

Cruzando-se os dados da Tabela nº 07, tipo de relacionamento, e os da Tabela nº 08, pretexto do agressor para a violência, percebe-se que as principais explicações apresentadas pelos jornais são as de o agressor não aceitar a separação, estando esta consumada ou não, e o ciúme. Machado e Magalhães (1999) afirmam que a aderência ao ciúme como forma legítima nos relacionamentos se deve a que todos os envolvidos compartilham dessa legitimidade. O ciúme é capaz de “travestimento” das questões amorosas em questões de poder e direito e vice-versa. Como argumento, confunde o afeto e o desejo de dominação e, nessa confusão, o cônjuge, geralmente, não aceita a separação. O que remete ao que foi dito sobre a violência que continua mesmo após a separação. A partir disso, pode-se agrupar, na Tabela nº 08, “ciúme” e “não aceitar a separação”, como explicações de uma mesma ordem. O “ciúme”, somado ao item “não aceitar a separação”, ultrapassa os 50% dos casos divulgados. Dado que poderia ser ainda maior não fosse o índice significativo não informado sobre o tema.

4.2 – O acesso dos jornais às notícias

A forma como os jornais têm acesso aos fatos constituiu um elemento importante para a compreensão do caráter violento da notícia. Presume-se que os fatores que determinam se um evento será notícia ou não estão fora do “controle” ou do conhecimento das pessoas

que se tornam seu objeto⁴⁰, sobretudo se das classes populares, que têm menos acesso à informação e à dinâmica da sua produção. Aparentemente, isso ocorre casualmente. Mas elementos que extrapolam o fato da violência em si, como a mediação da delegacia, do hospital, de entidades de apoio às mulheres e até o grau de ofensividade do crime e suas seqüelas, podem determinar o que será ou não noticiado. Um exemplo pode ser anotado na Tabela nº 09, em relação aos ferimentos⁴¹ da mulher. Desprezando-se o número não informado sobre o grau de ofensividade da violência, pode-se perceber certa relação entre a sua gravidade e a sua freqüência no jornal, uma vez que os casos mais graves tiveram uma freqüência maior na soma dos dois jornais. E, seguindo a lógica, os casos de gravidade média, em maior quantidade que os de grau leve.

Outro elemento “externo” à violência em si, que pode interferir na freqüência das notícias nos jornais, é a possível relação entre estes e uma delegacia. Um fato destacou-se durante o levantamento dos dados da pesquisa. Em Goiânia, o número de notícias sobre violência contra a mulher oriundas do 1º Distrito Policial, que fica no Centro de Goiânia, foi maior, inclusive, do que o da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, especializada no

⁴⁰ - Nesse caso, ser objeto da notícia tem a ver com a referência de Chauí (1999) sobre um ser dotado de sensibilidade e racionalidade ser tratado como coisa.

⁴¹ - As conseqüências da violência sofrida pelas mulheres, conforme as notícias pesquisadas, foram classificadas em seqüelas físicas **grave, média e leve**, de acordo com a descrição que os jornais fizeram sobre o estado de saúde em que se encontrava a mulher após a agressão noticiada. A classificação deu-se a partir dos vestígios físicos e apenas para efeito de estudo, pois não há como medir as conseqüências psicológicas nas mulheres, a partir dos jornais. Para isso, consideraram-se graves as seqüelas permanentes (perda de alguma parte do corpo), estupro e perfurações com armas; médias, as que causaram cicatrizes permanentes; e leves, as que não deixaram marcas aparentes ou provocaram hematomas e escoriações. Há que se ressaltar a dificuldade de unificar a classificação nesses três grupos, em virtude da forma como a notícia foi construída. Em alguns casos, os jornais descreveram de forma diferente o estado de saúde da mulher e foi necessário comparar as notícias para estabelecer a classificação.

assunto. Das 88 matérias selecionadas, 55 são de Goiânia e, destas, onze se referem a casos registrados no 1º Distrito Policial e dez na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, de acordo com os jornais. Por ser o centro da cidade uma região com vocação maior para o comércio do que para a moradia, ela não deveria ser a catalizadora das denúncias, dado que a violência ocorre, como foi visto, em sua maioria, nas residências dos envolvidos.

Nesse sentido, seria mais correta a correlação quantitativa de casos de violência nas regiões de moradia. No entanto, um contato com o titular do 1º DP à época revelou a prática da delegacia de facilitar informações gerais a jornalistas, sob a alegação de que estes profissionais “*ajudam muito*” o trabalho policial⁴². Assim, pode-se pressupor que essa prática interfira na quantidade de matérias publicadas nos jornais, incluindo as que se referem à violência contra a mulher.

Quando uma mulher procura uma delegacia para denunciar a violência conjugal ou chega a um hospital para ser atendida, ela pode não ter conhecimento dessas e de quaisquer outras variáveis que venham a interferir na publicização do seu drama pessoal. Os aspectos que envolvem o ato de denunciar, a mulher que denuncia provavelmente os ignora. Dagmar, por exemplo, não sabe dizer como os jornais tomaram conhecimento de sua história: “*Eu não sei como os jornais ficaram sabendo. Eu acho que é porque me levaram para o hospital, acho que foi lá a reportagem. Eu não dei nenhuma entrevista para jornal não*” (Dagmar).

Se há uma relação direta entre veículos de comunicação e distritos policiais, inclusive os que se situam nos hospitais, ou Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, esse pode ser considerado um elemento inibidor da denúncia⁴³ para mulheres que tenham condições para e queiram resguardar sua imagem pública. Além disso, a decisão de denunciar o companheiro agressor, procurar ou ser levada a um hospital para receber atendimentos médicos não significam autorização da mulher para a publicação de sua história nos jornais. A questão se agrava mais ainda quando se trata de mulheres que, ao longo de uma relação de violência, não se decidem a denunciar, por vergonha, por medo ou para “preservar” a relação, como é o caso de Rute: “*Eu achava que eu tinha condições de resolver aquilo sem envolver com a polícia. Eu tinha muita pena dele*”. Mesmo sem o consentimento, no entanto, o jornal

⁴² - Anexo 04.

⁴³ - Essa afirmação não é verificável através dos dados desta pesquisa. É apenas uma indução em função dos elementos que compõem o seu objeto.

torna públicas a agressão e a sua história, não em função da importância que isso tenha no combate à violência, como aparenta ser, mas por outros fatores, como o mercadológico, a relação com a delegacia, etc.

Essa questão é complexa na medida em que, ao mesmo tempo em que há um direito privado à preservação da intimidade, a denúncia é tida como um pressuposto de visibilidade do fenômeno e forma de combatê-lo. Com o discurso de que a visibilidade combate a violência, não só os jornais, mas também as mulheres⁴⁴, assim como a sociedade organizada, tendem a aceitar passivamente a lógica da notícia no seu formato policialesco, de maneira acrítica.

Nesse caso, vale a pena destacar que a preservação da intimidade de componentes das classes populares não é prerrogativa ética das narrativas jornalísticas sobre violência. A classe social parece ser, mais uma vez, um componente importante desse aspecto, pois, se as mulheres das classes mais abastadas possuem recursos “*políticos e econômicos para ocultar a violência doméstica*” (Saffioti, 1994: 168), fato que produz a hipótese da subrepresentação dessa camada social nos dados da violência denunciada, é possível presumir que elas detenham as condições objetivas para “impedir” a sua publicização em defesa de sua própria imagem. Isso quando já não têm, previamente, sua imagem protegida pelos próprios jornais, no tipo de abordagem narrativa sobre a sua violência sofrida, como sugeriu Pereira (1998).

Para este, quando o crime é cometido por agentes das classes mais abastadas, o tratamento dado pelo jornal é outro. A atitude violenta de um pertencente à elite social é vista como não condizente com sua classe e, nesse caso, a notícia trata essa atitude como um desvio individual, sem identificação com a classe, que passa a “naturalmente” não violenta, ou no contraponto oferecido por Machado e Magalhães (1999), mais “civilizada”. Esse mecanismo revela o funcionamento de uma sociedade dividida em interesses econômicos e privilégios sociais, na lógica da exclusão social, e a atuação invasiva dos meios de comunicação. O caso de Sueli é interessante para verificar as possibilidades que uma mulher atendida num hospital público tem de se resguardar da publicização ou para verificar a falta de controle sobre o que o jornal noticia:

⁴⁴ - A própria Rute considera que, ao cumprir o seu papel, o jornal contribui para o combate à violência. Esse componente será visto no próximo capítulo.

Eu sei que, assim que eu estava no HUGO (Hospital de Urgências de Goiânia), dei uma entrevista. Tinha um rapaz lá. É, ele falou que era jornalista. Ele queria saber o que é que foi e eu falei que o meu marido estava bêbado e me esfaqueou. Também não falei quase nada. Eu nem sei o que eu falei para ele. Eu sei que falei que estávamos eu e meu filho no quarto, ele perguntou se tinha 'mais alguém', eu falei que 'não', que meu filho estava no quarto, eu fui dormir no quarto dos meninos. Ia assistir televisão e depois, como era mais fácil, eu deitei aqui com ele. Eu dormi só com um dos meninos porque ele fica com medo de dormir sozinho. O outro estava na casa da tia dele. Esse apreciou, quer dizer, ele assustou na hora ... (silêncio) ..., então foi isso (Sueli).

Embora Sueli soubesse que estava falando a um jornalista, o resultado da entrevista nos dois jornais diários, no dia seguinte, com a foto do marido preso e a manchete envolvendo o filho, a faz negar o seu conteúdo: "*Eles mentiram*". Como já foi visto, Sueli é uma das duas mulheres pesquisadas que se negaram a ler as matérias sobre suas histórias. O outro caso é o de Dagmar, que também diz terem os jornais inventado que seu ex-namorado estava sob efeito de bebida alcoólica no momento da agressão. No caso de Sueli, ela se negou a ler uma notícia da qual ela foi a fonte de informação, e se recusou a isso quando conheceu o seu conteúdo através dos comentários de parentes.

Não é o caso de julgar se o jornalista escreveu ou não o correspondente ao depoimento dela, mas compreender o que significa a abordagem da mulher no exato momento da violência, em quais condições emocionais ela narrou os fatos e, posteriormente, em quais condições concretizaram-se a sua exposição e a da família nos jornais. É o caso de questionar se, nas condições em que se encontrava (o marido acabara de agredi-la com uma facada nas costas), ela poderia ser responsável por qualquer palavra que tenha dito. Frente a isso, é preciso questionar o grau de autonomia de Sueli diante do jornalista. Pode-se considerar que ela tomou uma decisão de falar ao jornalista, ou respondeu à abordagem sem maiores reflexões? Ela imaginava como seria abordada a sua história pelos jornais?

A contradição entre o "interesse" dos jornais e o sentimento de Sueli não tem solução na lógica em que está organizada a publicação da história. Para ela, que posteriormente "decidiu"⁴⁵ retirar a queixa contra o marido em função do entendimento de que se tratava de uma violência provocada por interferência do demônio, é inconciliável o texto que aparece nos jornais com a dinâmica de seu casamento e de suas relações familiares. Dessa forma, pode-se afirmar que não lhe restou outra alternativa senão a dupla negação da

⁴⁵ - Vale lembrar que essa "decisão", conforme já foi visto, foi tomada mediante o argumento religioso da endemonização do agressor.

matéria: a primeira, quanto ao conteúdo, que relaciona o filho também com vítima da violência do marido; a segunda, pelo fato de ela não ter lido as matérias.

Quando Chauí (1999) fala que ética e violência são opostas, em virtude de que a violência trata “*seres racionais, sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos*”(p. 5-3), oferece argumentos para afirmar que o tratamento dos jornais às mulheres vítimas de agressões é mais uma forma agressora. A abordagem que o jornalista faz de Sueli pressupõe a sua passividade, principalmente em relação à matéria publicada, como se o que é tornado público não provocasse impactos, e não devesse ser objeto de preocupação e reflexão do jornal. Certamente, esse fato é menos comum nas páginas que tratam do meio político, cujas consequências do que será publicado podem ser medidas de acordo com os interesses dos jornais.

A correlação que se busca estabelecer é a de como a notícia sobre violência se estabelece como mais uma forma de violência em relação aos sujeitos constituídos historicamente em determinadas condições objetivas (classe social, escolaridade, religiosidade) e, ainda, sob relações de gênero. A violência da notícia decorre de vários fatores: a sua naturalização como própria de uma classe social; a sua abordagem dos sujeitos como um tipo de indivíduo passivo e imutável; a sua espetacularização. Diante disso, pode-se afirmar que ela se caracteriza em dois aspectos violentos: na sua publicação em si e na forma como torna pública a agressão. Os fundamentos dessa afirmação serão avaliados a seguir.

V – O SIGNIFICADO DA NOTÍCIA DE VIOLÊNCIA PARA A MULHER

“O sal não é o gosto do sal: é algo diverso. E, não obstante, já é esse gosto”. (Le Febvre)

Para que a violência contra a mulher pudesse romper os muros da privacidade doméstica foi necessário modificar o olhar sobre a família e retirá-la da sua aura sagrada e silenciosa, bem como problematizar os valores de gênero que sustentam as identidades das mulheres e dos homens nas relações de conjugalidade. Viu-se, até aqui, que a violência contra a mulher, na relação conjugal, tem suas raízes nos conflitos de gênero e não se resolve pela simples racionalidade de que o homem domina e a mulher é dominada. Compõem o cenário valores culturais, afetos, identidades e um ciclo que inclui a vitimização da mulher e a sua permanência nesse lugar, negando o seu potencial de sujeito autônomo.

Nesse sentido, tornar objeto de conhecimento público a existência de um tipo de violência contra a mulher no espaço familiar foi e é necessário para a sua transformação em fenômeno social, pois, como diz Arendt (2000): “*O fato de uma atividade ocorrer em particular ou em público não é de, modo algum, indiferente*”(p. 56). No entanto, a questão que se coloca, e que vem sendo apresentada na pesquisa, problematiza o caminho “natural” de que a publicização da violência, por si mesma, significa o seu combate. Ao buscar conhecer o significado dessa publicização para as mulheres em situação de violência, com base na hipótese de que ela se torna uma nova forma de violência, a pesquisa questiona a naturalidade com que a sociedade aceita essas publicações nos moldes como ocorrem nos jornais.

5.1 – O privado, o público e a notícia de violência

A compreensão das esferas pública e privada é muito cara aos estudos de gênero, porque a separação entre elas - a primeira como o “lugar natural” dos homens e a outra, o das mulheres - tem uma relação direta com a visão de papéis sexuais e os lugares que ocupam homens e mulheres na sociedade ocidental. O sentido clássico do termo privado é o que o define na esfera do particular, do reservado, do oculto e do segredo em contraposição ao público, que não é objeto de apropriação particular, diz respeito ao que é ostensivo e manifesto (Duby: 1990). Mais do que esferas separadas, o público e o privado foram, historicamente, esferas em oposição, em que uma exclui a outra.

Arendt (2000) apresenta essa questão histórica do público e do privado da seguinte maneira: o privado era o local da privação, o *locus* dos que não tinham acesso à *pólis*. A casa era o lugar dos escravos, das mulheres e das crianças, onde se produzia o necessário à sobrevivência. Já o público, a *pólis*, era o lugar da liberdade, da transcendência, do exercício da diferença e da individualidade, privilégio que não era de todos. A contraposição se dava entre família e política. À *pólis* estavam agregados valores de liberdade e coragem em função do desapego às necessidades; e à esfera privada, escravidão e covardia, que significavam amor à vida, pois só no lar eram desenvolvidas atividades para defender a sobrevivência.

No entanto, esse sentido de oposição entre as duas esferas perdeu visibilidade no mundo contemporâneo, cuja “politização” do privado ampliou seu espectro, englobando-o na esfera pública e criando possibilidades de situações como as que se estuda neste trabalho: um veículo de comunicação pode tornar públicos elementos de conteúdos tão privados e íntimos, ao ponto de se perderem os limites do que seja ou não publicizável.

Nas sociedades modernas, com o fortalecimento das individualidades na esfera social, as necessidades passaram a ser de interesse público e o labor passou a ser realizado nesse espaço. Sacramentou-se aí o declínio da esfera pública como local de exercício da *pólis*, e as fronteiras entre o público e o privado aparentemente se diluíram. Na realidade, as duas esferas foram suplantadas pela sociedade de massas, em constante crescimento. O público tornou-se sinônimo de aparência, no sentido daquilo que é visto por todos, e o privado, de intimidade.

Historicamente, a sociedade de massas e os meios de comunicação são fenômenos coincidentes com o desenvolvimento das forças produtivas, das tecnologias e da administração, que compõem o cenário da modernidade. Prost e Vincent (1992), em seus estudos sobre a história da vida privada no século XX, informam que a imprensa do começo do século era inteiramente voltada à vida pública e que, à medida em que a publicidade se desenvolveu⁴⁶ — evento vinculado às estratégias de comunicação durante a Primeira Guerra Mundial e aprimorado na Segunda —, ocorreu o fenômeno da substituição da informação pela “comunicação” e a conseqüente dissolução das fronteiras do privado e do público:

⁴⁶ - Os autores advertem que a interferência da publicidade na vida privada não se significa uma maquinação de agentes maquiavélicos, mas o próprio funcionamento da sociedade.

A informação apresentava as questões públicas como tais, em sua generalidade e exterioridade. A comunicação quer que todos as partilhem pessoalmente: ela aborda os problemas gerais através de exemplos particulares que possam despertar uma identificação, dramatizando e apelando aos sentimentos. Ela pretende que o acontecimento seja “diretamente vivido”, como se o espectador fosse um ator. Assim, ela dissolve as fronteiras do privado e do público (p. 149).

Essa abordagem explicita a presença do apelo sensacional da notícia, por exemplo, na dramatização costumeiramente utilizada nas narrativas trágicas. Diante disso, pode-se pressupor que as notícias sobre violência maximizam esse potencial “de identificação” contido na concepção da comunicação através das mídias. Para tornar pessoas “personagens”, vale tudo, pois a informação, sob essa perspectiva de análise, não é mais o principal objetivo a ser atingido, mas apenas um instrumento do processo. A identificação dos “atores” sociais com a notícia é o que importa, é o que vende. Por outro lado, se para o grande público pode acontecer o processo de identificação - e é isso que a “comunicação” espera dele -, as “personagens” que vão para o palco, paradoxalmente, permanecem reclusas na sua intimidade e na dor de terem sido expostas nesse grande palco das páginas de jornais.

Dor é a palavra que expressa o sentimento de Dagmar em relação ao fato de ter sido a sua história de violência noticiada: *“Ah, eu tive um sentimento de muita dor. Porque eu não queria isso. Eu me senti muito humilhada, muito pequena, muito triste. Foi muito triste para mim (choro)”*. O significado da notícia publicada nos jornais foi a humilhação decorrente da veiculação da imagem vitimada de Dagmar, fato que extrapola a situação de violência física em si. A veiculação da imagem de “derrotada”, em decorrência da situação de violência, produz um novo sofrimento:

Eu gostaria que as pessoas ficassem sabendo se fosse uma coisa boa que tivesse me acontecido, aí eu gostaria. Mas uma coisa ruim dessas, ainda sair a foto dele no jornal, eu não gostei. Eu não ia gostar nadinha se tivessem colocado minha foto. Eu não queria que o Marcos (o ex-marido) ficasse sabendo disso. Porque eu queria que ele me visse como uma pessoa que tivesse vencido na vida e não derrotada, do jeito que eu estava. Ele ficou com muita dó de mim. Até hoje, ele tem muita dó de mim (Dagmar).

A vitimação, diz Chauí (1999), faz com que a ação fique concentrada nas mãos dos não-sofredores. Sendo vítima, o sujeito não tem autonomia, porque a capacidade de agir está nas mãos das não-vítimas. De forma semelhante, Sueli revela o sentimento de vergonha: *“Não sei dizer mais o que senti. Acho que um pouco de vergonha. A gente sente vergonha, né? Vergonha perante a família, os filhos. Eu sei que eu nem quis ler jornal, nem quis ver, nem sei como é esse jornal”*.

Soares (1999), em seu estudo sobre violência conjugal e políticas de segurança no Brasil e nos Estados Unidos, constata que, no Brasil, as mulheres são expostas sempre com uma imagem envergonhada e constrangida, quando seus dramas são exibidos nos meios de comunicação:

No Brasil, longe de se afirmar publicamente, assumindo a posição ativa conferida pela experiência e de politizar seu discurso, como as “sobreviventes” norte-americanas, a vítima expressa ao contrário, uma imagem envergonhada e constrangida, quando exhibe seu drama na TV ou nos jornais. As mulheres não falam diretamente para o público e suas experiências sempre mediadas pelas voz de um especialista ou narrador, são, via de regra, meras ilustrações das matérias jornalísticas sobre a violência conjugal. Mais do que encoberta, a vítima, no Brasil, traz consigo um estigma culposo e uma ambígua identificação com a criminalidade do ato que a vitimou (p. 302).

Como se pode constatar, o fato de os jornais de Goiânia publicarem as notícias sem o “consentimento” das mulheres, transformando-as em elementos isolados e individualizados das infundáveis tragédias cotidianas, apontam para esse tipo de imagem descrito por Soares, e bem refletem os sentimentos expressados por Sueli e Dagmar. Um elemento importante nas histórias dessas mulheres é que ambas afirmam não terem tido contato direto com as matérias e que dela só tomaram conhecimento através de outras pessoas. Mas nem por isso o sentimento de vergonha e humilhação foram evitados. Elas não leram, mas os parentes e vizinhos leram e comentaram, o que fornece a dimensão do alcance dos jornais em relação às vítimas. Tanto que ambas conhecem detalhes das matérias e comentam os pontos em que discordam conteúdo e fato:

Eu fiz questão de não ler nenhum. Eu sei que foi em dois jornais que saiu. Inclusive, eu acho que ninguém tem esses jornais na minha casa, sei lá. Eu não fiz questão de ler. Eu vi falar, parece que envolveu filho, que ele estava presente, ou queria também matar o filho, uma coisa assim que ouvi falar. Tudo mentira (Sueli).

Eu não vi. As minhas meninas não deixam eu ver. Eu custei muito a me recuperar, eu tive que fazer muitos tratamentos. Foi minha prima quem comentou comigo. Ela me falava mas eu não estava com a minha cabeça muito boa. Mas eu me lembro muito bem dela comentar muitas coisas do que saiu no jornal. O meu genro fala que tem um jornal lá na casa dele, mas eu nunca pedi para ver. Eu não consigo ver (Dagmar).

É difícil separar, do ponto de vista subjetivo, a “imagem” constrangedora que o jornal veicula e a dor, tanto física quanto emocional, que a violência a que foram submetidas produziu. Deparar-se com as notícias, as fotos, a descrição (no caso de Sueli, as matérias são “ilustradas”, com foto do marido preso, sem camisa e uma das manchetes dizendo: *Bêbado quer matar mulher e filho*) é, também, num certo sentido, se deparar com a dor da tragédia. De seu lado, Rute leu as notícias e considerou importante a divulgação, mas revela o mal-estar que sentiu ao se ver retratada no jornal como vítima:

Vi. Levaram lá no hospital para mim. Eu vi no *Diário da Manhã*, no *O Popular*... Ah, me senti muito mal. Me senti mais uma vítima da violência do homem. Não gostei, me senti mal. Mas, por um lado foi bom, mais uma prova de que a violência está aí e que a imprensa tem que divulgar, a gente não pode se omitir. Eu me senti mal por ter sido eu a vítima (Rute).

O que provoca o mal-estar de Rute é, como para Dagmar e Sueli, a sua exposição pública como vítima e não a divulgação da violência. A afirmação de Rute permite retomar a categoria de exclusão proposta por Chauí (1999), que fala de um “eu não-violento” e um “eles violentos”. Com a publicação da sua história, Rute foi incluída, publicamente, na categoria “eles violentos”, já que a relação de violência pressupõe a vítima; a violência disse respeito a ela. Paradoxalmente, ela viveu três anos num relacionamento violento e nunca denunciou o companheiro por considerar que “daria conta” de resolver a situação sozinha, sem “envolver” a polícia, sem tornar-se parte, publicamente, do universo da violência doméstica.

Soares (1999) indica a necessidade de uma postura “politizada” da mulher para que esta se assuma enquanto vítima da violência doméstica, para criar uma imagem “positiva” (a exemplo dos alcoólicos anônimos), no sentido de quem atua na superação da situação em que vive:

Falo de uma reversão na forma de a sociedade perceber a doenças e o sofrimento, que confere às vítimas uma distinção positiva, uma aura de heroísmo, de seriedade e dignidade, que lhes assegura um espaço próprio, um lugar moralmente privilegiado e um saber específico, sedimentado na experiência individual, que se adiciona ao saber dos especialistas. Falo, também, de um processo, verificável tanto no caso do alcoolismo como da violência doméstica, do deslocamento e redefinição das fronteiras entre culpa e vitimização, entre responsabilidade e determinação, entre escolha e necessidade, o qual, nos dois casos, e em função do novo espaço que se cria em torno da figura da vítima, repôs velhos debates sobre a natureza humana e o sentido da sociedade (p. 16).

Esse “novo” lugar da vítima pressupõe uma ação da mulher, isto é, a sua autonomia ao invés da heteronomia, no sentido de não esconder a violência, de não se calar diante dela e, também, uma postura do conjunto das instituições, incluindo as mídias, de abordar dignamente o tema e os sujeitos nele envolvidos. O que parece incompatível com as notícias de violência publicadas pelos jornais sob o enfoque da cobertura policial. O caso de Bia fornece elementos para refletir esse sentido. O seu rompimento com o marido agressor, com quem teve cinco filhos, aconteceu mediante uma tentativa de homicídio após doze anos de casamento dos quais os quatro últimos foram marcados pela violência. Bia reconhece a necessidade de superar a posição que vitima, envergonha e paralisa: *“Às vezes, as mulheres ficam com vergonha de falar, de contar os seus problemas. A gente tem mais é que falar, não pode ficar dentro de casa, com vergonha. Às vezes, vai sair num jornal ou na televisão, a*

gente não deve ter vergonha disso. No jornal mesmo, eles só publicaram o que eu falei. Não falou nada mais do que eu falei (Bia).”

O diferencial de Bia em relação às outras é o fato de que ela é a única do grupo pesquisado que tomou a iniciativa de procurar a televisão para denunciar seu marido agressor: *“Eu fui na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e denunciei no mesmo dia à noite e nada de pegarem ele. Ele ia na minha porta me ameaçar: ‘se você não me quiser eu vou te matar’. ‘De qualquer jeito você tem que me aceitar’. ‘Eu fiz isso porque você tem que saber que eu sou seu marido’”*.

Ao tomar a iniciativa de ir à emissora, Bia revelou a falha da instituição policial e a crença de que os veículos de comunicação têm poder de suprir as deficiências institucionais. A mediação da televisão conferiu ao fato uma importância tal que a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher só agiu de forma mais contundente após a publicização do drama e, a partir disso, o problema foi “resolvido”. Esse movimento de Bia em direção à TV (ao jornal ela concedeu entrevista motivada pela própria delegacia) fez com que a delegacia desse uma resposta imediata, prendendo o agressor, buscando manter positivamente sua imagem pública. Para além do fato de que a atuação da instituição pública (no caso, a delegacia) tenha sido oportunista, no sentido de atender com mais eficácia casos em que são interessados, como esse, e que isso seja também uma forma de violência, Bia se sujeitou à exposição pública, correndo os riscos disso, como a única alternativa para garantir sua segurança.

E mesmo tendo sido dela a iniciativa de procurar a imprensa, ela revela outros aspectos que completam o quadro pouco confortável de quem é exposto publicamente. A matéria da televisão foi veiculada nacionalmente e a família, que mora no interior da Bahia, tomou conhecimento da sua tragédia através dela: *“Eu nem liguei para falar com a minha mãe que já está de idade e ela não podia fazer nada. Ela não sabia, mas aí uma colega da Bahia viu, porque passou naquele Cidade Alerta, e ela me reconheceu, falou para minha irmã e ela ficou desorientada”*.

Ela conta que os filhos também ficaram impactados com a publicização da tentativa de homicídio que ela sofreu: *“Os coleguinhas dos meus filhos comentaram. Eles (os filhos) falaram que acharam ruim porque... eles não acharam bom. Meu filho mais velho mesmo falou que não gostou, vivia pelos cantos chorando. Na escola, a professora falou que ele*

estava muito diferente. Eu acho que ele sentiu vergonha, porque todo mundo me viu saindo na televisão” (Bia).

As histórias de Bia, Dagmar, Sueli e Rute oferecem a dimensão do impacto que a notícia sobre a violência produz sobre o sujeito da exposição pública. Passa por elas, pelos filhos, a família, os amigos. Não é “apenas” a história tornada pública de uma tentativa de assassinato, mas a exposição de um grupo familiar, suas deficiências e frustrações e seu modelo de organização, em contraposição ao modelo de família que o jornal possui e utiliza como referência: a família coesa, feliz, harmônica. A notícia de violência, além de oferecer condições para um julgamento público de personagens individuais, impõe um modelo de organização familiar impossível de se realizar, lançando novas frustrações sobre a mulher. Essa é uma face pouco visível da violência da notícia sobre violência.

5.2 - A notícia e o risco de morte - O caso de Eleuza

Quando Eleuza, no ano de 1997, conseguiu fugir do marido, pois já estava no terceiro dia do cárcere privado ao qual foi submetida com formas cruéis de violência, ela decidiu, mais uma vez, denunciá-lo. No momento em que realizava sua denúncia na delegacia, foi abordada para uma entrevista ao jornal. Aceitou. No dia seguinte, deparou-se com uma face perversa da violência:

Eu assustei, porque eu não sabia que ia aparecer daquele jeito. Eu assustei porque saiu assim: ‘Homem estupra cachorra’. Eu pensei: ‘Nossa! Agora, se ele me pegar, ele acaba comigo’. Porque o alvo dele era o cachorro. Ele não queria que ninguém soubesse que ele tinha feito aquilo com a cachorra e que ele tinha me usado. Ele me ameaçava direto, às vezes até me espancava no rosto porque falava assim: ‘vai lá e fala que eu fiz isso com a cachorra de novo!’. Ele viu que eu tive coragem, mas eu não achei que sairia daquele jeito. Eu achei que não ia sair foto, nada. Eu nem vi que ia sair aquela foto. Pensei: ‘Meu Deus do céu!’

Além da exploração sensacionalista, em que Eleuza foi retratada sem nenhum cuidado, com a sua vida exposta de forma cruel, o jornal ainda colocou sua integridade física em risco. O marido era um criminoso que fazia parte de uma gangue, fato que ela acabou denunciando juntamente com a violência doméstica. O tratamento da notícia, a publicação da sua foto e a identificação das pessoas expuseram-na perigosamente. O jornal não teve o cuidado de proteger a identidade de quem denunciou uma quadrilha e abordou, como se da mesma ordem, a violência física e sexual que Eleuza sofria em casa - que motivou a denúncia - e os demais atos criminosos que o marido praticava.

É porque eu fiz uma denúncia muito grave da gangue. Eles quase me pegaram, por pouco eles tinham me esfaqueado. Quando eu cheguei no setor Palmares - eu fui lá porque tinha um barracão lá, fui sozinha de ônibus - mas só que saiu daquele jeito no jornal. Eu pensei que eles não tivessem visto. Então, às vezes ajuda, às vezes é perigoso. Hoje eu não posso ir no setor no Palmares, porque se eu for lá eles devem ter uma mágoa de mim. Eu derrubei eles, eu acabei com aquela gangue, eles foram destruídos (Eleuza).

“*Às vezes ajuda, mas às vezes é perigoso*”, diz Eleuza. Ela decidiu falar para o jornal quando buscava sua segurança pessoal e encontrou um novo tipo de insegurança: a exposição pública de sua vida. Ela não tinha consciência do que o jornal faria com as informações que fornecera. A utilização que o jornal faz da figura de Eleuza enquanto vítima e delatora, igualando-as, revela um descomprometimento inconseqüente para com o sujeito e uma absoluta falta de compreensão das formas difusas que assume a violência na sociedade moderna. É evidente que o jornal estabelece uma relação impessoal, como se Eleuza não tivesse particularidades e a notícia não fosse ter nenhuma repercussão na sua vida. Na questão das classes sociais e as notícias de violência, fica nítido que o abuso cometido pelo jornal se deu em função do estigma que vincula classes populares e violência. Além de fazer esse recorte para “noticiar”, o caso de Eleuza revela como o jornal atua no sentido de “naturalizar” a violência social, nas suas diversas formas de manifestação, como própria dessas classes populares.

No entanto, ao invés de sentir-se humilhada pelo conteúdo da notícia, Eleuza revela um outro tipo de sentimento mediado pelo jornal: “*eu derrubei eles*”, ela diz. Ela era uma vítima, mas acabou com uma gangue. É como se o jornal lhe tivesse conferido, de alguma forma, o poder:

Muitos que às vezes não acreditavam em mim, falavam até que eu não teria coragem de fazer uma denúncia, de pôr um fim naquilo, até as autoridades mesmo, que falavam para mim que eu amava aquele homem, que eu era apaixonada, que eu gostava de apanhar, gostava de sofrer, que não tinha coragem de agir, essas pessoas viram que eu tive coragem mesmo, porque mexer com gangue de bandido ou você fica vivo ou morre. (Eleuza)

Aqui aparece um paradoxo importante. Em seu relato, Eleuza mostra as repercussões danosas em sua vida das matérias divulgadas sobre ela, mas percebe a notícia como um benefício, da mesma forma que Bia quando afirma: “*Se eu não tivesse falado, se o jornal não tivesse me ajudado, talvez ele estivesse solto, me agredindo de novo*” (Bia).

No entanto, a relação estabelecida com o jornal é uma relação de desigualdade. Eleuza é um objeto de notícia cuja importância termina com a publicação da matéria, e a gangue poderia nem ter sido desbaratada, porque não dependia do jornal, nem dela, mas de

uma ação policial. Ao participar desse jogo, Eleuza ficou com a imagem de quem enfrentou o perigo em defesa de si e da sociedade, pois ela “destruiu” uma gangue. Com a publicização, por mais que tenha sido contraditória do ponto de vista da sua imagem e da sua segurança, ela sente que provou para as pessoas a sua coragem de romper com situações de violência.

O grau de perversidade está no fato de que, para ser reconhecida como vítima e ter “direito” à solidariedade das pessoas - uma vez que, a partir do jornal, recebeu ajuda de populares e instituições religiosas -, Eleuza foi exposta ao extremo, sem se dar conta da violência cometida pelo jornal, uma vez que a sua notícia, como todas, estava travestida do caráter informativo que o jornal postula como poder de mudar a realidade. O mesmo ocorreu no caso de Bia e a prisão do seu marido agressor. Uma das conseqüências imediatas de o jornal ter explorado sensacionalisticamente a tragédia de Eleuza foi a família do agressor ter solicitado a guarda dos filhos dela: *“Você não sabe o tanto de coisa que eles fizeram: disseram que eu tinha ficado fraca da cabeça, que eu não tinha força para criar os filhos, para pôr eles na escola, para educar eles”* (Eleuza).

Eleuza conta, ainda, a repercussão do fato na família: *“Meu irmão também ficou muito contrariado, porque ele achou que foi um escândalo. Os amigos do serviço dele falaram: ‘como você deixa sua irmã passar por uma coisa dessa’, porque saiu naquela primeira matéria que ele estuprava a cachorra”*.

O paradoxo apresentado pelo caso de Eleuza remete à noção de enfraquecimento da esfera pública que, ao invés de permitir a realização humana e de ser espaço de exercício da liberdade cidadã, realiza a fragmentação e o destroçamento do indivíduo. O declínio da esfera pública na modernidade foi apontado por Arendt (2000) como a perda da capacidade de estabelecer uma relação entre o singular e o universal: *“ O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las”* (Arendt, 2000: 62). Como evidencia a história de Eleuza, a publicização da violência, ao contrário de propor um caráter universal, fragmenta violentamente as pessoas, porque foca a individualidade e a torna pública em seu caráter individual.

5.3 - A notícia e as mentiras

As distorções das notícias constituem elementos importantes para desvendar outros impactos sobre as mulheres pesquisadas. Quem determina o grau de importância da distorção do fato apresentado pelo jornal são elas, suas histórias e suas singularidades. Das seis entrevistadas, cinco apontaram fatos nas notícias não condizentes com a realidade. A única que não falou em distorções nas matérias foi Bia que, como já foi visto, tomou a iniciativa da denúncia nos meios de comunicação. Dagmar se refere, em vários momentos de seu depoimento, ao fato de o jornal ter dito que o seu agressor estava bêbado, como uma forma de justificar e apresentar um sentido para a sua agressão. Para Sueli, a grande mentira do jornal foi afirmar que o seu marido também teria tentado matar seu filho:

Muita coisa que saiu no jornal eles mentiram. Você sabe que eu nem fiz questão de ler o jornal. Se não me engano, pelo que as pessoas me contaram, no jornal falou que além de esfaquear a mãe queria esfaquear o filho, uma coisa assim. Isso foi uma coisa que não aconteceu. Eles que inventaram isso. E também, ele não me pegou à traição, pelas costas. Eu que sentei e fiquei assim (com as mãos na cabeça). Ele estava na minha frente.

Já Rute reclama da afirmação de que ela “*apanhava todos os dias*”. Ao desmentir o jornal, marca a diferença real entre viver episódios de violência e “*apanhar todos os dias*”. Isso permite perceber como, sutilmente, a notícia banaliza a violência contra a mulher:

Que ele me espancava todo dia é mentira. Às vezes que ele me bateu, foram essas que te contei. Meus irmãos ficaram muito revoltados e eles aumentaram um pouquinho. O Diário da Manhã foi mais... foi o que deu mais... mentiu um pouquinho, aumentou um pouquinho. O Popular não, estava correto. Mentiu ao falar que eu era espancada todos os dias. No ano de 97, antes de acontecer, nós tivemos várias discussões, a gente estava brigando muito, mas de ele me bater mesmo foram só aquelas vezes que eu falei.

Essa diferenciação é um indicador de que a relação de conjugalidade na qual a violência é um instrumento de regulação dos conflitos não se constitui somente por atos violentos, como faz crer a notícia sobre Rute. Ela inclui a violência, mas é muito mais do que uma relação desse tipo. É também uma relação amorosa estabelecida de acordo com os valores de gênero, os códigos de funcionamento da família que implicam sexualidade, reprodução, laços, desejos, fantasias. As contradições das relações aparecem quando as mulheres descrevem seus agressores como bom pai, boa pessoa quando não bebe, carinhoso etc. Portanto, não se trata de uma relação que pode ser reduzida “apenas” à violência, como sugere o jornal, quando afirma que Rute “*apanhava todos os dias*”.

O caso de Mariana revela um outro aspecto da intervenção do jornal na vida das “personagens” que se tornam notícias. Enquanto ela estava hospitalizada, o jornal publicou

anotações suas fazendo parecer que se tratava de um diário. Isso aconteceu num momento em que não se sabia se ela sobreviveria ou não aos ferimentos causados pelo ex-companheiro: *“Não lembro direito. Acho que tem alguma coisa. Pegaram umas anotações minhas. Eu esperava consideração por parte do irmão dele e fiquei pensando no que eu queria falar, se ele me ligasse. Como não sou boa de memória, anotei. Esse papel o repórter pegou, não era um diário, como ele falou, eu não tinha diário”* (Mariana).

Com essas anotações, o jornal buscou “ilustrar” a história, mostrando elementos da intimidade de Mariana e caracterizar a relação dela com o agressor. O constrangimento de Mariana se revela de duas maneiras: pela publicação de algo que ela escreveu sem interesse de tornar público, portanto sem nenhum cuidado de conteúdo e forma; e pelo estatuto que o jornal deu às suas notas. Eram anotações que tinham uma função determinada. Não se tratava de um diário, e mesmo se fosse, o conteúdo não poderia ter se tornado público sem o seu prévio consentimento, pois diários, assim como cartas, são lugares da memória privada.

Sem demonstrar, aparentemente, constrangimento pelo fato de ter sido noticiada (afirmou que achou *“normal as pessoas ficarem sabendo”*), Mariana foi a única que manifestou o desejo de ler as matérias. Tendo os jornais em mãos, após a entrevista, a leitura lhe revelou outras distorções: *“ aqui diz que foi por causa dos R\$ 6 mil que a gente estava mal, e não é verdade. Havia muitas coisas acontecendo. Do jeito que está aqui ficou parecendo que eu estava casada e traindo o meu ex-marido, e não era bem isso”*. Como no caso de Rute, Mariana aponta a redução que os jornais fazem das histórias, produzindo imagens com as quais ela não se identificava, ou pelas quais não queria ser reconhecida, como a de pessoas pensarem que ela estava traindo o marido.

Eleuza teve sua história publicada duas vezes no mesmo jornal. Uma vez em 1997, quando ela fugiu do cárcere privado, e em 1998, quando o seu já ex-marido tentou agredi-la novamente. Dessa segunda vez, ela só tomou conhecimento da notícia depois. Ela não sabe de que forma o jornal teve acesso à informação da segunda prisão de seu ex-marido. E, mais uma vez, o jornal, ao recontar a sua história, cometeu equívocos:

Dessa segunda vez, eu só achei uma coisa que eu não concordei: foi o jornal dizer que a Dona Júlia, aquela pessoa que me acolheu, me mantinha dando alimentos. Olha, eu fui tão abençoada nessa minha fuga, que até eu mantinha a casa da Dona Júlia com as doações que eu ganhava. Não só da igreja, de todas, espírita, católica. Tive apoio de todas as pessoas, não faltou nada para os meus filhos. Então eu pude até dividir e o jornal falou que ela matou a fome dos meus filhos (Eleuza).

Para Eleuza, a gravidade da distorção está na preocupação de que as pessoas que a ajudaram se sentissem traídas, pensassem que ela não reconheceu o apoio recebido. Um fato aparentemente insignificante, mas que para Eleuza está vinculado ao seu caráter, diz respeito à sua honestidade em relação às pessoas que a ajudaram, a quem ela considera dever gratidão, sentimento que o jornal nega ao distorcer os “detalhes” da história. Sentimento que também é compartilhado pelo irmão dela: *Meu irmão falou: eles não podiam ter posto isto aqui porque quando a pessoa deixa uma cesta de alimento para você e ela vê (a matéria), desvaloriza as pessoas que estão te ajudando”*.

O que foi denominado nos depoimentos de “mentira” é um dos poucos elementos de que as mulheres dispõem para manifestar minimamente a sua indignação em relação às notícias dos jornais, porque podem comparar a notícia divulgada com a história real. No entanto, a avaliação que as mulheres apresentam, em geral, revela uma certa aderência à lógica do jornal, ao “papel” que elas dizem que ele tem a cumprir, como se nada houvesse a fazer para impedir o seu funcionamento. Quando relatam as distorções das notícias e as conseqüências destas em alguns momentos de suas vidas, impelidas pela inexorável comparação com os fatos reais de suas histórias — como no caso de Mariana que afirma que a notícia fez parecer que ela estava traindo o marido, por exemplo —, elas revelam conteúdos que traduzem impactos em relação ao seu sistema de crença e de valores.

5.4 - As fotos

Das seis histórias pesquisadas, apenas a notícia que se refere a Rute não foi ilustrada com foto. Na de Sueli, os dois jornais publicaram fotos do marido; na de Mariana, o *Diário da Manhã* publicou fotos dos dois e do local do crime; na de Dagmar, *O Popular* publicou a foto do agressor; e, nos casos de Eleuza e Bia, que tiveram suas histórias publicadas apenas no *Diário da Manhã*, há fotos delas e dos agressores.

A fotografia é um recurso bastante útil nas notícias sobre violência devido, no dizer de Montoro (1999), à sua eficácia para a consecução da estratégia persuasiva do jornalismo: *“porque as imagens - notadamente as fotográficas - firmam, por si mesmas, a verdade - versão incontestável -, em razão de serem percebidas como a perfeição analógica do real”* (p.114). A fotografia é utilizada para garantir a realidade do fato noticiado e, por isso, é tão freqüentemente usada nas notícias de violência, sobretudo nas de conteúdo chocante e inacreditável. Quando Eleuza diz: *“Eu achei que não ia sair foto, nada. Eu nem vi que ia sair*

aquela foto. Pensei, 'meu Deus do céu!'”, é com a realidade irrefutável confirmada pela sua foto estampada no jornal que ela se depara. No contraponto, Dagmar se sente aliviada, porque a sua foto não foi publicada: *“Eu não entendo de jornal o que eles publicam lá, mas na matéria que eles publicaram sobre mim, ainda bem que eles não botaram foto minha lá, só botaram a dele. Eu sou uma pessoa que muita gente me conhece”*. Nessa afirmação de que é conhecida por muita gente está contida a preocupação de que as pessoas tomassem conhecimento de sua tragédia através da foto, já que ela era conhecida por apelido e não pelo nome divulgado no jornal.

Mariana, que não expressou constrangimento na publicação de sua história, em relação à foto manifestou uma posição diferente: *“Se não tivesse colocado foto teria sido melhor, não precisava”*. Além disso, conta que os dois jornais, *O Popular* e o *Diário da Manhã*, levaram fotos suas enquanto estava hospitalizada: *“Os dois jornais não devolveram, até briguei pelas fotos depois”*. Fotos que provavelmente nunca mais serão utilizadas, que ficarão esquecidas ou perdidas nos centros de documentação que as empresas de comunicação costumam ter. As instituições burocratizadas, no caso, desconhecem a importância das referidas fotos para Mariana, que teve disposição de brigar por elas. Mas desconhecem também, porque, assim como a mulher retratada na notícia, aquela foto não tem história, é descontextualizada, serviu somente para ilustrar uma matéria sobre violência. A isso Mariana chamou de invasão de privacidade.

As fotografias, portanto, completam o cenário da violência estampada nos jornais. Se a notícia exprime uma seleção de classe social e aparece como “natural” às classes populares, as fotografias explicitam ainda mais esse conteúdo, porque produzem um nivelamento das personagens noticiadas. Se ela produz o sentimento de humilhação e constrangimento, a fotografia potencializa a humilhação, porque a exposição da mulher agredida ou do marido agressor expõe ainda mais a vitimização da mulher. Se a notícia de violência tiver um caráter de ficção, de incredulidade, a fotografia vai torná-la real, crível. As fotos compõem mais um capítulo nessa perversa história da violência da notícia sobre violência.

5.5 - A notícia como uma violência velada

Ao mesmo tempo em que as mulheres apresentam, no decorrer de seus depoimentos, elementos que corroboram o pressuposto da notícia sobre violência como mais uma forma de violência, cinco entrevistadas disseram não considerá-la dessa forma. Quando Chauí (1999) define violência como o que está em oposição à ética do sujeito, isto é, que ela se instala onde não há sujeito autônomo nem livre, de um modo geral ela fala do sujeito da modernidade que se universalizou sob a égide da alienação, da perda da relação com passado e das perspectivas do futuro enquanto transcendência. Só o presente instantâneo é real.

Viu-se que, genericamente, as mulheres são sujeitos heterônomos, que possuem uma identidade alienada ao desejo do outro, determinada pela “ideologia” da feminilidade. Mais ainda, que as mulheres do universo desta pesquisa, singularmente, viveram situações-limite: foram vítimas de tentativa de homicídio. No entanto, quando Dagmar afirma: *“Não, não é uma violência. Eu acho que essa é uma forma deles viverem, eles têm que publicar coisas, senão não tinha jornal. E para que as outras pessoas fiquem sabendo o que acontece, muitas pessoas lêem jornal”* (Dagmar), ela é coerente com a lógica do funcionamento do jornal que necessita de tragédias para existir, mesmo que isso cause dor, humilhação. Sob o argumento da necessidade da informação, ela considera que o jornal estava cumprindo o seu “papel”, estava no “direito” de informar, como se o jornal se situasse acima das pessoas, possuindo um papel sacramentado e que não pode ser questionado.

Há dois pressupostos para o fato de essas mulheres não situarem a notícia como mais uma violência. O primeiro é que a referência de violência socialmente legitimada é a da agressão física, as vias de fato. Se o sentimento de humilhação, a vergonha, o medo, a exposição ao julgamento público não são reconhecidos como violência pode ser que a experiência da dor física suplante, no dizer de Arendt (2000), as demais experiências violentas e até a realidade:

De fato, o sentimento mais intenso que conhecemos - intenso ao ponto de eclipsar todas as outras experiências, ou seja, a experiência de grande dor física - é, ao mesmo tempo, o mais privado e menos comunicável de todos. Não apenas por ser talvez, a única experiência à qual somos incapazes de dar forma adequada à exposição pública; na verdade, ela nos priva de nossa percepção da realidade a tal ponto que podemos esquecer esta última mais rápido e facilmente que qualquer outra coisa (p. 60).

Dar forma pública à dor é da ordem do impossível, sugere Arendt. Por isso, Eleuza só entende a matéria no jornal como um dado de realidade sem mediação. Há, para ela, apenas a realidade nua e crua, e o jornal não poderia ter feito diferente: *“Não, não foi uma violência,*

foi real. Teria que ter sido assim, foi a única forma de eu conseguir vencer. Foi bom ter saído, porque no caso ele teve um pouco de receio, ele até jogou na minha cara: é porque agora você uniu com aquele povo lá do jornal, agora qualquer coisinha você está lá no meio deles, você acaba com a moral” (Eleuza).

O segundo pressuposto, que não exclui o primeiro, parte do fato de que a função de informar — numa sociedade burocratizada que consome grande volume de informações — fornece legitimidade à instituição de comunicação, mediante um processo tal que a mídia, como disse Touraine (1997), transformou-se num *locus* indispensável e cada vez mais importante na vida pública. Os meios de comunicação são indissociáveis do modo de vida contemporâneo. É nesse sentido que a notícia de jornal se traveste de tanto poder. A avaliação das mulheres entrevistadas coincide com a opinião da população brasileira que, pesquisada pelo Instituto Data Folha, em 1997, considerou a imprensa brasileira ótima ou boa num percentual de 63% do universo pesquisado, com apenas 3% considerando-a ruim ou péssima⁴⁷.

Rute, além de acreditar que a notícia cumpre uma função no combate à violência, considera que ter sido reconhecida como vítima preservou-a, não culpabilizou-a pela situação de violência vivida:

Não foi violência, porque eu era uma vítima. Eu continuei sendo a vítima. Acho que tem que publicar porque é uma forma das mulheres criarem coragem para denunciar. Com a divulgação, a mulher que sempre é a vítima se sente mais encorajada para denunciar, para gritar, para soltar o grito de socorro. Eu acho que tem que ser divulgado, mesmo eu tendo me sentido mal por eu ser mais uma vítima. Porque eu não acreditava, eu nunca acreditei que um dia eu pudesse passar por isso. O jornal é um grito de alerta, porque se não fosse através da imprensa talvez a gente ficaria omissa até hoje, porque quantas violências, quantas barbaridades eu vi na minha infância e que não chegava à imprensa. Quantos atos de... nossa coisas absurdas (Rute).

Do grupo, apenas Sueli considera a publicação de sua história uma violência. O código que transforma a imprensa em veiculadora da verdade, da “realidade” foi quebrado, quando a notícia afirmou que o seu marido também teria tentado matar o seu filho. Ao transformar o filho em vítima do pai e o marido em bandido, o jornal cometeu a violência contra ela: “É porque o jornal é uma coisa . . . Eles aumentam. Eu acho que foi uma violência porque, se não me engano, colocaram que ele queria também esfaquear meu filho, uma coisa assim que me falaram. Isso é mentira” (Sueli).

⁴⁷ - A pesquisa foi publicada no Caderno “Mais” da Folha de S. Paulo de 9 de março de 1997.

No entanto, as matérias sobre as demais mulheres também apresentaram distorções e, nem por isso, elas consideraram a notícia como violência. É interessante o fato de Sueli, por dois motivos: o primeiro, porque o caráter violento da notícia, para ela, se relaciona ao fato de o filho ter sido exposto como vítima do pai agressor, o que, segundo ela, era mentira. A exposição do filho é que afirma a violência da notícia revelando, mais uma vez, o caráter heterônomo da mulher: ser para o outro, sofrer pelo sofrimento do filho; o segundo, porque Sueli desenvolveu um processo de negação da violência do marido e o eximiu da responsabilidade através da negação da marca no seu corpo e do argumento religioso de que a agressão foi obra do demônio. O pressuposto é o de que a matéria publicada entrou em descompasso com a sua decisão de estabelecer um pacto de silêncio na família sobre o acontecido, conforme ela indica em vários momentos de seu depoimento:

Não, não penso no que aconteceu.

Nós nunca tocamos nesse assunto, nem perto das crianças, nem nada.

Depois disso ele não gosta nem que fale sobre isso. Pôs uma pedra em cima e não se fala mais nisso.

Inclusive, quando a minha mãe veio em Goiânia depois que aconteceu isso, ela também não tocou nesse assunto e nem eu. Nós não tocamos nesse assunto.

Não, eu acho que ele (o meu marido) também não leu os jornais. Nem os meus meninos. Na escola também não teve comentário com as minhas crianças. Graças a Deus. Até nisso, Deus ajudou. Acho que muitos na escola nem ficaram sabendo.

Nesse sentido, o jornal ameaça o pacto de silêncio instituído na família de Sueli. Como foi visto, ela buscou justificar a atitude do marido como um evento fora do sujeito, causada por “interferência do demônio”, e ainda afirmou que o casamento melhorou depois do episódio, porque o marido “*livrou-se*” das tentações. A matéria no jornal ameaça o universo de Sueli. Talvez por isso, seja ela a única a associar a publicização da sua história como mais uma violência, esta agora praticada pelo jornal.

Portanto, o significado da notícia para a mulher em situação de violência guarda uma contradição pelo fato de constituir uma outra forma de violência, ainda que não seja reconhecida como tal. Os impactos da notícia revelam-se de formas singulares e cruéis, através da perda da privacidade, da exposição dos filhos, da identificação com a imagem de vítima, do risco de vida, das fotografias, do sentimento de humilhação. Revelam, ainda, a dinâmica de identificação da violência como própria das classes populares, relacionando-a à pobreza, à baixa escolaridade, constituindo um processo de naturalização da violência

doméstica como própria de um tipo social, encobrindo o caráter de gênero da violência contra a mulher.

Ao buscar o sujeito da notícia de violência, a pesquisa, portanto, revelou detalhes impactantes, “detalhes” que ficavam guardados na intimidade de cada uma das mulheres entrevistadas como um conteúdo insignificante frente à importância conferida ao jornal e ao seu papel de “informar”. Há uma relação de poder implícita nessa forma de compreender a notícia do jornal, na qual a mulher agredida é tratada como objeto e, ainda assim, confere à matéria (e ao veículo de comunicação) uma “aura” de protetora, de quem resguarda os direitos, de quem contribui para o combate à violência.

Mas a pesquisa também revela uma dupla violência da notícia: uma dada pela publicização em si, ao veicular de forma individualizada a história da mulher; e outra pela forma como realiza essa publicização. Num certo sentido, trata-se de uma violência contra uma classe social, vez que vincula a prática da violência doméstica como própria às camadas populares. Mas, na medida em que essa violência permanece invisível, mais intenso é o seu processo de banalização, individual e universalmente.

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Penetrar no real, portanto, é atingir pelo pensamento um conjunto cada vez mais amplo de relações, de detalhes, de elementos, de particularidades, captadas numa totalidade. Esse conjunto, essa totalidade, por outro lado, jamais podem coincidir com a totalidade do real, com o mundo. O ato do pensamento destaca da totalidade do real, mediante um recorte real ou *ideal*, aquilo que é corretamente chamado de um *objeto de pensamento*”. (Le Febvre)

Após essa reflexão sobre os elementos que constituem a violência doméstica contra a mulher e a sua publicização nos jornais diários de Goiânia, pode-se afirmar que o tema, apesar de enfrentar atualmente um processo de banalização, ainda tem muito a ser pesquisado. O recorte oferecido neste trabalho é apenas um elemento a mais que constitui o complexo contexto da violência doméstica contra a mulher. Pela realização das entrevistas e do levantamento dos dados nos jornais, foi possível constatar que, de fato, a notícia constitui, sob vários aspectos, uma outra forma de violência, ainda que os seus impactos estejam carregados de contradições.

Por um lado, a leitura e a análise do conjunto das matérias pesquisadas evidenciaram que os jornais diários de Goiânia recortam uma classe social – a popular - quando noticiam casos de violência conjugal contra a mulher nas suas páginas policiais. Isso pôde ser constatado mediante análise dos dados sobre profissão/ocupação dos homens e mulheres envolvidos nos fatos relatados. Outros dados revelaram, ainda, que as mulheres agredidas por seus maridos e companheiros e ex-companheiros sofrem a violência, na maioria das vezes, na própria casa, um dado que apenas confirma a literatura nacional e internacional sobre o tema.

As notícias nos jornais, por sua vez, oferecem “explicações” para a violência contra a mulher pelo ciúme do agressor como argumento básico, que encontra aderência em todos os atores sociais envolvidos: a mulher, o agressor e a imprensa. Embora o ciúme seja forte elemento, a redução da explicação da violência a ele contribui para mascarar, e não para visualizar, os diversos conflitos de gênero, uma vez que reproduz o que é aceito culturalmente em relação aos papéis sociais e sexuais dos homens e das mulheres, legitimando a desigualdade entre os sexos.

Por outro lado, os elementos que aparecem nas falas das mulheres revelam, em muitos momentos, a mesma lógica explicativa que aparece nos jornais. Algumas mulheres

entrevistadas concordam que a notícia tem um papel a cumprir no combate à violência, que o jornal deve publicar as notícias, mesmo que se sintam incomodadas com isso. Há um entendimento de que a notícia pode ajudar na “captura” do agressor ou, até, na interrupção da violência. Essa concepção aparece tanto na fala de Dagmar, que tem apenas a 2ª série do Ensino Fundamental, quanto na de Rute, que completou o Ensino Médio. No entanto, as ambigüidades aparecem quando as entrevistadas analisam as suas próprias histórias nos jornais. Apesar de aderir à lógica jornalística, ao falar sobre notícia publicada, elas revelam um sentimento de constrangimento de ali figurar como vítimas da violência; e revelam o mesmo constrangimento sofrido pela família (filhos nas escola, irmão, mãe, pai). Em alguns casos, há, inclusive, o medo de novas agressões em razão das matérias ou, ainda, a discordância a respeito do conteúdo publicado.

Esses impactos reafirmam que a notícia de violência se constitui em mais uma forma de violência sob vários aspectos. Um deles é o fato de que a notícia reproduz a vitimização da mulher. Se, ao longo de uma relação conjugal marcada pela violência, a mulher ocupa o lugar de vítima, é como vítima que ela será noticiada, será tornada pública. Questionar a vitimização não significa negar que a mulher seja a vítima de atos de agressão, mas indaga o arcabouço cultural que a transforma essencialmente nisso. Portanto, é possível afirmar que a postura do jornal em relação à mulher agredida já é o da vitimização, que a coloca frente a outros “não-vítimas”, marcando-a como impotente, passiva e incapaz de autonomia. Como afirma Chauí (1999):

A vitimização faz com que o agir ou a ação fiquem concentrados nas mãos dos não-sofredores, das não-vítimas que devem trazer, de fora, a justiça para os injustiçados. Estes, portanto, perderam a condição de sujeitos éticos para se tornar objetos de nossa compaixão e, conseqüentemente, para que os não-sofredores possam ser éticos é preciso duas violências: a primeira, factual, é a existência das vítimas; a segunda, o tratamento do outro como vítima sofredora passiva e inerte. Além disso, a imagem do Mal e a da vítima são dotadas de poder midiático: são poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmando nossa consciência. Precisamos das imagens da violência e do Mal para nos considerarmos sujeitos éticos.(p. 5-3)

A perda da condição ética do sujeito já é um aspecto da violência que se realiza com a publicação da notícia. No entanto, existem também outros aspectos que, concretamente, personificam isso: a notícia do jornal que coloca em risco a segurança pessoal da mulher, como no caso de Eleuza; a divulgação de uma “imagem” com a qual ela não se identifica, como no caso de Rute; a invasão da privacidade e a exposição de detalhes que ela não queria que se tornassem públicos, como no caso de Mariana. A violência, como apresentada por

Chauí (1985), é resultado da assimetria das relações. Parte da concepção de que ela se estabelece numa relação de diferentes que se tornam desiguais:

Entenderemos por violência uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar como conversão de diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (p. 35).

Violência é, então, uma realização particular da força que visa à manutenção da relação com uma das partes anulada em sua diferença. A violência deseja a sujeição ou a supressão, mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido na sua diferença: *“Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja nem percebida nem reconhecida, mas submissa numa heteronímia que não se percebe com tal”* (Chauí, 1985, p. 35).

Ao reafirmar a violência da notícia, este trabalho também suscita questões que possuem uma relação intrínseca com o tema estudado. Porque a notícia de violência produz, do ponto de vista subjetivo, impactos à auto-estima da mulher, pode-se afirmar, também, que ela a banaliza, a “naturaliza”, mediante o ocultamento do seu caráter histórico e social, que ela trata como uma questão individual. Frente a essa realidade, cabe questionar a importância da publicização da violência contra a mulher.

Para a violência tornar-se notícia de jornal, há uma dinâmica que pode envolver instituições executoras de políticas públicas, como delegacias de polícia, hospitais, escolas, igreja e também instituições de apoio às mulheres. Sem que se exerça uma crítica ao constrangimento que a notícia pode produzir individualmente, há instituições que chegam a atuar no sentido de motivar as mulheres à publicização. Conforme se pôde perceber, há uma adesão ao entendimento da notícia como benéfica ao combate à violência em geral e para a própria mulher. Mas há, também, a possibilidade de ela ser acionada para atender aos interesses dos equipamentos que desejam, através da imprensa, “mostrar serviço”, ser reconhecidos como atores combatentes, como no caso citado do 1º Distrito Policial de Goiânia. Essa aliança pode ter conseqüências graves para as mulheres, e conseqüências pouco visíveis.

Com os dados apresentados, então, é possível questionar essa aderência e perguntar até que ponto a publicização da violência, na forma como é feita pelos jornais *Diário da Manhã* e *O Popular*, contribui, de fato, no combate à violência contra a mulher. A realidade empírica indica a existência de uma rotina, que ocorre num contexto marcado por relações complexas que envolvem identidades de gênero, valores culturais, elementos da socialização. Acreditar que apenas uma ou duas inserções de notícia podem interromper um ciclo revela certa ingenuidade e impotência diante do padrão social de violência que inclui e extrapola as relações de gênero, porque é um padrão que legitima a desigualdade. A notícia no jornal pode interferir momentaneamente num caso particular, mas não pode, genericamente, acabar com um ciclo que é muito mais complexo. Até porque, como foi visto, a notícia tende a reduzir os aspectos da violência a alguns elementos explicativos, muitas vezes preconceituosos, em relação à classe social, à condição da mulher e do homem, às relações de gênero.

Nesse sentido, a discussão sobre o público e o privado na forma como foi posta por Young (1987) contribui para entender um pouco mais a questão. Segundo a autora, a distinção entre público e privado, na teoria política moderna, exprime uma vontade de homogeneidade que exige a exclusão de muitas pessoas e grupos. *“De acordo com a idéia moderna de razão normativa, a noção de público na teoria e prática política moderna designa uma esfera da existência humana na qual os cidadãos exprimem sua racionalidade e universalidade abstraídos de suas situações e necessidades particulares e em oposição ao sentimento”* (Young, 1987: 83). Os jornais, de certa forma, cumprem esse ideal de homogeneidade tornando públicas histórias particulares, universalizando, reificadamente, a particularidade. É nessa passagem que se perde o sujeito ético, que a notícia realiza a reificação da violência e torna-se uma violência contra a mulher que tem sua história publicada.

O desafio é alcançar uma relação entre as esferas do público e do privado que não realize a exclusão e permita a preservação da privacidade não como o que deve ser excluído, mas como o que se deseja que não se torne público. Young (1987) propõe que, ao invés de definir a privacidade como o que o público exclui, ela deveria ser definida como: *“aquele aspecto da vida ou atividade que qualquer indivíduo, homem ou mulher, tenha o direito de excluir dos outros”* (p.84). Isto é, o direito do indivíduo de retirar-se, ao invés de ser retirado. Ou de retirar-se, ao invés de tornar-se um objeto de exposição. Nesse caso, a mulher em situação de violência doméstica é incluída no espaço público, através da notícia no jornal, mas excluída da sua condição de sujeito.

Ao estudar, portanto, a publicização da violência contra a mulher, revelando-a como mais um forma de violência, esta pesquisa acrescenta um elemento novo ao debate. Por permitir a emergência de pontos de fricção entre o público e o privado, é possível questionar a naturalidade com que é aceita, e até solicitada, a publicação desse tipo de notícia. Enfim, nem tudo o que é público é democrático. Nesse sentido, a constituição social da mulher, o ser humano que não é homem, carrega uma tragicidade histórica: na medida em que ela migra para o espaço público, mediada pela notícia de violência no jornal, esse espaço se apresenta como um engodo, porque não é o lugar do exercício da liberdade e da autonomia. Ao contrário.

Sendo assim, a condição para escapar do engodo deve ser que a dor, a violência, a humilhação não sejam “esquecidas”, porém elaboradas. É condição que os processos de socialização (que em, princípio, são processos educativos) não permitam o esquecimento, pois o combate à violência contra a mulher passa necessariamente pelo resgate da sua condição humana e pela humanização das relações, no sentido particular e universal. Isso significa que enfrentar o modo pelo qual a mulher é posta como sujeito heterônomo na sociedade moderna é também enfrentar o modo como se processa a sua socialização, em seus diversos aspectos: na família, na escola, na igreja, nas mídias, no trabalho, no público e no privado. No limite, trata-se de educar para a emancipação, pois, como disse Adorno (1995:138): “... *contra isto é possível empreender algo mediante a educação e o esclarecimento*”. Este é, a rigor, o ponto de partida e o de chegada.

VII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, N. (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciência desde a perspectiva das mulheres**. Coleção Gênero, vol. 5, Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- ARAÚJO, Josenilson Guilherme de. Casa e valores: espaço e dimensões da violência. In: OLIVEIRA, Dijaci David e outros (orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Série: Violência em manchete I. Vozes, Brasília/DF; MNDH, Brasília/DF, 1998.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. **A condição humana**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BARSTED, Leila de A. Linhares. **Uma vida sem violência é um direito nosso – Propostas de ação a Violência Intrafamiliar no Brasil**. Brasília: Comitê Interagencial de Gênero / Comitê Interagencial de Comunicação – ONU / Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – Ministério da Justiça, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Volume 1, 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas; vol. 1. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da mulher**. Nº 4, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- _____. **Uma ideologia perversa. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 mar. 1999, Caderno Mais! p. 5-3.
- COLLIN, Françoise. **As mesmas e as diferenças**. Recife: SOS Corpo, 1992.

- DIEESE. **Cresce a participação da mulher no mercado de trabalho**. Pesquisada em: 06/10/1999. (<http://www.dieese.org.br/esp/es2mai97>).
- DUBY, Georges (orgs). **História da Vida Privada: da Europa Feudal à Renascença**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOLHA DE S. PAULO. **Mídia: verdades e mentiras**. Caderno Mais! 09/03/1997.
- FREUD, S. **O futuro de uma ilusão**. Obras Completas, volume XXI. Edição standart brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1974.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- GROSSI, Miriam Pillar. **Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil**. In: **Revista Estudos Feministas**, Nº 5, número especial, publicação semestral, .473 a 483. CIEC, Rio de Janeiro: 1994.
- _____. **O significado da violência nas relações de gênero no Brasil**. In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**. Publicação Semestral, ano 2, número 4, dez. Rio de Janeiro: CPESC/IMS, 1995.
- _____. **Identidade de gênero e sexualidade**. In: **Estudos de Gênero, cadernos de área nº 9**. Goiânia: Editora da UCG, 2000.
- LAMAS, Marta. **Gênero, diferencias de sexo y diferencia sexual**. In: **Debate Feminista**. Ano 10, vol. 20, México, 1999.
- LOPES, Adriana Carvalho. **Violência contra mulheres mídia impressa**. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos da dialética marxista**. Portugal, Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Matar e Morrer no masculino e no feminino**. In: OLIVEIRA, Dijaci David e outros (orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Série: Violência em manchete I. Brasília: Vozes/ MNDH, 1998.

- _____ e MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. **Violência conjugal: os espelhos e as marcas.** In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal.** Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar.** Campinas: Autores e Associados/ANPOCS, 1996.
- MONTORO, Tânia. Notícias de violência. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal.** Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- OEA. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: Convenção de Belém do Pará.** São Paulo: CLADEM-BRASIL / IPÊ, agosto de 1996.
- O POPULAR. Goiânia, 30/11/1998.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A violência nas narrativas. In: OLIVEIRA, Dijaci David e outros (orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil.** Série: Violência em manchete I. Brasília: Vozes/MNDH, 1998.
- PROST, Antoine & VICENT, Gérard (orgs.). **História da Vida Privada: da Primeira Guerra aos nossos dias.** Vol. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- REDESAÚDE - Informativo da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Nº 19, Novembro, 1999.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e VARGAS, Monica Muñoz (orgs.). **Mulher Brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Editora Rosas dos Tempos/ NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.
- SALEM, Tania. Mulheres faveladas: com a vendas nos olhos. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher.** Nº 1, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade,** V. 20, nº 2, Porto Alegre, Jul/dez.1995.
- SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1999.

SUÁREZ, M. & BANDEIRA, Lourdes. Introdução a Violência, gênero e crime no Distrito Federal. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

TOURAINÉ, Alain. **Pessimismo escandaloso**. Folha de S. Paulo: Caderno Mais! 09/03/1997 – p. 13.

YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

ANEXO 1 - COLUNA DISTRITO ZERO - DIÁRIO DA MANHÃ

DISTRITO ZERO

UMA COLUNA

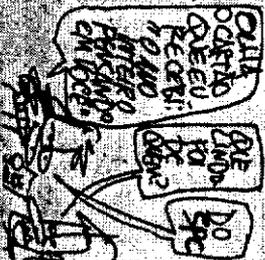
Queria mesmo levar bofeões

Ludmila, Cortez dos Santos, 30, jardim Novo Mundo, discorda com sua companheira, **Anselmo da Costa Lima**. *Estava mais nervosa que albatroz quando pegou o albatroz com carne. Pedras brutas que espantam o corvo da boca, tudo por causa de uma manjedoura de bostem na cozinha de Alameda. Ditoa e sogra, que mora no mesmo bloco. U que está acontecendo aqui? Ludmila responde: "Não se pode deixar a porta aberta que entra cachorro". Oba, pode voltar ao seu caso que hoje não sobreviveu. Levou um soco com duas forças que não caiu no chão porque uma parede não deu.*

Não entendeu

Angelo Divino de Almeida, 47, motorista, Vila Pedrosa, entrou em casa no começo da madrugada de sexta-feira. Bebado. Foi à cozinha. Não havia panela em cima do fogão. Dirigiu-se ao quarto e acendeu sua mulher, Edilma, falando:

lhc: "Quero comer". Ela ainda meio sonolenta: "Ochê, tá do se deite. Nunca fizemos em p". lhc: "Estou falando de arroz e feijão, imbecil". Edilma: "Tá com a Dona". Vinou-se para o outro lado e pediu o cobertor. Foi jogada fora da cama com violência. teve um corte no cabelo.

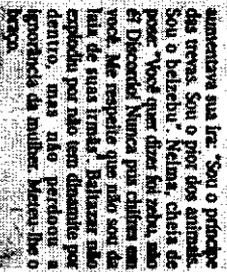


Entrou na conversa

André Soares Nascimento, cabeleireiro, 21, entrou num bar da Rua 98 e foi apresentado ao barbeiro **Leite Moça**. E o doce de leite em pedacinhos. Ao receber as respostas, voltou à carga: "Não tem quindim? Adoro quindim! Sabe, na última vez que voltei morar, ela fez quindim especialmente para mim. Comi quatro ainda quente. Tive até diarréia". E o que hehehe no lado direito que você ficou com o fôlego doce? André: "Eu não havia reparado num molcaço no meu lado". Levou uns tapas.

Sem conhecimento

Baltazar Batista Carneiro, 35, estava valente depois de alguns goles, falou: pedacinho, cachaça, e sua mulher, Nelma, sem nenhuma para a brabeza dele. Baltazar

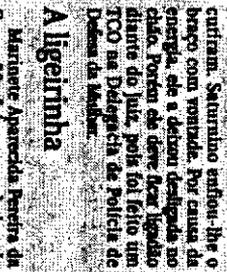


Aumentava sua ira

uma conversa sua ira. "Sou o príncipe das trevas. Sou o pior dos anjinhos. Sou o bofeão". Nelma, cheia de poder: "Você quer dizer fit zeta, não é? Deceitado. Nunca pus chifres em você. Me respeito que não sou da tua de suas irmãs". Baltazar não explicou por não um dissonante por dentro, mas não perdeu o bom gosto: "Você não tem nenhuma de suas irmãs?". Menos-lhe o bofe.

Mulher apanha

A passadeira **Maria de Fátima**, baixinha de Lima, 33, jardim Impa, é companheira de **Saturatino** Kés de Silva, pedreiro. Porém quem faz as despesas da casa é sempre ela. Maria de Fátima, depois de uma pequena cirurgia ficou sem condições de trabalhar e falou com ele: "Oce pudia pagar a conta da energia pra mim? São 99 home conta. A resposta foi negativa e di-

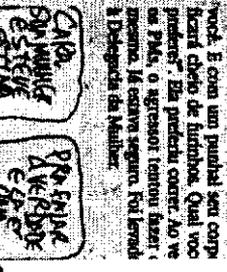


A ilgerinha

Maurício Aparecida Pereira da Cruz, 30, foi companheiro de boquete de Maria de Fátima. Depois de um tempo, Maria de Fátima mandou plantar batatas. Ele se mandou para o jardim. Depois de sair bebado e retornou uma semana depois mais bebado ainda. Justificou: "Procuréi hup. Abandonar minha terra para ir trabalhar em outra terra que oce pediu. E quem é esse cara aí dentro?". Maurício explicou que era seu novo amor. E teve de correr para não ser tirado com uma saca. O outro sapato não tem pressão sobre sua cabeça.

Assim é demais

Uma visita, de 3º BPM, foi enviada a corte local no Ufpa Magalhães, local de encontro entre marido e mulher. Os militares despararam com Divino Carneiro Gonçalves por não um fardo e um punhal. Ele disse para sua companheira, Cláudia Genival dos Santos: "Com esse sagu — a moçada o fa, ia — eu faço um estrago em



Acontece cada uma

Maria Francisca da Conceição moradora no Jardim Casuarina II, volava do serviço na companhia de uma amiga e encontrou o marido Serejo das Santos Moreira. Maria resolveu tomar uma corpa com a amiga. Logo em seguida, ela foi pega para casa. Serejo não a deixou entrar. E ainda deu-lhe alguns pescoços. Machucou-a bastante, principalmente no rosto. Maria Francisca reagiu demoradamente na Delegacia de Defesa da Mulher e foi feita um Termo Circunscrito de Ocorrência.

ANEXO 2 - PLANILHA DE LEITURA DAS NOTÍCIAS

1 - CÓDIGO DA NOTÍCIA

1.1 - Ano

1.2 - Jornal

1.3 - Ordem (número que ocupa na planilha do excel)

1.4 - Capa (SIM / NÃO)

1.1 -Data

2 - IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

2.1 - Nome

2.2 - Idade (NÃO INFORMA)

2.3 - Gravidez no momento da agressão (SIM / NÃO/ NÃO INFORMA)

2.4 - Profissão/Ocupação (NÃO INFORMA)

2.5 - Cidade (NÃO INFORMA)

2.6 - Endereço (NÃO INFORMA)

3 - IDENTIFICAÇÃO DO AGRESSOR

3.1 - Nome

3.2 - Idade (NÃO INFORMA)

3.3 - Profissão/Ocupação (NÃO INFORMA)

3.4 - Cidade (NÃO INFORMA)

3.5 - Endereço (NÃO INFORMA)

4 - RELAÇÃO DO AGRESSOR COM A VÍTIMA

4.1 - Nível de parentesco (marido/companheiro; ex. marido/companheiro; namorado; ex-namorado; amante; ex-amante; amigo; NÃO INFORMA).

4.2 - Tempo de relacionamento (0 a 5 anos; 6 a 10 anos; acima de 10 anos).

4.3 - Filhos (em comum; só da vítima; comum e só da vítima; só do agressor; comum e só do agressor; nenhum; NÃO INFORMA).

5 - CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

5.1 - Tipo de agressão (múltipla opção)

5.1.1 - abuso sexual

5.1.2 - espancamento

5.1.3 - agressão com armas

5.1.4 - ameaças

5.1.5 - cárcere privado

5.1.6 - omissão de socorro

5.1.7 - outro / qual

5.2 - Pretexto do agressor (embriaguez; não aceitou a separação; ciúme; outro/qual; NÃO INFORMA).

5.3 - Antecedentes ao fato denunciado (múltipla opção)

5.3.1 - agressões anteriores

5.3.2 - personalidade violenta do agressor

5.3.3 - agressão a filhos/enteados

5.3.4 - abuso sexual de filhos/enteados

5.3.5 - separação

5.3.6 - NÃO INFORMA

5.3.7 - outro/qual

5.4 - Agressão a outra pessoa (Não; sim /qual)**5.5 - Agressor sob efeito de:** (álcool; droga; álcool e droga; nenhum; NÃO INFORMA).**5.6 - Local de ocorrência da agressão** (residência da vítima; trabalho da vítima; ruas/vias públicas; bar/similares; NÃO INFORMA; outro/qual).**5.7 - Morte** (vítima; agressor; vítima e agressor; outra pessoa/qual).**5.8 - Seqüelas físicas da vítima**

5.8.1 - Classificação (leve; média; grave; NÃO INFORMA)

5.8.2 - Descrição

6 - Caracterização das denúncias**6.1 - Local da denúncia** (Distrito Policial; Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher; Hospital; NÃO INFORMA)**6.2 - Quem tomou a iniciativa de denunciar** (vítima, parentes, vizinhos, outro/quem; NÃO INFORMA)**6.3 - Parentes da vítima apóiam a denúncia?** (Sim; Não; NÃO INFORMA)**6.4 - Parente do agressor apóiam a denúncia?** (Sim; Não; NÃO INFORMA)**6.5 - O agressor tem antecedente criminal?** (Não; Sim/qual; NÃO INFORMA)**6.6 - Encaminhamento do caso** (prisão do agressor; abertura de processo; NÃO INFORMA)

ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS⁴⁸

1 - Identificação

- a) Nome:
- b) Data de nascimento:
- c) De onde veio (meio urbano ou meio rural)
- d) Tempo de residência na cidade
- e) Situação conjugal atual - número de casamentos
- f) Número de filhos vivos

2 - Situação sócio-econômica

- a) Número de pessoas que residem na casa
- b) Responsabilidade pelo sustento da família
- c) Renda total da família
- d) Tipo de moradia/propriedade do imóvel

3 - Processos de socialização

3.1 - Trabalho

- a) Tipo de trabalho
- b) Salário/renda
- c) Idade com a qual começou a trabalhar e tipo de trabalho

3.2 - Escola

- a) Grau de escolarização
- b) Importância da escola

3.3 - Religião

- a) Segue alguma religião e freqüenta a igreja
- b) Mudança de religião e tempo da mudança
- a) Importância da igreja

3.4 - Família

- a) Constituição familiar (número de irmãos, de pessoas na casa)
- b) Educação na família (quem determinava as regras; punição; violência)

⁴⁸ - Esse roteiro foi modificado com base no pré-teste realizado em 23 de Outubro de 99, quando foram entrevistadas duas mulheres.

- c) Responsável pelo sustento da família
- d) Tempo que morou com a família?

3.5 - Sexualidade

- a) Discussão sobre sexualidade na família
- b) Início da vida sexual
- c) Desenvolvimento da vida sexual
- d) Violência sexual
- e) Diferença na educação sexual para homens e mulheres e conseqüências para a vida sexual

4 - Relação com o autor da violência

- a) Tipo de relacionamento (namoro, casamento. . .)
- b) Tempo de duração do relacionamento
- c) Número de filhos
- d) Vida sexual
- e) Primeira violência (quando, qual e se provocou mudança na vida)

5 - Se está em novo relacionamento

- a) Tipo e tempo de relacionamento
- b) Lidam com a violência sofrida
- c) Violência no relacionamento atual

6 - O fato em questão

- a) Relato da violência que o jornal noticiou
- b) Local da violência (casa, rua, trabalho, bar, cidade)
- c) Violência e gravidez
- d) Motivo da violência
- e) Responsabilidade pela violência que sofreu
- f) Sobre o uso de álcool e droga e a relação com a violência
- g) Seqüelas
- h) Iniciativa da denúncia, número de denúncias e data da primeira denúncia
- i) Pressão para retirar queixa
- j) Escolha do local para a denúncia

7 - A notícia no jornal

- a) Leitura da matéria no jornal e em qual
- b) Outro veículo
- c) Como os jornais ficaram sabendo da notícia (se deu alguma entrevista)
- d) Avaliação da notícia (disse a verdade, faltou informação)

8 - O impacto da notícia

- a) Sentimento em relação à publicação da história no jornal
- b) Quem sabia da história antes de o jornal a divulgar
- c) Quem leu a matéria (vizinhos, filhos, familiares, amigos)
- d) A reação das pessoas
- e) A reação do agressor
- f) Mudanças no trabalho por causa da notícia
- g) Mudanças na relação com vizinhos, amigos, parentes, na igreja
- h) Se alguma pessoa não deveria ter visto a matéria
- i) Se o jornal cometeu violência ao publicar a notícia
- j) Se o jornal deveria publicar novamente
- k) Tipo de apoio que recebe
- l) Interesse por notícia de violência contra outras mulheres

9 - Questões de gênero

- a) Tempo, em casa, para ler jornal, ver televisão
- a) Realização e divisão das tarefas domésticas
- b) Obrigações da mulher nas atividades domésticas
- c) Obrigações do homem nas atividades domésticas

- Anotar a cor da pele

ANEXO 4 - RELATO DOS CONTATOS COM OS SUJEITOS

Iniciei a busca das mulheres para entrevista no mês de novembro de 1999, após o pré-teste e validação do instrumento. Comecei pelas mulheres cujos endereços completos o jornal publicou. As demais mulheres foram procuradas na lista telefônica do ano correspondente à matéria publicada, conferindo nomes, bairro e nomes de parentes ou vizinhos que apareceram nas notícias. Esgotadas as possibilidades pelo jornal e pela lista telefônica, fui à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e ao Hugo – Hospital de Urgências de Goiânia, para tentar encontrar outras mulheres. No Hugo, não tive acesso aos prontuários porque, segundo a funcionária que me atendeu após ter consultado a diretoria, o assunto era violência. Na Delegacia fui, atendida por uma funcionária que, de pronto, disse que lá não informavam endereços de vítimas. Eu perguntei, então, por que o jornal publicava alguns endereços e ela disse que isso acontecia quando as mulheres o permitiam e que, às vezes, eles (os jornalistas) chegavam lá e flagravam o caso. Depois disso, conversei pessoalmente com a delegada titular e pude, então, ver os Termos Circunstanciais de Ocorrência (T.C.Os., utilizados em casos de lesões leves) dos anos de 1997 e 1998, mas não encontrei nenhum dos casos que procurava.

Fui, também, no dia 12 de novembro de 1999, ao 1º Distrito Policial que fica no centro de Goiânia, porque me chamou a atenção a quantidade de casos do 1º DP divulgados nos jornais, sobretudo no *Diário da Manhã*. Conversei com o Titular da Delegacia que me informou que ali eu não encontraria os dados porque, nos casos de violência contra a mulher, os boletins eram encaminhados à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher ou ao Fórum de Justiça. Ele perguntou-me se eu era jornalista, eu respondi-lhe que sim, mas que a pesquisa não era para jornal e sim acadêmica. E ele respondeu: “*aqui jornalistas têm acesso a tudo, até às celas. Eles têm nos ajudado muito*”. Eu perguntei há quanto tempo era o titular do 1º DP e ele me respondeu que há dois anos. Talvez a presença desse titular, tenha propiciado a divulgação de casos do 1º DP nos jornais.

A seguir o relato individual do contato com cada uma das mulheres que pude encontrar⁴⁹ ou falar por telefone, com exceção das mulheres do pré-teste⁵⁰, sobre quem não foram feitas anotações:

DEISE

Cor da pele: branca

O contato com Deise foi feito através da mãe dela. Encontrei nos jornais o nome dos seus pais e, na lista telefônica, o telefone da mãe. Fiz o primeiro contato no dia 1º de dezembro. A mãe disse que não tinha o telefone da filha e que, assim que ela ligasse, ela daria o meu recado. Liguei outras duas vezes e, na segunda, dia 8 de dezembro, eu pedi que ela me desse o endereço de Deise. A mãe me informou que o marido da filha é o mesmo que aparece no jornal e que ele não a deixava visitar os pais, nem dava endereço dela ou o telefone para eles. Sempre era a filha quem os procurava, mas demorava muito. No dia 9 de dezembro, à noite, Deise me ligou, porque tinha ido visitar os pais, e perguntou porque é que eu estava querendo entrar em contato com ela. Expliquei sobre a pesquisa e ela quis saber se eu perguntaria sobre o que saiu no jornal. Eu lhe disse que sim. Então ela me perguntou como nos encontraríamos. Sugeri a casa dela e eu ponderei se o marido não acharia isso ruim. Ela concordou comigo e me disse que, quando visitasse novamente mãe — ela confirmou que era sempre escondido do marido que fazia isso — me ligaria e eu iria ao encontro dela. A entrevista ficou mais ou menos acertada para os dias 18 ou 19 de dezembro. Ela não fez o contato e eu continuei a ligar para a mãe dela uma vez por semana, pedindo que lhe transmitisse o meu recado. A mãe, sempre muito simpática, dizia que o faria, mas, todas vezes que eu ligava, ela tinha se esquecido da promessa. Às vésperas do natal, a mãe de Deise me informou que ela teria viajado e que só voltaria após o ano novo. No dia 20 de janeiro liguei para informar que estaria fechando a pesquisa e pedi para a mãe, mais uma vez, transmitir-lhe

⁴⁹ - Anotei a cor da pele de todas as mulheres com quem tive contato visual. Como não foram consultadas sobre esse item, optei por classificar como morena as que apresentam características étnicas negra, e de branca as que não apresentam tais características. Não houve no grupo mulheres de outras etnias.

⁵⁰ - Não foi feito o relato de campo das entrevistas para o pré-teste, porque, naquele momento, não se pensava em utilizar tais entrevistas nas análises. Quanto à cor da pele, ambas são morenas.

o meu recado. Se ela aceitasse falar comigo, poderia me contatar até o dia 24 de janeiro. Ela não entrou em contato.

RUTE

Cor da pele: branca

Procurei Rute pelo endereço que constava no jornal, no dia 8 de dezembro de 1999. Obtive a informação de que ela se mudara de lá, mas consegui de uma funcionária do condomínio o telefone de uma das vizinhas que, à época, a havia socorrido. Liguei para a vizinha e ele me disse que não tinha tido mais contato com Rute, mas que sabia que o irmão dela era locutor de uma rádio de Goiânia, embora não soubesse o nome dele. Liguei na rádio e identifiquei um locutor com o mesmo sobrenome de Rute. Liguei para ele, identifiquei-me e perguntei se ela era irmã dele. Ele respondeu que sim. Então, expliquei como e por que cheguei até ele. Ele disse que a irmã não tinha telefone e que seria constrangedor falar com ela, porque ela “continuava com o cara”. Eu disse para ele que, na pesquisa, eu estava encontrando casos semelhantes e que gostaria de falar com ela assim mesmo. Ele me perguntou: —“que doença é essa”? E se prontificou fazer uma ponte com a irmã, embora não tivesse o endereço dela para me passar. Eu disse que preferia eu mesma falar com ela. Então, ele ficou de me ligar, informando-me do endereço e me disse que o “marido” de Rute vinha nos fins de semana. Ele ficava em Pirenópolis. Na Sexta-feira, dia 10 de dezembro, liguei novamente para ele que me disse ainda não ter o endereço e que o marido dela estava na casa. Pedi que eu ligasse depois. Perguntei sobre a possibilidade de alguém ter ligado na minha casa e ele respondeu que não e que a família estava interessada em que ela desse a entrevista. No dia 13, liguei novamente para ele. Ele me disse que o “marido” ainda estava na casa e que ainda não tinha o endereço; disse também que havia uma outra irmã com o mesmo problema e que esta estaria disposta a dar a entrevista, e também que ainda não tinha falado com Rute. Eu agradei a disposição da outra irmã e informei-lhe que não poderia entrevistá-la, pois a pesquisa obedecia a critérios específicos, no caso, o fato de a violência ter sido noticiada pelo jornal. Ele entendeu-me e pediu-me para ligar-lhe no dia seguinte. Liguei outras duas vezes. Na última vez, ele me disse que iria à casa dela naquele momento. Passadas umas três horas, Rute me ligou e marcou a entrevista para o dia seguinte, na casa dela. Cheguei à hora marcada. A casa era um barracão nos fundos, onde ela morava com a filha mais nova. Quando

cheguei, ela estava temperando um frango e a filha estava se levantando. Ela me ofereceu um chá e notei que a estrutura da casa, a decoração eram diferentes das outras casas que tinha visitado. Havia quadros de artistas goianos nas paredes, cores, panos pintados. Perguntei por um dos pintores e ela afirmou que era irmão dela. Descobrimos uma rede de pessoas que nos eram comuns. Conversamos bastante sobre os quadros e as pessoas envolvidas, antes de iniciarmos a entrevista. Ao início, pedi que saíssemos da casa, por causa da filha. Fomos para fora, mas a menina foi também. Depois de algum tempo, a própria Rute pediu para a filha se recolher, porque estava atrapalhando. E todas as vezes em que ela ia contar um detalhe de sua vida, ela falava mais baixo, por causa da filha. Chorou algumas vezes durante a entrevista. Ao final, ofereceu-me um copo de água fluida, mostrou-me as roupas que vende e contou histórias da avó messiânica.

MARIANA

Cor da pele: morena

Procurei Mariana no endereço que o jornal indicou. No condomínio, falei com o porteiro e ele disse que se lembrava do caso, mas que ela se mudara de lá. O porteiro me deu o telefone da mulher que estava morando no apartamento que tinha sido dela, na expectativa de que ela soubesse do seu paradeiro. Liguei para a mulher e ela me informou que era a antiga dona do apartamento e que Mariana, depois do “acidente”, não pôde mais pagar a prestação e elas renegociaram a dívida. Disse-me também, que, à época, estava se recuperando, fazendo cirurgias e que depois perderam o contato. A mulher sugeriu que eu fosse ao antigo salão de beleza de Mariana, onde tinha acontecido o crime. Cheguei lá, expliquei à proprietária o motivo da minha visita e ela me deu o telefone de outro estabelecimento de uma parente. Liguei para essa parente e ela me deu o telefone da mãe dela. Fiz o contato com a mãe e falei-lhe da pesquisa. Ela relutou um pouco em dar-me o telefone de Mariana, pediu mais explicações e depois afirmou: *“talvez seja bom você falar com ela . . . porque aqui em casa, a minha filha caçula também sofre tanto na mão de homem. Ele até já a agrediu”*. Eu agradei e no dia seguinte, liguei para o salão da Mariana. Expliquei-lhe os meus motivos e ela ficou de me ligar novamente, sobre um encontro, pois estava ocupada. Ela não ligou e, no final da manhã, liguei novamente para ela que me disse não saber que eu estava com pressa. Marcamos um encontro para o outro dia, às 8 da manhã, antes de as clientes chegarem. Ela

me deu o endereço do salão. No final da tarde do mesmo dia, ela ligou desmarcando o encontro e pediu-me que lhe ligasse no outro dia, por volta das 10:30, para saber se ela já tinha se desocupado. No dia 7 de dezembro, ao invés de ligar, fui pessoalmente ao salão. Ela estava atendendo a uma cliente e eu a esperei por quase três horas. No final da manhã, ela veio falar comigo. Eu me desculpei por ter ido pessoalmente, mas disse-lhe que achava melhor estar presente. Ela perguntou-me sobre o percurso que fiz para chegar até ela, sobre o jornal, e disse que achava que, naquele período de final de ano, ela não iria ter tempo de me atender. Ponderei com ela de que poderia ser em qualquer horário e lugar e que só dependia dela. Ela ficou de me ligar posteriormente. Continuei aguardando a sua ligação. No sábado, dia 11 de dezembro, liguei novamente. Ela disse que tempo não tinha, mas perguntou se podia ser a qualquer hora. Entendi a pergunta como um aceno positivo e disse-lhe que sim. Perguntei-lhe se, no domingo ou na segunda, quando os salões tinham menos movimento, não daria para acertarmos a entrevista. Ela pediu-me que ligasse na segunda, 8:30. No dia 13, segunda, liguei e ela marcou a entrevista para as 10 horas da manhã. Perguntei-lhe se o depoimento seria no próprio salão ou se podíamos ir a um outro local. Ela respondeu-me que não.

Cheguei ao salão um pouco antes das 10 horas. Antes de começarmos, expliquei-lhe novamente o objetivo da pesquisa, como eu tinha chegado até ela, e pedi-lhe que não considerasse as perguntas como uma questão pessoal. Reafirmei-lhe o sigilo das respostas. Depois pedi para gravar a entrevista. Ela disse que não gostaria que sua fala fosse gravada, se seria possível sem isso. Eu ponderei que daquela forma demoraria mais e ela me disse ter um trauma, que não sabia se oriundo dessa vida ou de outra, que a fazia não gostar de gravador ou de vídeo. Perguntei se ela tinha medo do que o que eu iria fazer com a gravação e ela disse-me que não, apenas achava que não era necessário gravar. A entrevista teve duas longas interrupções para ela atender a clientes. Uma às 10:30 e outra às 12 horas. A cada retorno, eu perguntava se podia continuar a entrevista gravando e ela repondia que não. A entrevista, com as interrupções, durou em torno de 4 horas. Foi extremamente cansativa, mas percebi que eu não podia propor qualquer continuação em outro horário ou dia. Tomei o cuidado de perguntar-lhe se ela queria interromper o encontro para almoçar. Ela respondeu-me que não, que queria 'acabar logo'. Ao final da entrevista, ela pediu-me para ver as matérias do jornal. Eu mostrei-lhe as cópias, ela pegou-as e mostrou para todas as pessoas do salão, clientes e colegas de trabalho. Foi lendo e fazendo alguns comentários:

- *aqui diz que foi por causa dos 6 mil que a gente estava mal, e não é verdade, havia muitas coisas acontecendo;*
- *do jeito que está aqui ficou parecendo que estava casada e traindo o meu marido, e não era bem isso;*
- *a notícia diz que os três projéteis ficaram em mim, só um que ficou;*

(Uma colega viu a foto dele e comentou, em tom de gozação, que ele era feio. 'Como que ela havia sofrido tudo aquilo por causa dele?' E ela respondeu que na foto 'ele estava desarrumado'. Era uma 'foto dele ainda com aliança'. 'Pessoalmente ele era bem mais bonito'.)

ELISA

Cor da pele: morena

Cheguei até Elisa através do endereço que estava publicado no jornal. Os jornais deram dois endereços diferentes. Um deles era fictício. No dia 9 de dezembro, depois de procurar este último e não encontrá-lo, decidi procurar o que estava indicado n'*O Popular*. Encontrei a casa e perguntei para a vizinha do lado se ela conhecia a Elisa. Ela me disse que sim e indicou a casa. Elisa me atendeu no portão, de onde percebi que havia mais alguém em casa. Eu expliquei-lhe o motivo da minha visita, falei-lhe da pesquisa e perguntei se ela falaria comigo sobre o tema. Ela respondeu-me que não queria falar sobre aquele assunto. '*Que tinha ficado muito chateada de o jornal ter publicado a história*'. Disse que tudo havia acontecido com um namorado que ela tinha, mas que fora '*um equívoco da vizinha chamar a polícia*'; que nunca havia apanhado de homem nenhum. Eu falei-lhe que o seu depoimento seria muito importante para a pesquisa e que gostaria muito de que ela me atendesse. Ela me disse que não podia fazer isso, que ia fazer compras e depois viajar. Pediu-me o meu telefone e afirmou que me ligaria para marcar um encontro, se tivesse tempo. Insisti que esse encontro acontecesse naquele momento. Ela negou-me e eu dei-lhe o meu telefone, pedindo-lhe que me ligasse nem que fosse para me dizer não. Agradei e disse que, se ela não me ligasse, eu voltaria à casa dela. Ela confirmou que me ligaria. Quando cheguei em casa, um homem, se dizendo amigo de uma pessoa que eu queria entrevistar, tinha ligado e falado com a funcionária da casa. Perguntou sobre a pesquisa e, em tom ameaçador, perguntou também por

que eu queria mexer com uma coisa que tinha acontecido há mais de dois anos. Como ele não se identificou, fiquei sem saber por qual das mulheres ele teria ligado, uma vez que, nessa época, eu estava iniciando contato com quatro delas.

Depois disso, voltei à casa de Elisa antes do natal. Não encontrei ninguém. Falei com a vizinha e ela me disse que talvez ela estivesse viajando, embora, às vezes, ela ficasse em Goiânia na casa de amigas ou da irmã. Escrevi-lhe um bilhete pedindo que ela entrasse em contato comigo e pedi para a vizinha entregá-lo assim que ela voltasse. No dia 19 de janeiro, voltei à casa de Elisa. Ela estava em casa e eu relembrei-lhe da pesquisa e disse que estava esperando a sua resposta. Ela disse que tinha me ligado, mas que eu não estava em casa. Falou que tinha pedido a um colega que me ligasse. Eu disse que não tinha recebido o recado. Informei-lhe que uma pessoa ligou na minha casa, mas não havia dito por parte de quem e eu não pude identificar o recado. Ela disse que não participaria da pesquisa, que não gostava de falar nesse assunto. Pediu-me para que eu não a levasse 'a mal', que ela me tinha feito perder tempo, mas sobre tal assunto ela não queria falar: "*não gosto nem de...*" Eu manifestei-lhe meu pesar, que gostaria muito de ter o depoimento dela e agradei.

DAGMAR

cor da pele: morena

Encontrei o endereço de Dagmar no jornal, com indicação do nome da rua apenas. Não havia referências na lista telefônica. Cheguei ao local por volta das 15 horas, perguntei pela residência de Dagmar e fui informada por uma mulher. Dagmar não é conhecida pelo seu nome, mas por um apelido. Entrei na casa, a sua filha Lígia me recebeu. Expliquei por que procurava a mãe dela e ela disse pra eu ligar posteriormente para marcar a entrevista, pois a mãe não estava naquele momento. Perguntei se ela achava que mãe dela falaria comigo e ela respondeu que sim. Informou-me que o agressor estava foragido e que a mãe estava muito abalada. Deixei o telefone da minha casa com ela. Antes, a filha perguntou-me se eu havia sabido da história pelos vizinhos ou pelo jornal. Eu disse que havia sido pelo jornal.

Depois que eu deixei o bairro, a filha ligou para minha casa para confirmar meu nome e a existência da pesquisa. Quando cheguei em casa, liguei para Lígia e ela disse que a mãe me receberia no mesmo dia, pois viajaria no dia seguinte. Marquei a entrevista para as 18 horas. Quando cheguei à casa, Dagmar me disse que eu teria dado a ela uma "*grande dor de*

cabeça". "Porque justamente com ela que eu teria que fazer a entrevista?". Depois que eu expliquei-lhe os detalhes da pesquisa, ela me disse que procurara ajuda de um amigo e este lhe teria dito que fizera faculdade e que, provavelmente, a entrevista se tratava de uma pesquisa mesmo. Esse "amigo" era o delegado do 19º DP de Trindade, chamado por Dagmar para verificar se eu estava mesmo fazendo uma pesquisa ou se estava a "mando" do agressor. De fato, o delegado apareceu na casa dela durante o encontro. Repetidas vezes, ela e a filha pediram desculpas por terem duvidado de mim e eu lhes disse que estavam corretas em se preocupar com a sua segurança.

A entrevista foi interrompida três vezes: a primeira, quando alguém chamou Dagmar na sala que serve de um bar onde ela vende quitandas; a segunda, quando o delegado e um acompanhante chegaram; e a terceira, quando ela foi chamada novamente ao bar.

Nesse momento, entrou no quarto-sala em que eu estava uma vizinha que parece ter sido enviada para me fazer companhia enquanto Dagmar atendia à cliente. Essa vizinha me disse: "É, eu estava aqui no dia do crime, eu sou testemunha". Provavelmente essa foi a vizinha que deu as declarações à imprensa — foi essa a impressão que tive —, embora no jornal ela não tenha sido identificada.

Dagmar me recebeu muito bem, mas só ficou tranqüila quando expliquei-lhe que estava fazendo uma pesquisa sobre mulheres. Ela me perguntou se eu estudava sobre isso, e eu lhe disse que tinha estudado comunicação social e que estava fazendo mestrado. Ela me perguntou se eu ajudava mulheres, e eu lhe respondi que estudar o que se passa com as mulheres já era uma forma de ajudá-las. Então ela me pediu para ajudá-la, mandando a entrevista que eu estava fazendo com ela para o "Linha Direta", para que a foto de Carlos fosse divulgada e ele fosse preso novamente. Eu lhe disse que, para isso, seria necessária outra entrevista e que iria ver qual seria a forma de fazer contato com o programa daqui de Goiânia. Ela me disse que não queria aparecer no jornal, que apenas que a foto dele fosse divulgada. Ao final da entrevista, disse que iria ter de fazer outra cirurgia no pulmão e que estava esperando a minha ajuda. Anotou o meu telefone. É interessante notar que, mesmo desconfiada de mim, ela não se negou a dar o depoimento.

SUELI

Cor da pele: morena

Encontrei o endereço completo de Sueli no jornal. Pelo endereço, localizei na lista telefônica o telefone de uma vizinha e liguei perguntando-lhe se Sueli morava na vizinhança. Ela respondeu-me que sim, mas que não sabia o número do telefone dela. À tarde do dia 17 de novembro, encontrei a casa, mas não tive coragem de abordar Sueli (era a minha primeira tentativa de entrevista). Já eram quase 17 horas e achei que aquele não seria um horário adequado. No dia seguinte, de manhã, voltei à casa e falei com a cunhada dela que morava na casa da frente. Perguntei se Sueli morava lá e ela disse que morava nos fundos. Perguntei se morava sozinha e ela disse que com os filhos e o marido. Apresentei-me e falei-lhe um pouco da pesquisa. Perguntei-lhe se podia falar com Sueli. Ela disse que ela estava meio adoentada e, pelo muro que separa as duas casas, consultou Sueli se ela falaria comigo. Voltou dizendo que Sueli não estava entendendo o porquê de tudo, mas falaria comigo à tarde. Não passara bem à noite, tivera febre. Marquei a entrevista para as 15 horas do mesmo dia. Cheguei à hora combinada, fui convidada a entrar na casa dos fundos. Ela estava só. Quando expliquei-lhe o motivo da entrevista, os olhos dela se encheram d'água, mas ela consentiu no depoimento com a cabeça. Durante a nossa conversa, ela não chorou. Somente quando lhe falei da notícia no jornal, os seus olhos lacrimejaram novamente.

Ao final, quando desliguei o gravador e estava tentando encerrar a entrevista, ela continuou a sua fala e repetiu que os vizinhos sabiam que eles brigavam quando o marido bebia, mas que nunca houve violência antes daquele dia em que o marido a esfaqueou. Continuamos a conversar com o gravador desligado, quando me ocorreu perguntar-lhe se ela tinha querido se separar do marido. Ela falou que sim, mas que havia desistido disso, porque as irmãs da igreja haviam dito que era o demônio que queria destruir o casamento dela. Então, ela foi à delegacia e retirou a queixa contra o marido.

ANA

Não houve contato visual com Ana para anotação da cor da pele.

Encontrei o telefone de Ana na lista telefônica. No jornal não havia o seu endereço, apenas o bairro. Liguei, quem atendeu disse que ela estava doente e que o telefone era da loja

dela (um Prego). Nos dias seguintes (30/11 e 1º/12) liguei e a resposta era que ela estava doente em casa e que lá não havia telefone. No dia 2/12/99, liguei novamente e ela me atendeu. Identifiquei-me, disse que tinha obtido o telefone dela na lista e que, fazendo uma pesquisa sobre mulheres, gostaria de falar com ela. Ana disse que não poderia me atender, pois estaria viajando no dia seguinte. Perguntei se não podia entrevistá-la naquele dia mesmo. Ela respondeu-me que não, que estava doente. Que eu lhe ligasse outro dia. Perguntei se ela estava disposta a me dar a entrevista, ela respondeu-me que não naquele momento e que ligasse outro dia. Agradei e desliguei o telefone.

No dia 14 de Dezembro de 1999, liguei novamente. Ela me atendeu e eu me identifiquei, disse-lhe que já tinha ligado algumas vezes para ela e que, também, estava fazendo uma pesquisa sobre violência contra a mulher. Contei-lhe que cheguei até ela através de sua notícia no jornal e que gostaria de saber se ela tinha disposição de falar comigo. Falei-lhe sobre o sigilo e que se tratava de uma pesquisa da universidade. Ela quis checar de que notícia se tratava e eu falei era a do fato que tinha acontecido com ela e com a filha dela — o atropelamento — e esperei sua confirmação. Ela me respondeu positivamente que era ela, mas também que não queria falar sobre o assunto, que não tinha disposição para tal. Insisti que seria importante o depoimento dela e que se ela mudasse de idéia... Ela negou-me porque estava vivendo com outra pessoa. Eu perguntei se era por causa dessa outra pessoa que ela não queria falar, ao que ela respondeu afirmativamente: “*Não queria ficar mexendo nessa história*”. Eu agradei e ela desligou o telefone.